

ISSN 0100-199X

# **bib**

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

# **14**

**Neste número**  
**Pobreza Urbana e Mercado**  
**de Trabalho**  
**Abertura Política**

O BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

*Editor*

Charles Pessanha (Iuperj)

*Conselho Editorial*

Silke Weber, Presidente (UFPe)

Abílio Baeta Neves (UFRGS)

Bolívar Lamounier (Idesp)

Laura da Veiga (UFMG)

Maria Regina Soares de Lima (Iuperj)

Otávio Velho (UFRJ)

*Secretária*

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Editoria do BIB

Rua da Matriz, 82 – Botafogo

22.260 – Rio de Janeiro – RJ

Composição e Impressão

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.

Rua Santana, 136/138

Rio de Janeiro – RJ

ISSN 0100-199X

# **bib**

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

# **14**

Colaboram neste número:

*José Antonio Borges Cheibub* é bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente cursa o programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

*Lícia do Prado Valladares*, professora do IUPERJ, é autora de *Passa-se uma Casa*, 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, e organizadora de *Habitação em Questão*, 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Dirige a série Debates Urbanos, para a qual organizou recentemente a coletânea *Repensando a Habitação no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

*Magda Prates Coelho* é mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – DCP-UFMG e tem participado de várias pesquisas desenvolvidas no IUPERJ.

*Marcus Faria Figueiredo* é pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo – Idesp. Atualmente prepara tese de doutorado para o Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago.

## Sumário

Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho / <i>Magda Prates Coelho e Licia do Prado Valadares</i>	5
A Abertura Política de 1973 a 1981: Inventário de um Debate / <i>Marcus Maria Figueiredo e José Antonio Borges Cheibub</i>	29
Perfil Institucional / <i>Instituto Superior de Estudos Religiosos – ISER</i>	63
Teses e Dissertações	67
Pesquisas em Andamento	73
Noticiário	77

## Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma análise bibliográfica (\*)

*Magda Prates Coelho  
Licia do Prado Valladares*

Nas últimas décadas vem se discutindo exaustivamente os diferentes modelos de crescimento econômico adotados pelos vários países da América Latina, e pelo Brasil em particular, atentando-se para seus efeitos sobre o processo de urbanização, suas conseqüências no mercado de trabalho, na estrutura ocupacional, no processo de crescimento da concentração da renda e na propagação da pobreza urbana. Iniciando-se na esfera acadêmica (Cardoso & Reyna, 1960; Tavares, 1966; Oliveira, 1975) tal discussão foi sendo gradativamente incorporada pelos gabinetes técnicos de organismos nacionais e internacionais, que realizaram análises globais e setoriais do desempenho da economia dos diversos países, visando a formulação de políticas públicas. Logo se destacaram como temáticas específicas de estudos e pesquisas as questões do emprego, da renda e das migrações, que inspiraram políticas de emprego e ajudaram a traçar linhas de política urbana.

A grande maioria dos estudos e investigações sofreu inicialmente o impacto do chamado "modelo dualista" e da teoria da marginalidade, que marcaram a literatura latino-americana até o início da década de setenta. Num segundo

momento passou cada vez mais a influenciar o pensamento dos autores, a teoria da acumulação capitalista que rompendo com a "razão dualista" (Oliveira, 1975), buscou compreender o processo econômico através das formas de organização social da produção. Esta mudança de enfoque teórico, observada sobretudo no âmbito da "academia", apresentou ressonâncias nos meios da "tecnoburocracia" onde a perspectiva dualista, apesar de severamente criticada continua a aparecer editada em novas versões.

A literatura existente sobre a pobreza urbana e o mercado de trabalho nas grandes cidades latino-americanas, reflete claramente esta trajetória. Como se verá ao longo do presente texto, de estudos inicialmente centrados na problemática específica do emprego e dos setores "moderno" e "tradicional" do mercado de trabalho urbano, passou-se a discutir as diferentes formas de inserção da população pobre nos dois setores da economia, batizados num segundo momento de "formal" e "informal". Uma nova linha de estudos é paralelamente inaugurada, abordando a problemática do ângulo do trabalho e das distintas formas de organização da produção. Tal perspectiva implicou no abandono

---

(\*) Agradecemos a Luiz A. Machado da Silva pelos comentários feitos à primeira versão deste trabalho. Várias de suas sugestões foram aqui incorporadas.

no da idéia de setores e no privilegiamento da análise das formas produtivas e das relações de trabalho “não tipicamente capitalistas”.

A presente resenha visa oferecer ao leitor justamente um resumo deste conjunto de abordagens e linhas de análise, tomando por base sobretudo a contribuição de brasileiros e latino-americanos. Apesar da literatura internacional ser extremamente rica e variada – já se dispõe inclusive de uma bibliografia internacional sobre a pobreza urbana (Santos e Abdala, 1978) – pareceu mais profícuo empreender uma análise que privilegiasse a produção nacional, hoje reunindo um volume considerável de livros, artigos de periódicos, teses de pós-graduação e relatórios de pesquisa em torno do assunto. Lembre-se ainda que, refletindo os autores nacionais diferentes correntes do pensamento econômico e sociológico, seus trabalhos dão conta dos principais enfoques teóricos e metodológicos adotados pela literatura internacional especializada.

A bibliografia aqui comentada não esgota portanto a literatura. Além de dar prioridade a textos que resultaram de pesquisas e estudos efetuados no Brasil, descarta aqueles que tratam especificamente dos segmentos assalariados da força de trabalho, da mão-de-obra industrial e da força de trabalho feminina, esta última objeto de resenhas especializadas (como as de Abreu *et alii* (1978) e a de Pena (1980)). Tampouco se dá especial atenção a literatura sobre marginalidade social, visto já ter sido a mesma devidamente analisada por vários autores (Machado da Silva, 1971; Kowarick, 1975).

Tais recortes mostram que o foco principal de interesse desta resenha incide sobre os aspectos do mercado de trabalho urbano ligados às atividades de tipo “informal” e ao trabalho não-assalariado.

## I – O Mercado de Trabalho na Abordagem Econômica: a Perspectiva Dualista e sua Crítica

As primeiras interpretações sobre a economia urbana dos países subdesenvolvidos conceberam a mesma como constituída por dois setores independentes e autônomos, comumente denominados por “setor moderno” e “setor tradicional”. Esta visão dualista se traduzia em termos da dicotomia integração *versus* não-integração das diversas unidades produtivas na estrutura econômica global. O conceito de subemprego que dominou a literatura até o final dos anos 60 é uma decorrência imediata dessa ma-

neira particular de analisar a economia urbana, tendo marcado uma fase importante do pensamento econômico.

A partir dos anos 70 ganha corpo uma nova interpretação dualista que, reconhecendo a existência de dois setores define os mesmos como inter-relacionados e interdependentes, chamando a atenção para o grau de heterogeneidade da estrutura produtiva no interior de cada setor. Esta nova concepção fundamentou as noções de Pobreza Urbana e de Setor Informal, que a partir de então dominaram a literatura sobre o mercado de trabalho.

### 1.1 – Dualismo: o Subemprego e a Subutilização da Mão-de-Obra

O conceito de subemprego representou a primeira tentativa de chamar a atenção para o fenômeno da subutilização da mão-de-obra no mercado de trabalho urbano nos países de industrialização tardia. Até então falava-se apenas em emprego e desemprego, noções estas que não davam conta de um importante fenômeno da economia urbana.

No Brasil foi pioneiro o estudo realizado por O'Brien & Salm (1970) que tentaram uma redefinição do conceito de subemprego de forma a permitir uma estimativa mais precisa do problema do emprego nas estatísticas oficiais. Sobre saem ainda os trabalhos de Hoffman (1977) e Martine e Peliano (1978) que historicam e discutem a validade e precisão do uso de tal conceito, mostrando que o mesmo está apoiado num esquema analítico dualista.

Aparecendo na literatura econômica no final do século XIX, o subemprego foi inicialmente relacionado ao fenômeno encontrado na Europa de superpopulação na área rural refletindo, basicamente, um *desequilíbrio entre os fatores de produção – terra, capital e trabalho*. Naquele contexto o subemprego significava o “excesso relativo do fator trabalho em comparação com os estoques de capital e de terra utilizados” (Martine & Peliano, 1978: 134).

Posteriormente este conceito foi transplantado para as economias urbanas dos países do terceiro mundo, visto que a noção de desemprego não dava conta da situação de contingentes expressivos da força de trabalho urbana que, não se encontrando envolvidos em atividades assalariadas, exerciam atividades autônomas de trabalho, sobretudo no setor serviços. Exemplos destas atividades seriam “o pequeno comércio ambulante ou das feiras, diversos tipos de intermediação miúda, toda a gama dos serviços pes-

soais, legais ou ilegais, quer os rituais de magia e macumba, ou a prostituição, quer o transporte no carrinho de mão ou o jogo, quer a lavadeira e o engraxate, ou o contrabandista" (Hoffman, 1977: 61). O termo subemprego passou assim a designar atividades de baixa produtividade, de caráter intermitente, redundando em níveis inferiores de remuneração.

Na redefinição do subemprego a contribuição de O'Brien & Salm (1970) foi no sentido de distinguir o subemprego visível (involuntariedade do trabalho por tempo parcial) do subemprego disfarçado (baixa produtividade indicada por baixa remuneração). A partir desta redefinição e usando dados da PNAD, tais autores chegaram a uma estimativa mais próxima da situação real do emprego no Brasil; conservaram, porém, para a avaliação do subemprego, um critério que define o emprego exclusivamente no setor econômico moderno.

Tal proposta foi severamente criticada por Leite Lopes (1978)<sup>1</sup> ao afirmar que os autores, pretendendo retirar do conceito de subemprego os traços remanescentes de sua origem, não conseguiram descartar-se do "etnocentrismo" característico da corrente keynesiana que criticam (Lopes, 1978: 144). E, continua Lopes, muitas das incongruências no estudo de O'Brien & Salm, se devem "à necessidade que faz parte das próprias condições sociais que presidem a produção intelectual dos técnicos para chegar-se a certas conclusões que podem servir à política de emprego no Brasil" (Lopes, 1978: 149).

Um novo texto de Salm (1975) reconsidera a questão da redefinição dos conceitos sobre os quais se assentam os dados oficiais, recomendando pesquisas de natureza etnográfica para darem conta da multiplicidade de situações concretas que escapam à operacionalização dos conceitos de subemprego (ou subutilização de mão-de-obra) até agora adotados no Brasil (Salm, 1975).<sup>2</sup>

Hoffman faz uma revisão crítica dos vários critérios já utilizados na estimativa da subutilização da mão-de-obra. Um deles é o da *produtividade* segundo o qual "o subemprego é descrito como uma situação em que a produtividade da mão-de-obra é muito baixa (. . .). Basicamente o que o conceito de subemprego procura refletir é que uma parte da força de trabalho efe-

tivamente empenhada em certos tipos de atividade econômica está ociosa durante uma parte do tempo ou, se está trabalhando, é quase improdutivo" (Hoffman, 1977: 61). Nesse sentido, diz ela, é que se fala em *subemprego disfarçado*. Ao se associar a noção de subemprego à de produtividade coloca-se de imediato um problema, qual seja o de encontrar uma forma aceitável para a estimativa dos níveis de produtividade do trabalho. A remuneração do trabalho vem sendo usada como um indicador estatístico apropriado, considerando-se portanto como subempregados, os indivíduos que têm uma renda mensal muito baixa em comparação com os padrões vigentes (Hoffman, 1977: 62).

A crítica à utilização deste critério se fundamenta, primeiramente, na observação de que o padrão de produtividade está intimamente relacionado às situações onde é mais elevada a utilização de tecnologia. Nas circunstâncias em que a relação é de trabalho intensivo e não de capital intensivo, o aproveitamento da capacidade produtiva do trabalhador é muito grande mas são menores os resultados finais, dada a ausência de fatores complementares adequados. Em segundo lugar, menciona-se o fato de que o salário nem sempre reflete adequadamente a produtividade, especialmente nos casos em que o mercado está sob o regime de oligopólio (Singer, 1971, *apud* Hoffman), assim como nos ramos do comércio miúdo e serviços pessoais, caracterizados pelo modelo de concorrência perfeita, com livre entrada de novos trabalhadores. Nestes casos, mesmo que a baixa renda possa ser indicador de baixa produtividade, deve-se considerar as situações em que "o trabalhador pode estar usando o seu esforço até o limite da resistência" e no entanto auferir um nível muito baixo de renda, o que não significa que a mão-de-obra, nessas situações, seja subutilizada.

O segundo critério de medida do subemprego ao qual se refere Hoffman (1977) é o da *involuntariedade do trabalho por tempo parcial*, medida esta recomendada pela OIT, adotada pela PNAD e chamada de *subemprego visível* por O'Brien & Salm (1970). Na pesquisa da PNAD conta-se como subempregados visíveis "os ocupados em tempo parcial que declaram preferir trabalhar em tempo integral e, dentre os que normalmente trabalhavam em tempo integral,

<sup>1</sup> O artigo de Leite Lopes, publicado em 1978 foi originariamente apresentado como relatório interno do Grupo de Pesquisas a FINEP em 1972.

<sup>2</sup> Sobre as críticas de Lopes Leite a O'Brien & Salm e um comentário mais completo do texto destes dois autores ver Felix *et alii* (1981).

os que na semana da pesquisa estavam ocasionalmente em tempo parcial por motivo econômico" (Hoffman, 1977: 79). A crítica a este conceito se prende às implicações contidas no termo "ocupados em tempo parcial". Argumenta-se que a noção de "tempo parcial" está referida ao "tempo padrão" necessário e exigido para a execução do trabalho no setor moderno, não considerando o "tempo nominal" de trabalho, quando o agente está à espera da demanda do serviço ou do produto que oferece. Portanto, considerar subutilizado o trabalhador que não executa tarefas pelo período de 40 horas semanais ou mais, é subestimar o tempo dispendido pelo agente na procura ou espera de clientes (Hoffman, 1977; Kritz & Ramos, 1975). Em segundo lugar, o conceito exclui os indivíduos com trabalho intermitente, abrangendo apenas aleatoriamente os que no período da pesquisa estavam utilizando a sua capacidade produtiva (Hoffman, 1977).

Uma vez constatadas as limitações do conceito de subemprego, vem-se estudando a melhor forma de redefinir um instrumental teórico que seja capaz não só de captar a maior quantidade possível de situações de subutilização da força de trabalho como de identificar as ocupações que abrigam a "pobreza urbana". Persiste entretanto o problema de redefinição de categorias conceituais que expressem adequadamente os fenômenos relacionados à exclusão de grande parcela de mão-de-obra urbana dos benefícios econômicos e sociais propiciados pelo crescimento industrial do país. Martine & Peliano (1978) vêem muito claramente que esta lacuna não pode ser preenchida pelo conceito de subemprego dado que este conceito está apoiado numa abordagem dualista que se traduz na "simplificação arbitrária aplicada na dicotomização da sociedade produtiva em dois setores díspares" (Martine & Peliano, 1978: 137). Nas abordagens dualistas onde só o setor dinâmico tem relevância na economia de mercado, as noções de ociosidade, involuntariedade e improdutividade estão implícitas no conceito de subemprego já que este foi formulado e elaborado a partir da experiência de uma economia desenvolvida, onde o processo de acumulação de capital é objetivo último. Não é de surpreender pois, que nesta perspectiva o subemprego seja um fato inevitável "para uma parcela da força de trabalho que, face à relativa rigidez da demanda da mão-de-obra pelo aparelho produtivo dinâmico, teria que se dedicar, involuntariamente a determinados tipos de atividade econômica caracterizadas pela ociosidade de seus integrantes durante o tempo normal de trabalho e/ou

pela improdutividade de seu desempenho econômico" (Martine & Peliano, 1978: 140).

Procurando novos caminhos que possibilitem definir e operacionalizar o fenômeno da subutilização da mão-de-obra nos mercados de trabalho urbano dos países não desenvolvidos, estudos da PREALC/OIT (Kritz & Ramos, 1975) realizados em países da América Latina a partir da análise do próprio processo produtivo das economias não desenvolvidas, identificaram certas regularidades características do setor moderno e do setor tradicional do mercado de trabalho urbano. A partir das regularidades observadas foram utilizadas as categorias conceituais de *continuidade* ou *descontinuidade* do uso pleno da capacidade produtiva do trabalho. Tais categorias remetem àquelas de *Tempo Efetivo* (TE) e *Tempo Nominal* (TN) de execução da tarefa de produção. No setor moderno do mercado a continuidade na utilização da capacidade produtiva do trabalhador implica em que o Tempo Efetivo de execução de tarefas coincida com o tempo em que permanece no posto de trabalho (Tempo Nominal). Conseqüentemente, nesse setor predominam as ocupações com remuneração fixa que refletem o grau de desenvolvimento capitalista das relações de produção: desvinculação entre trabalho e produto, ou seja, é o empresário que assume os riscos (e os ganhos) da flutuação da demanda por bens e serviços. No setor tradicional, o processo se dá em sentido oposto: não-continuidade no uso pleno da capacidade produtiva do trabalhador, não coincidência entre TE e TN de trabalho e, conseqüentemente, ocupações com remuneração variável já que a particularidade desse setor se prende à identificação entre trabalho e produto, empresário e trabalhador que, dada a ausência de capacidade financeira de estoque, sofre diretamente os efeitos das flutuações da demanda de bens e serviços produzidos. O exemplo mais puro desta categoria de ocupação com remuneração variável é o trabalhador autônomo ou o conta própria (Kritz & Ramos, 1975: 50). Não tem pois sentido aplicar o conceito de subutilização para as ocupações com remuneração instável, cuja produtividade reflete apenas o tempo efetivamente utilizado pelo trabalhador para a sua atividade produtiva; deste ponto de vista "qualquer pessoa, em qualquer nível de renda pode estar subutilizada". Da mesma forma que os termos de subemprego disfarçado e subemprego visível devem guardar o seu significado de origem e serem reservados para o setor moderno (capitalista) do mercado de trabalho urbano, para o setor econômico menos dinâmico nova categoria conceitual deve ser elaborada - de tal

forma que sua significação contenha, no próprio setor onde se processa, o padrão ideal de "eficiência" produtiva.

Ao lado desta alternativa de determinação da subutilização de mão-de-obra nos mercados de trabalho urbano, procura-se definir uma categoria que dê conta de maneira ampla e adequada da situação da população economicamente ativa que não obtém o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Hoffman assegura: "O uso do conceito de subemprego para analisar a situação ocupacional em países subdesenvolvidos apresenta severas limitações e dificuldades. Tais dificuldades explicam, em parte, a mudança da ênfase que está se dando entre os analistas do problema, e em particular entre os técnicos participantes das missões da Organização Internacional do Trabalho (. . .) não só o foco está se afastando do problema do *subemprego* (grifo do autor), mas o próprio conceito de subemprego está gradativamente adquirindo um conteúdo diferente, onde a renda inadequada é mais importante que a questão da subutilização" (Hoffman, 1977: 64).

## 1.2 - Do Subemprego à Pobreza Urbana

No início da década de 70 um relatório da OIT (Missão ao Quênia) recomendou a transferência da temática do Subemprego para a de Pobreza Urbana ao se analisar a economia dos países subdesenvolvidos. Esta alternativa ganhou relevância uma vez que o conceito de Pobreza Urbana se mostra mais abrangente e menos limitado teoricamente que o de subemprego. Segundo Hoffman, além da questão da subutilização do trabalho, deve se ressaltar a renda extremamente baixa que muitos indivíduos recebem (Thorbecke, *apud* Hoffman, 1977:63). Neste sentido os "pobres que trabalham" são indivíduos que sobreutilizam a sua força de trabalho por remunerações que estão abaixo do mínimo necessário de subsistência.

No Brasil, os estudos sobre a Pobreza Urbana ainda não ultrapassaram o nível de análise das suas relações estatísticas com algumas variáveis: taxa de desemprego/subemprego, nível de renda, nível de escolaridade, proporção de migrantes. Sendo reconhecidas as dificuldades que impedem o avanço, tanto no nível da elabora-

ção teórica do conceito, como na sua operacionalização, admite-se que "os estudos neste campo não vão além de mensuração do fenômeno e do grau de sua incidência" (Mata, 1979: 110). Identificam-se como dificuldades mais sérias no tratamento da questão: a utilização da renda monetária como único indicador para operacionalização, bem como a escolha do limite abaixo do qual uma família deve ser considerada pobre (Lodder, 1976: 47; Mata, 1979: 110). Na verdade questões referentes às condições econômicas e sociais de vida da família deveriam ser consideradas (localização espacial da moradia, tamanho da família, sua estrutura etária, etc.) além dos próprios aspectos culturais que informam necessidades diversas dos grupos em estudo. Em síntese, o conceito de Pobreza Urbana para Mata e Lodder deve estar referido à noção de mínimo necessário à subsistência de uma família (Mata, 1979) ou indivíduo (Lodder, 1976)<sup>3</sup> considerando-se que este mínimo é determinado pelo padrão de vida alcançado pela sociedade. Neste sentido faz-se uma distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa (Mata, 1979: 107-109), entre dimensão quantitativa e qualitativa da pobreza urbana (Lodder, 1976: 44). O estudo de Martine & Peliano (1978) aponta algumas vantagens na utilização deste conceito já que permite, ao contrário do conceito de subemprego, detectar no setor econômico mais dinâmico situações de extrema precariedade salarial. Analisando as relações entre pobreza urbana e proporção de migrantes, aqueles autores constataam que a condição de pobreza "transcende a condição migratória" já que foram encontrados "sinais de convergência de todos os grupos (migrantes e naturais) para as categorias de renda e ocupação mais baixas" (Martine & Peliano, 1978: 123). Há de se considerar que estas ocupações de níveis salariais precários não são restritas ao setor não dinâmico mas estendem-se, também, pelo setor dinâmico através do setor industrial urbano e do subsetor da construção civil. Desta forma, explica-se a abrangência do conceito de Pobreza Urbana que, superando o de subemprego, apropriado apenas aos setores econômicos não-dinâmicos, questiona a visão dualista tradicional da economia. Entretanto, os autores alertam para o reduzido alcance explicativo do novo conceito uma vez que se fundamenta numa categoria analítica que se re-

<sup>3</sup> Lodder aponta a dificuldade de se estimar a renda média familiar, razão pela qual utiliza a renda individual ressaltando, no entanto, que o "indicado seria utilizar renda familiar ou renda média familiar" (Lodder, 1976: 57).

ferre a agregados de indivíduos. Neste sentido perde a utilidade "para a compreensão de seus determinantes" e para a "sugestão de caminhos alternativos de política governamentais" podendo apenas "sugerir medidas do tipo assistencial" (Martine & Peliano, 1978: 157). Procurando evitar tal inconveniente estes autores definem operacionalmente a Pobreza Urbana através da vinculação entre estruturas ocupacionais e de renda, ou seja, da combinação dos aspectos da estrutura sócio-econômica com os aspectos da reprodução da mão-de-obra: "Neste sentido, adotar-se-á um conceito operacional de Pobreza Urbana que abranja a parcela da mão-de-obra ocupada em atividades de poucos requisitos de qualificação e com remunerações abaixo de um mínimo necessário à sua reprodução. O conceito proposto, portanto, refere-se ao estado de insuficiência de bem-estar sócio-econômico de uma determinada parcela da mão-de-obra urbana. Para tanto, combina-se o aspecto da reprodução dessa mão-de-obra, através de seu pagamento necessário para obter-se um mínimo de bens e serviços, com o aspecto da estratificação sócio-econômica, através de seu posicionamento ocupacional no mercado de trabalho. A combinação dos dois aspectos se justifica a partir da própria lógica do processo de acúmulo de capital que se apoia, em grande medida, na apropriação do excedente econômico dessa parcela de mão-de-obra" (Martine & Peliano, 1978: 125).

Observa-se assim que a orientação pragmática das análises econômicas sobre o subemprego e setores econômicos, a preocupação com a formulação de políticas que viessem a favorecer os estratos mais baixos de renda sem comprometer o ritmo de crescimento industrial ou de desenvolvimento econômico global, acabaram por levar, no âmbito da literatura voltada para a política econômica, ao deslocamento do foco de atenção do conceito de subemprego para o de Pobreza Urbana (distribuição da renda). Constatou-se que o primeiro conceito era por demais limitado para abranger a grande parte de situações concretas em que a população permanece subutilizada e sub-remunerada sem condições de um mínimo de subsistência. Nesta linha de argumentação, verificou-se que as políticas destinadas a erradicar o subemprego visavam o setor informal deixando de fora as franjas do setor formal onde se situa uma boa parcela de mão-de-obra subutilizada (especialmente no ramo das manufaturas e construção civil). Neste contexto de análise tornava-se imperioso um novo conceito que fosse capaz de incluir também esta população, no caso o conceito de Po-

breza Urbana. Afora as dificuldades de mensuração, este conceito apresenta uma forte limitação, especialmente no que se refere à sua capacidade de sugerir novos caminhos nas formulações de políticas anti-pobreza.

### 1.3 - O Setor Informal

Além do subemprego e da Pobreza Urbana, outra abordagem do mercado de trabalho que alcançou ampla aceitação foi a do setor informal. Apontando para a existência de setores diferenciados na economia urbana dos países menos desenvolvidos, alguns economistas recusaram o esquema analítico dualista ao reconhecerem graus de heterogeneidade no interior dos setores além de uma relação de complementariedade e concorrência entre os mesmos. Na verdade as críticas ao esquema de análise dualista bem como as dificuldades de mensuração e explicação dos determinantes da pobreza urbana acabaram por levar a uma nova concepção: a do setor informal.

Pesquisas e estudos realizados por técnicos da OIT e PREALC na África e América Latina e por economistas do IPEA e do INPES no Brasil, deram *status* a essa nova abordagem.

A concepção do setor informal proposta pelos economistas da PREALC aborda a questão a partir da análise da estrutura econômica global, pressupondo que a emergência do setor informal se deve ao modelo de desenvolvimento característico dos países latino-americanos nas últimas décadas. Observam que "o modelo de industrialização baseado principalmente na substituição de importações, permitiu alcançar, de modo geral, um ritmo aceitável de crescimento do produto, que não se refletiu, contudo, numa expansão correlata das oportunidades de emprego produtivo" (Souza & Tokman, 1976: 61). Os autores analisam o setor informal como o resultado da proporção da força de trabalho que não encontrando ocupação no setor moderno (ou formal) busca, com última alternativa para a sobrevivência, a criação de empregos de baixa produtividade; organiza-se, não em função da acumulação capitalista mas em função da sobrevivência econômica de seus agentes. Recusam, expressamente, o enfoque dualista, argumentando que ambos os setores contêm diferenciações internas que implicam em estruturas diferenciadas de mercado de trabalho e estruturas diferenciadas de remuneração (Souza & Tokman, 1976: 64).

Nesta linha de raciocínio definem o setor informal como "mercado de fácil entrada", no

sentido de que é composto por atividades pouco capitalizadas, com tecnologia simples e que requerem mão-de-obra pouco qualificada. Esta livre entrada é maior em atividades que estão inseridas em mercados onde existe concorrência e não se verificam ganhos oligopólicos. A "facilidade de entrada" se reflete, entre os trabalhadores independentes, na criação de novos empregos de baixa produtividade, segundo a demanda de bens e serviços no mercado (Souza & Tokman, 1976: 63, 66).

Em síntese, o setor informal é definido em função de suas características tecnológicas, de organização e de posição e inserção no mercado: ele se constitui por um conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas, que utilizam processos tecnológicos simples e que estão inseridas em mercados competitivos ou na 'base' da estrutura produtiva em caso de mercados oligopólicos concentrados" (Souza & Tokman, 1976: 67). Quanto às características da mão-de-obra ocupada neste setor, pesquisas de campo realizadas em El Salvador, Paraguai, Equador e República Dominicana, apontaram para a preponderância de mulheres, trabalhadores com menor nível de educação e populações migrantes de origem rural; quanto à estrutura de emprego, as pesquisas mostraram ser o setor informal responsável pelo emprego de uma parte significativa dos serviços financeiros. As ocupações no interior do setor informal estão vinculadas a atividades da indústria manufatureira, do comércio e de serviços pessoais (onde estão incluídos os indivíduos que prestam serviços domésticos remunerados, aqueles ocupados em pequenas empresas comerciais e a maior parte dos trabalhadores por conta própria) (Souza & Tokman, 1976: 72).

Uma caracterização mais abrangente do setor informal é fornecida por Raczynski (1977) que, examinando a literatura internacional, mostra como os vários autores analisam a questão a partir de recortes distintos, dentre os quais sobressaem: 1) o do aparato produtivo; 2) emprego e mercados de trabalho.

Na perspectiva do aparato produtivo a característica básica do setor informal é o fato de não se referir especificamente a um setor econômico nem a um ramo de atividade, não devendo tampouco ser associado com ocupações específicas. Trata-se, na verdade, de uma segmentação que cruza categorias setoriais e ocupacionais (Raczynski, 1977: 10). O setor poderia ser definido como constituído por dois tipos de unidades produtivas: o caso típico é o da unidade integrada exclusivamente por um trabalhador

independente (o conta própria — setor autônomo); também integram o setor pequenas unidades produtivas cujo tamanho não ultrapassa 50 pessoas ocupadas. As unidades produtivas informais dispõem de escasso capital, utilizam uma tecnologia tradicional (não importada) e intensiva de mão-de-obra; conseqüentemente é baixa a qualificação da mão-de-obra; o não parcelamento de tarefas, seja na produção de um bem, seja na prestação de um serviço, é outra característica do setor; nas unidades produtivas, a estrutura organizacional é difusa e personalizada, sendo a divisão do trabalho pouco complexa; a fixação da jornada e o ritmo de trabalho dependem, por outro lado, do trabalhador e do seu grupo familiar; admissões às unidades produtivas encontram-se subordinadas a critérios familiares, de parentesco ou de amizade. Salienta-se, ainda, que as unidades informais são de baixa produtividade, concentrando o subemprego existente na sociedade, sendo pequena a capacidade de acumulação de capital nas empresas e baixa a sua capacidade de expansão. Finalmente o setor informal é visto como dependente do setor formal, recebendo pouco incentivo por parte do Governo. Sugere-se que o setor informal se desenvolve basicamente por manter relações funcionais com as unidades produtivas capitalistas, ajudando a estas e ao sistema global a gerar excedentes e, conseqüentemente, a acumular (Raczynski, 1977: 16, 17).

Na perspectiva do emprego e dos mercados de trabalho, a resenha de Raczynski aponta, além de outros aspectos, características mencionadas no estudo anteriormente referido de Souza & Tokman (1976). O setor informal urbano é percebido primeiramente como um setor de "fácil entrada", proporcionada pela ausência de barreiras administrativas e pelos escassos requisitos seja de capital físico ou humano. Sua mão-de-obra apresenta alta taxa de rotatividade e instabilidade ocupacional. Este setor se constitui como mercado prioritário para aqueles em início de vida economicamente ativa ou em final de vida produtiva. Além disso, preenche os migrantes a função de trampolim na sua inserção na economia urbana. Absorvendo basicamente mão-de-obra não qualificada o setor permite a aquisição de certas habilidades, via a própria experiência de trabalho. Outra regularidade apontada diz respeito ao baixo nível de produtividade e renda da mão-de-obra, sendo que vários estudos indicam ser a renda média do setor informal inferior àquela auferida pelos integrantes do setor formal. Esse diferencial de renda se explicaria por fatores tais como escolaridade, idade e experiência de trabalho, dos

integrantes do mercado informal (Raczynski, 1977: 25).

No Brasil, a partir de década de 70, foram realizadas pesquisas empíricas sob o enfoque teórico de setor informal. Dentre os raros trabalhos que tratam da composição e do funcionamento de tal setor destacam-se o trabalho pioneiro de Merrick (1976) sobre Belo Horizonte e o de Berlink (1977) sobre Campinas, bem como aqueles realizados para a SUDENE por Cavalcanti (1978) em Recife e Cavalcanti & Duarte (1980) em Salvador e Fortaleza. Merrick mostra a importância das atividades informais no mercado de trabalho de Belo Horizonte que, em 1972, correspondiam a 31% do total do emprego urbano (Merrick, 1976: 40). Cavalcanti, por sua vez, utilizando a literatura internacional como quadro de referência, levanta inicialmente as características dos "trabalhadores tipicamente informais" nas cidades pesquisadas, para a seguir centrar sua análise no consumo dos serviços que oferecem, dando especial ênfase ao perfil do consumidor do setor informal. Conclui que a demanda destes serviços se estende a "todas as faixas da população, variando a natureza e o volume da procura apenas segundo os patamares de poder aquisitivo" (Cavalcanti, 1978: 120).

A problemática do setor informal também vem sendo discutida por técnicos do IPEA e do INPES, que se interessaram pelo tema a partir de uma preocupação mais ampla com a distribuição de renda e emprego, foco central de estudo dos economistas ligados ao Ministério do Planejamento em meados de 1970.

Na verdade, foi o interesse por parte do Governo com a pauperização crescente de amplos segmentos da população urbana que levou o II PND a vincular entre si a política econômica, a política social e o planejamento urbano (Tolosa 1977), e seus técnicos a desenvolverem pesquisas sobre a distribuição de renda, as oportunidades de emprego nos mercados urbanos, os fluxos migratórios, o crescimento das cidades, a pobreza urbana e o setor informal. No conjunto destes trabalhos sobressaem aqueles realizados por Almeida (1974), Manso de Almeida e Silva (1974), Costa (1975), Goodman (1975), Melo e

Souza (1976), Lodder (1976), Ozório de Almeida (1976), Martine (1976), Peliano (1977), Martine e Peliano (1978), Mata (1979), destacando-se os estudos de Tolosa (1976, 1977) que centralizou suas investigações nos padrões de subutilização da mão-de-obra em cidades de grande e médio porte das áreas metropolitanas, com altas taxas de crescimento populacional submetidas a grande pressão demográfica. A este elenco de trabalho veio juntar-se um estudo sobre as relações entre migrações internas e distribuição da renda (Ministério do Interior, 1976), destinado como os anteriores, a fornecer subsídios para a formulação de políticas. Contando com uma massa de informações provenientes de pesquisas da FIBGE, todos estes trabalhos tomaram por base dados dos Censos Demográficos, dos Censos Econômicos, dos Censos Industriais, das PNADs e dos Anuários Estatísticos, reconhecendo expressamente suas limitações.<sup>4</sup>

Apesar de considerar diferentes marcos divisórios na economia urbana, tais como "moderno" e "informal" (Souza, 1976; Mata, 1979) "moderno" e "tradicional-formal" e "tradicional-informal" (Tolosa, 1975), "formal" e "informal" (Almeida Osório, 1976), observa-se nestes trabalhos um consenso quanto à composição e funcionamento do chamado setor informal. Os estudos que sobressaem nesta linha são os de Almeida Osório (1976) e Peliano (1977). No primeiro que trata de responder à indagação sobre a maior expansão de emprego no setor terciário do que no industrial, nota-se a preocupação em explicar o crescimento e persistência do setor informal como decorrência da expansão do setor formal. Ou seja, para Almeida Osório (1976) os mecanismos que garantem o crescimento de atividades do setor informal se traduzem na tendência industrial em subcontratar os serviços baratos (da mão-de-obra do setor informal) e na inviabilidade de alternativas "modernas" nas operações intensivas em trabalho (dado o baixo custo de mão-de-obra *versus* custos elevados das modernas tecnologias). Salienta ainda a autora que esta última característica aliada àquela de não produção de bens comercializáveis internacionalmente, desestimula o se-

<sup>4</sup> Estas limitações estão ligadas principalmente a questões como variação entre Censos de diferentes anos, critérios de definição da População Economicamente Ativa (PEA) e critérios de classificação entre setores; aponta também variação de categorias ocupacionais bem como ausência de informações sobre questões básicas como duração do trabalho, tamanho médio de família, renda familiar (Almeida, 1974; Manso de Almeida e Silva, 1974; Ozório de Almeida, 1976; Lodder, 1976).

tor formal, nacional ou estrangeiro, em competir com o setor informal (Almeida Osório, 1976: 24, 25, 39, 42). Em suma, observa que é a natureza das transações que dá o nome de informal ao setor menos capitalizado da economia urbana, ou seja, "a própria informalidade faz com que uma série de atividades urbanas absorvam mão-de-obra que não encontra emprego melhor remunerado no resto da economia (...). A semiclandestinidadade do setor informal se aproveita das vantagens paralegais da pequena escala para reduzir custos de operação. A atividade itinerante evita os custos de locação e dificulta a fiscalização de preços. O emprego do trabalho familiar corta os custos do trabalho, salário e previdência social, horas extras, etc. (Almeida Osório, 1976: 39).

Peliano em estudo sobre a caracterização da pobreza urbana nas nove Regiões Metropolitanas, ressalta como característica básica do setor informal o seu importante papel na absorção de mão-de-obra migrante, alertando entretanto que a migração não é responsável pela existência do setor; em segundo lugar, observa que o setor informal pode estar absorvendo mão-de-obra por sua própria dinâmica interna, não exercendo necessariamente um papel de passagem para o setor formal (Peliano, 1977: 37; Martine & Peliano, 1978: 144). No que se refere às características da mão-de-obra, o autor concorda com os demais autores quanto ao nível de qualificação, remuneração, instrução e participação de jovens, mulheres e migrantes recentes na composição total da força de trabalho do setor (Peliano, 1977: 37).

#### I.4 - *A Abordagem Geográfico-Espacial: os Dois Circuitos da Economia Urbana*

No conjunto da literatura cumpre distinguir uma quarta abordagem de natureza econômica que se denominará aqui de geográfico-espacial. Resultando de trabalho de alguns geógrafos, este enfoque contribui, de forma específica, para a localização econômico-espacial do que vem sendo chamado de "pobreza urbana" ou trabalhadores do setor informal. Um exemplo significativo desta abordagem é fornecida por Milton Santos para quem o surgimento da pobreza urbana é o resultado de certas "deformações", nos países subdesenvolvidos, do "processo de desenvolvimento pela modernização tecnológica" (Santos, 1979). Partindo da suposição de que existe uma especialização funcional de áreas geográficas (no que concerne à concentração de recursos que propiciam o processo de

desenvolvimento pela modernização tecnológica e à dispersão dos padrões de consumo gerados nessas áreas), o autor desenvolve um modelo onde distingue dois espaços geográfico-econômicos cujas relações de "complementaridade" e "concorrência" (Santos, 1979: 204) dinamizam o processo de desenvolvimento em curso nos países subdesenvolvidos. Estes espaços são os chamados Circuito Superior e Circuito Inferior de atividades econômicas. Se o primeiro é identificado com o setor moderno, o segundo não pode ser confundido com o setor tradicional uma vez que é "produto da modernização e está em permanente processo de transformação e adaptação" (Santos, 1979: 30). Da mesma forma, a noção destes dois circuitos não deve ser confundida com a noção de um "dualismo" fragmentário ou dicotômico uma vez que os dois circuitos têm "a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados" (Santos, 1979: 43).

Segundo o modelo, cada circuito deve ser definido pelo conjunto de atividades econômicas que nele se processam e pela população que dele se beneficia. No circuito superior predominam as atividades bancárias, do comércio exterior e da grande indústria. No circuito inferior, cuja característica básica é a "facilidade de entrada", multiplicam-se as atividades de artesanato, serviços e pequeno comércio (referência especial é feita ao trabalho autônomo constituído, principalmente, por trabalho por conta própria (Santos, 1979: 174). No que se refere à população que integra cada um dos circuitos o autor ressalta que apesar de existirem grupos sócio-econômicos predominantes em cada um deles, todas as camadas da população consomem e exercem atividades fora do circuito a que pertencem. Desta forma, indivíduos diretamente ligados ao circuito inferior podem participar temporária ou ocasionalmente do circuito superior.

O quadro seguinte permite uma visualização abrangente das características econômicas de cada um dos circuitos.

O autor sustenta que existe uma relação entre os dois circuitos e o espaço que preenchem na rede urbana. Assim, na medida em que crescem as cidades, expandem-se as atividades do circuito superior, que geram por sua vez o crescimento de atividades do circuito inferior, aumentando a importância deste com o tamanho da cidade: "enquanto nas cidades pequenas elas (as atividades do circuito inferior) substituem os serviços modernos às vezes existentes, nas grandes cidades elas existem apesar do grande número de serviços modernos, para responder à

Quadro 1

## Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
Crédito	bancário institucional	pessoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceto produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	frequente
Overhead capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Santos, 1979:34

demanda de uma numerosa população pobre” (Santos, 1979: 274).

O autor chama atenção ainda para o fato de que nas metrópoles, as favelas representam o *locus* por excelência das atividades do circuito inferior, considerando que não há oposição entre favela e “centro”, mas “oposição entre circuito inferior e superior”: certos habitantes das favelas escapam do circuito inferior, existindo toda uma população não-favelada que ao mesmo se vincula pela atividade econômica e pelo consumo.

Outro estudo expressivo desta abordagem é o de McGee (1976) que trabalha com a categoria de “protoproletariado” cuja identificação e descrição se fazem a partir do modo de produção no qual está inserido. Distinguindo três modos diferentes de produção – o capitalista, o socialista e o camponês – o protoproletariado ligado ao último deles, subsistindo nas cidades do terceiro mundo e se caracterizando pela necessidade do “empresário individual” em utilizar “suas provisões totais de mão-de-obra”.

Constituindo-se de “uma população que está, em termos amplos, comprometida dentro de um sistema de produção camponês que denominamos o setor informal” (McGee, 1976: 112) esta parcela da população urbana exerce basicamente atividades de distribuição (comércio e transporte), de serviços e atividades industriais (indústrias clandestinas). O autor aponta, ainda, como traços característicos a flexibilidade de tempo e de compromisso ocupacional. Um terceiro ponto que é saliente diz respeito às vantagens pessoais e sociais para permanecer no setor apesar dos baixos ingressos aí auferidos (McGee, 1976: 120). Finalmente, o autor salienta que a baixa renda das famílias protoproletárias, leva as mesmas a se instalarem em áreas que lhes permite não só reduzir os seus gastos em habitação e transporte como exercer suas atividades econômicas burlando as leis que vigoram no setor formal. Como exemplo o autor cita a produção de alimentos (sujeita a medidas de caráter higiênico) e o emprego da força de trabalho familiar em todas as idades. Coincidin-

do em muitos pontos com a abordagem do setor informal, a perspectiva geográfico-espacial acrescenta pelo menos dois aspectos importantes para a compreensão da problemática que vem sendo aqui tratada: em primeiro lugar a relação entre o crescimento da rede urbana e a expansão dos circuitos econômicos; em segundo lugar a relação entre os circuitos e a localização geográfica da população que deles participa.

## II – O Mercado de Trabalho na Abordagem Sociológica: as Diferentes Formas de Organização da Produção

Na literatura especializada sobre o funcionamento da economia urbana cumpre distinguir um enfoque teórico que busca compreender o processo econômico através das diferentes formas como se organizam as atividades de produção. Postula-se que os setores (ou subsetores) econômicos mais dinâmicos numa economia não são, via de regra, aqueles que oferecem maior volume de emprego; ao contrário absorvem relativamente pouca mão-de-obra, já que se constituem naqueles que se capitalizam mais rapidamente e neles a produtividade do trabalho tende a ser mais alta (Jelin, 1974: 53).

Considerando-se que no modelo de crescimento econômico o modo de produção capitalista é dominante, mas absorve relativamente pequena parcela de trabalhadores, procura-se identificar de que forma e com que níveis de rendimento a população economicamente ativa que não está diretamente vinculada nem ao emprego no setor econômico dinâmico, nem no setor estatal de produção, participa da produção social. Parte integrante do sistema econômico global, as atividades econômicas organizadas em moldes não capitalistas não têm a sua existência garantida: a sua permanência depende da centralidade das vantagens que oferecem à expansão e acumulação do capital. Embora dito das mais variadas formas, estas vantagens podem ser sinteticamente enumeradas da seguinte maneira: facilita o processo de acumulação; assegura a persistência do exército de reserva “no limite do equilíbrio entre a manutenção dos baixos salários e contenção do desemprego em massa”; estimula o consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, facilitando a sua circulação, e finalmente, contribui para diminuir os custos de reprodução da força de trabalho engajada na produção capitalista (Kowarick, 1975: 172; Oliveira, 1975: 26; Prandi, 1978: 36, 37, 40; Carvalho & Souza, 1980:

93; Singer, 1980: 41). Estas vantagens refletem o relacionamento dinâmico entre o desenvolvimento econômico, o modo de produção capitalista e outras formas de produção não estatais cujas atividades sobrevivem enquanto não podem ser organizadas com vantagem pelo capital ou enquanto oferecem vantagens para a sua expansão. A transferência das atividades de produção realizadas por conta própria ou em pequena escala para a produção em grande escala, acarreta ou o “desemprego disfarçado” ou a incorporação de trabalhadores, em geral jovens, às grandes empresas, num processo crescente de proletarianização da população trabalhadora. Fora da esfera capitalista, só se pode compreender a atividade produtiva levando-se em conta a sua função de “reprodução de condições estruturais que permitem, auxiliam ou amparam a reprodução de uma sociedade cujo esteio fundamental é a proletarianização crescente das classes trabalhadoras” (Prandi, 1980: 164).

Considerando que a produção é o “conjunto de atividades, não só econômicas, mas políticas e sociais, do qual resultam o sustento da população e a sua reprodução” ou que “participa da atividade produtiva não só os que exercem trabalho produtivo *stricto sensu*... mas também os que realizam atividades de controle (governamentais, jurídicas, policiais, sanitárias, etc) destinadas a manter e reproduzir a ordem constituída” (Singer, 1980: 44), o modelo para a análise do processo produtivo utilizado neste enfoque, identifica quatro formas diferentes de organização da produção: 1) a *Forma de Organização Capitalista*. Esta caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção, tendo como central a empresa-trabalhador; a mão-de-obra utilizada é assalariada a qual participa diretamente da produção de valor excedente (mais-valia); 2) a *Produção Estatal*, onde o emprego se rege formalmente por critérios e relações de trabalho burocráticas. Pertencem à esta forma de produção as atividades do Poder Público (finanças, fiscais, estatísticas, de governo, política, forças armadas, tribunais, etc.) e as atividades sem fins de lucro (educacionais, sanitárias, sindicais, políticas) realizadas por entidades estatais, religiosas, associativas etc. (Singer, 1980: 46); 3) a *Produção Simples de Mercadoria*, baseada em produtores independentes que vendem bens e serviços a clientes. Neste caso o produtor controla os meios de produção, as relações de trabalho se verificam com clientes e não com patrões. As atividades realizadas como produção simples de mercadoria sofrem diferentemente o impacto da expansão da economia

capitalista: algumas sucumbem, outras resistem e outras são estimuladas já que apresentam vantagens nítidas para o capital; 4) a *Economia Doméstica*, consistindo nas atividades produtivas que se realizam no âmbito dos domicílios tendo em vista a satisfação das necessidades imediatas de seus membros, ou seja, é na esfera da economia doméstica que se dá a reprodução da força de trabalho direta ou indiretamente a serviço do capital. O salário percebido pelos membros da família constitui a base material da produção doméstica. Quando este salário se torna insuficiente outros membros da família são integrados em atividades que geram alguma remuneração, podendo ser estas atividades domiciliares ou extra-domiciliares. A *Economia Doméstica* integra-se na economia urbana de duas formas: a) pelo recrutamento de mão-de-obra assalariada para a produção não mercantil de bens e serviços no âmbito das famílias de altas rendas; e b) pelo oferecimento, no mercado, do "excedente" da produção doméstica das famílias de baixas rendas (Jelin, 1974; Singer, 1980).

Pesquisas de campo realizadas notadamente em Salvador<sup>5</sup> levaram ao refinamento deste modelo teórico pautado nas formas de organização da produção, sugerindo por outro lado, novas questões: como se relacionam as formas de produção simples de mercadoria, a economia doméstica, a produção Estatal e o desenvolvimento econômico capitalista; por que algumas atividades tendem à extinção enquanto outras são continuamente realimentadas à medida que se expande o capitalismo (Singer, 1970; Jelin, 1974; Kowarick, 1975; Carvalho & Souza, 1980). Numa outra dimensão averigua-se o processo de passagem para o trabalho autônomo ou por conta própria, os mecanismos de que se utilizam os produtores simples de mercadoria tanto para garantir a sua estabilidade ocupacional como para manter a sobrevivência de sua família (Prandi, 1980; Vianna, 1980).

## II.1 – *Trabalhadores por Conta Própria ou Produtores Simples de Mercadoria*

O trabalho por conta própria, ocupação típica do setor informal (Raczynski, 1977: 10) é visto pelos dualistas e pelos autores que trabalham com o conceito de subemprego, como uma categoria ocupacional internamente indiferenciada. É distinta entretanto a concepção daqueles estudiosos que não se vinculam à tradição da análise econômica. Utilizando num mesmo sentido os termos "trabalhadores por conta própria", "produtores simples de mercadorias" e "produtores independentes" – para designar as formas de trabalho que não geram mais-valia – sociólogos e antropólogos chamaram a atenção para a heterogeneidade existente no interior de tais categorias. Estabelecem num primeiro nível uma diferenciação entre "trabalhadores autônomos", "conta própria regular" "conta própria irregular" e "biscateiro" (Singer, 1980); entre "biscateiro", "biscateiro profissional" e "biscateiro não profissional" (Souto de Oliveira & Prado, 1975)<sup>6</sup>. Num segundo nível apontam para uma grande variação nos modos como se incorporam no mercado de trabalho urbano (Machado da Silva, 1971, 1979; Souto de Oliveira & Prado, 1975; Ribeiro, 1977; Lopes & Machado da Silva, 1979; Prandi, 1978, 1980); nos níveis de renda de tais trabalhadores (Prandi, 1980). Finalmente, também existe uma preocupação com os processos de transferência para o trabalho por conta própria, com as razões que levam parcelas da força de trabalho a se engajarem nas atividades econômicas autônomas, seu "desejo de independência" ou de segurança conferida pelas Leis trabalhistas e previdenciárias (Machado da Silva, 1971, 1979; Carvalho, 1976; Ribeiro, 1977; Prandi, 1978; Vianna, 1980; Carvalho & Souza, 1980).

Uma questão que emerge nestes estudos é a de se explicar como desaparecem, sobrevivem e

<sup>5</sup> Estes estudos se desenvolveram no âmbito de um convênio do CEBRAP com o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia redundando na publicação do livro *Bahia de Todos os Pobres* (1980).

<sup>6</sup> Com o propósito de abranger a multiplicidade concreta das várias formas de inserção no mercado de trabalho urbano, sem contudo fragmentar as chamadas classes populares urbanas, Ribeiro (1977) propõe a utilização do termo "trabalho intermitente". Segundo esta autora, uma das vantagens da utilização da categoria teórica do trabalho intermitente é a de que a mesma extrapola o nível de análise individual (biscateiro, autônomo, assalariado, etc.) e expressa globalmente a natureza das relações de trabalho e de produção viabilizadas pelas condições políticas e sociais cristalizadas pelos mecanismos institucionais que regulam as situações de trabalho.

se expandem as atividades econômicas do modo de produção simples de mercadorias. Na literatura sociológica ora considerada, os produtores simples de mercadoria só resistem à expansão da economia capitalista até o momento em que as atividades econômicas que exercem contribuem de maneira vantajosa para o processo de acumulação. A partir do instante em que torna-se mais vantajoso para o capital produzir os bens e serviços que antes "importava" do setor autônomo, estas atividades tendem a desaparecer, deixando freqüentemente "desempregados disfarçados" que só encontram o meio de sobrevivência no exercício de atividades econômicas de ínfima produtividade; outras vezes, o desaparecimento daquelas atividades contribui para o processo de proletarianização de parcelas da força de trabalho (Singer, 1970; Kowarick, 1975; Prandi, 1978; Carvalho & Souza, 1980). Neste processo dinâmico, Singer e Carvalho & Souza identificam tendências diversas para as atividades realizadas como produção simples de mercadoria que coexistem com as formas de produção organizadas em moldes tipicamente capitalistas (Singer, 1970; Jelin, 1974; Kowarick, 1975; Prandi, 1980; Carvalho & Souza, 1980). Três são as tendências apontadas:

1) Atividades com tendências à extinção. Sendo uma herança do passado, grande parte destas atividades já foram incorporadas pela produção em grande escala. São, por isto mesmo, atividades de ínfima produtividade (verdureiros, alfaiates, bordadeiras, engraxates, carroceiros, etc.) que absorvem a grande parcela de "desempregados disfarçados" situada nos limites da mendicância (Singer, 1970:55). Vistas como "núcleo residual" da produção organizada em moldes mais modernos, este conjunto de atividades reúne, geralmente, trabalhadores de mais idade que já não têm condições de emprego noutro setor<sup>7</sup>. Estas atividades entram em extinção ou pela penetração do capital onde, anteriormente, eram exercidas por produtores simples de mercadoria ou por pequenas empresas familiares; ou ainda são destruídas uma vez que seus produtos perdem o valor de uso, deixando de ser socialmente necessários (Carvalho & Souza, 1980: 85, 86; Prandi, 1978: 48, 49).

2) Atividades com tendências a sobreviverem permanecendo significativas no que diz respeito à capacidade de absorção de mão-de-obra. Permanentemente ameaçadas pelas empresas capitalistas, a sobrevivência destas atividades é garantida pela existência de uma ampla camada de população de baixa renda, principal consumidora destes serviços, e pelo volume reduzido de capital requerido para movimentar os negócios. São vistas, ainda, como atividades que sobrevivem apenas em áreas onde a reduzida dimensão do mercado não comporta a aplicação de técnicas mais modernas de produção (Singer, 1970: 54). Outros autores caracterizam este tipo de atividade pelos ganhos inferiores, instabilidade ocupacional, desvinculação da proteção trabalhista e previdenciária, jornadas parciais ou prolongadas de trabalho e níveis de vida bastante precários. Exercidas por conta própria, incluem as ocupações em serviços domésticos, artesanato, pequeno comércio ambulante ou estabelecido, prestação de serviços (Carvalho & Souza, 1980: 86, 89).

3) Atividades com tendência à plena expansão. São atividades que proporcionam aos trabalhadores que as exercem uma situação de franco privilégio no mercado. Sua permanência e expansão é garantida pelo respaldo que dão ao setor capitalista de produção, seja na distribuição dos produtos de consumo daquele setor, entre as populações de baixa renda, seja pela manutenção e reparo dos produtos de consumo durável. Encontram-se, neste grupo, as ocupações exercidas por conta própria como por exemplo, encanadores, eletricitistas, mecânicos, metalúrgicos, marceneiros, etc. Os trabalhadores profissionais destes ramos são originários, de modo geral, de grandes empresas onde, na maioria das vezes, adquiriram as qualificações exigidas para o exercício da profissão (Carvalho & Souza, 1980: 90, 91). Estas atividades se expandem pela inexistência de tecnologia adequada que justifique a aplicação vultosa de capital. Mas, à medida que a atividade amadurece, permitindo a aplicação de fatores complementares à atividade do trabalhador (elevando a produtividade do trabalho) tais atividades tendem a ser incorporadas pelas empresas capitalistas (Singer, 1970: 54).

<sup>7</sup> São os seguintes os obstáculos, enumerados por Singer, para a incorporação destes trabalhadores em atividades mais produtivas do setor moderno: imobilidade da força de trabalho no espaço por falta de recursos e/ou relutância em abandonar a terra natal; insuficiência no preparo técnico e psicológico para se adaptar às atividades econômicas mais modernas; preconceitos de raça, sexo e idade (Singer, 1970: 55).

Outras questões mais amplamente discutidas na literatura sociológica aqui apresentada relacionam-se aos processos de transferência para o trabalho por conta própria, à problemática mais específica das formas de exercício desta atividade e aos níveis de renda tanto dos trabalhadores não-assalariados como dos assalariados.

Prandi (1978) se refere expressamente aos processos de transferência para o trabalho por conta própria, distinguindo, analiticamente, entre a "transferência por opção" e a "transferência por expulsão" do mercado de trabalho. No primeiro caso o indivíduo deixa de "vender a sua força de trabalho para produzir bens e serviços que devem ser "socialmente úteis", ou seja, o trabalho autônomo só pode subsistir se existe mercado para seus produtos, caso contrário, passa a constituir o chamado grupo de "desempregados disfarçados". No segundo caso, "ele é expulso do mercado (...) não há comprador para a sua força de trabalho"; transforma-se em trabalhador autônomo à sua própria revelia. Mas neste caso há de se considerar as situações em que o indivíduo assume trabalho por conta própria sem, contudo, nunca ter sido um assalariado (Prandi, 1978: 48, 49, 85-87). A transferência por opção para o trabalho por conta própria, implicitamente, só pode ser observada entre trabalhadores que possuem algum treinamento profissional em atividades socialmente necessárias. Mas, acrescenta Prandi, deve-se considerar o fato de que, na prática, torna-se difícil distinguir estes dois processos facilmente identificáveis no plano analítico. Ocorre mais freqüentemente que a transferência por expulsão pode estar "mascarada em opção" (Prandi, 1978: 86). Investigações empíricas têm procurado captar esta diferenciação dos processos de passagem para o trabalho autônomo através do grau de satisfação/insatisfação com o trabalho por conta própria e da preferência pelo trabalho assalariado regular. Constatou-se em pesquisa realizada em cidades do interior baiano, que a maioria destes trabalhadores preferiam o emprego assalariado ou por razões ligadas ao nível salarial, ou pela estabilidade e proteção previdenciária, ou por ambos os motivos (Carvalho, 1976: 100, 101).

O estudo dos níveis de qualificação permite distinguir formas diversas de exercício do trabalho por conta própria. Neste sentido, Singer diferencia a conta própria regular do irregular. Integram a primeira categoria aqueles que "exercem determinadas atividades o tempo todo" e são denominados "profissionais autônomos"; os segundos, são os que realizam diversas atividades sucessivamente, de acordo com a demanda do mercado, sendo denominados "biscateiros" (Singer, 1980: 54). Prandi acrescenta outras dimensões à diferenciação entre conta própria regular e irregular, baseado no grau de estabilidade ocupacional, na posse ou não dos instrumentos de trabalho e de capital mínimo para a realização das atividades (pequeno estabelecimento comercial, oficina de consertos, veículo de transporte de carga ou passageiros, etc.) O conta própria irregular, "marreteiro" ou "biscateiro" disposto a realizar tarefas de baixa ou nula qualificação, vive à espera do trabalho assalariado regular, alternando períodos de trabalho autônomo, com o de trabalho assalariado e o desemprego (Prandi, 1980: 129, 130).

Relativamente ao nível de renda, são unânimes as constatações de que baixos níveis são prováveis de ocorrer entre os trabalhadores autônomos que ingressam ou que persistem em atividades que compõem o núcleo residual do modo tipicamente capitalista de produção (Singer, 1970; Prandi, 1980; Carvalho & Souza, 1980). Em contraposição, os níveis de renda são mais elevados entre os conta própria regulares, ou seja, aqueles que exercem ocupações que respondem às necessidades do desenvolvimento econômico capitalista. Singer, no entanto, propõe que o nível de renda dos indivíduos participantes do processo produtivo varia não só em função da ocupação que exercem mas também, em função do modo de produção em que estão inseridos, bem como em função de características pessoais tais como sexo e idade (Singer, 1980: 61).

Finalmente, análises estatísticas das informações dos Censos Demográficos empreendidas por autores que compartilham desta mesma perspectiva teórica mostram as tendências globais da expansão de determinadas atividades autônomas. Lúcio Kowarick, por exemplo, anali-

<sup>8</sup> O autor não exclui a possibilidade da combinação entre trabalho autônomo e trabalho assalariado. Prandi se refere a esta situação propondo que "O trabalho por conta própria (...) é muitas vezes desempenhado não como alternativa ao assalariado mas como maneira complementar que permite aumentar o rendimento necessário ao suprimento das necessidades mínimas familiares" (Prandi, 1978: 44).

sa, a nível de Brasil, como certas atividades "marginais" à expansão econômica capitalista são imprescindíveis ao processo de industrialização: "é digno de realce que as regiões, que relativamente menor parcela de autônomos masculinos perderam, são justamente as mais industrializadas, ou sejam São Paulo e Guanabara. Tal questão recoloca (...) se não a criação de modalidades de inserção marginal na divisão do trabalho, pelo menos a sua manutenção, posto que é onde a indústria se concentra, que menos se destroem os serviços autônomos ligados à reparação e conservação de seus produtos" (Kowarick, 1975: 164).

### III – A Abordagem Antropológica: seu Modelo de Análise e suas Bases Empíricas

Se na abordagem sociológica os estudos mostram distinções significativas de modalidades de trabalho não-assalariado, de suas tendências evolutivas segundo o ritmo de desenvolvimento econômico-capitalista, na abordagem antropológica são enfocados os modos de manipulação do mercado de trabalho urbano através das técnicas cotidianas de busca de segurança na ocupação e de sobrevivência nos períodos de inatividade. De início faz-se necessário uma revisão ampla do modelo proposto por Machado da Silva (1971) para o estudo da dinâmica interna do trabalho manual nas áreas urbanas. Este modelo tem inspirado uma série de outros estudos que serão aqui referidos.

Reconhecendo no mercado de trabalho o que chamou de Mercado Formal (FM) e Mercado Não Formal (MNF), o autor identifica comportamentos diversos dos trabalhadores no que se refere ao controle dos mecanismos e condições do MF, MNF ou ambos simultaneamente. O MF e MNF são definidos como altamente institucionalizados, sendo que esta dicotomia é estabelecida apenas no nível jurídico: o MF se caracteriza pela predominância do emprego com "carteira assinada" que traz vantagens não somente relativas à proteção das leis trabalhistas e previdenciárias, com também relativas ao "reconhecimento social" do trabalhador que a possui. O MNF, por sua vez, se caracteriza pela "invisibilidade" jurídica, ou seja, as atividades

econômicas aí desenvolvidas não têm nenhum reconhecimento oficial tendo o trabalhador autonomia no estabelecimento do tempo de trabalho, do preço do produto ou serviço que oferece (Machado da Silva, 1971; Souto de Oliveira & Prado, 1975)<sup>9</sup>. Concebendo um *continuum* no mercado de trabalho entre o emprego (MF) e a ocupação (MNF), Machado da Silva identifica o que chama de "espaços limiares" entre as duas modalidades de trabalho; este espaço representa uma abstração analítica e indica a impossibilidade de "oposições irreconciliáveis" entre as situações de trabalho que compõem o mercado urbano de trabalho manual. As situações concretas mostram que a interpenetração de situações de trabalho fazem parte dos vários modos de manipulação do mercado de que se utilizam os grupos de trabalhadores manuais (Machado da Silva, 1971: 52, 53; Souto de Oliveira, 1980: 41).

Das variáveis que descrevem o MNF duas merecem especial atenção: a "personificação" das relações de trabalho e as ocupações "típicas" do MNF. A "personificação" das relações de trabalho é vista como a base sobre a qual se estrutura a atividade econômica do MNF. As relações pessoais entre trabalhadores e clientes permite aos primeiros alcançar a garantia de venda mínima de sua força de trabalho através da criação de uma rede de contatos que contribui para a ampliação dos laços de clientela. Mas, a "personificação" das relações de trabalho não adquirem importância estratégica naquelas ocupações cuja exigência de qualificação é alta; contrariamente, é crucial nas atividades que exigem baixos níveis de conhecimento específico. Contudo, é na relação interpessoal de trabalho que se fundamenta grande parte da capacidade de barganha no mercado, sendo que desta depende a estabilidade da ocupação e a garantia de regularidade dos ingressos. Não sendo determinada apenas pelo grau de qualificação profissional, a capacidade de barganha envolve o talento do trabalhador em desenvolver e manter uma rede apropriada de contatos, a dependência de patrões "estrategicamente localizados", a simpatia pessoal e a auto-confiança... (Machado da Silva, 1971: 35, 36). É importante assinalar ainda que a capacidade da barganha é exercida não somente para ampliar os laços de

<sup>9</sup> A autonomia do trabalhador na fixação do preço do produto não é irrestrita; depende, entre outros fatores, da disponibilidade financeira do trabalhador no momento da execução do trabalho; da existência de um consumidor alternativo; da tentativa de fortalecimento e criação de laços de clientela e mesmo das condições de concorrência no mercado (Machado da Silva, 1971: 35).

clientela que se estabelece entre trabalhador e freguês mas estende-se ao círculo de colegas e profissão. Estabelecendo laços de compromissos estes subgrupos de trabalhadores, tanto garantem a permanência do freguês dentro do mesmo círculo de relações, como criam relações de amizade profissional que são manipuladas nos períodos de escassez de trabalho (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 351, 352). Por outro lado, a rede de clientela é um fator que atua fortemente nas possibilidades de passagem de "biscateiro profissional"<sup>10</sup> para autônomo profissional com situação juridicamente reconhecida; a clientela ampla e certa contribui de forma decisiva para o registro de autônomo que equivale, no MNF, à carteira assinada do empregado no MF (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 356). Sem distanciar-se da perspectiva sociológica do trabalhador por conta própria no que se refere a suas características, no modelo antropológico as variáveis de qualificação profissional e de chances de opção pelo trabalho assalariado ou não-assalariado discriminam as modalidades de ocupação. O "biscateiro profissional", segundo a denominação dada por Souto de Oliveira & Prado (1975) refere-se àquele indivíduo que possui alta qualificação tendo, por isto, condições de decidir por si mesmo a melhor maneira de exercer a sua profissão – se como empregado no MF ou como autônomo no MNF. O mesmo não ocorre com o "biscateiro não-profissional" que corresponde ao indivíduo desprovido de qualquer qualificação; para este, uma vez que a possibilidade de ingresso no MF é muito reduzida, o biscate surge como a única opção de sobrevivência econômica (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 345, 351).

Para qualificar a conta própria e o biscateiro outra variável é considerada: a chance de maior ou menor estabilidade da ocupação. Neste sentido, o trabalho por conta própria é definido como aquele que "é realizado por indivíduos com treinamento ótimo em profissões de alta procura e baixa oferta" (Machado da Silva, 1971: 64). A presença simultânea destes dois fatores – alta qualificação e escassez de oferta de trabalhos profissionais – confere àqueles que exercem esta modalidade de ocupação, visíveis vantagens

no mercado. Estas vantagens são refletidas pelo alto grau de autonomia e de estabilidade da ocupação, só possíveis devido ao nível de rendimento dos trabalhadores por conta própria que, em muitos casos, têm assegurada uma reserva financeira que os torna menos sujeitos às oscilações da procura por seus serviços e, portanto, mais capazes de arcar com os custos durante os períodos de inatividade. Assim, têm condições de manter uma clientela fixa e, mais que isto, de selecionar os fregueses eventuais, bem como selecionar entre o "biscate grande" e o "biscate pequeno" (Machado da Silva, 1971: 42, 43; Souto de Oliveira & Prado, 1975: 365).

No que se refere ao biscate, ocupação típica do MNF, o mesmo se caracteriza não só pela instabilidade como pela situação desvantajosa com que se apresenta no mercado. Esta situação de desvantagem é explicada uma vez que este tipo de ocupação inclui uma grande variedade de tarefas que requerem baixo nível de treinamento e são exercidas sucessivamente à medida da solicitação de mercado. Neste sentido, no espaço econômico onde atua o biscateiro, as situações mais prováveis de ocorrerem são aquelas em que, ou se tem treinamento ótimo em profissões cuja oferta de trabalho é muito alta ou se tem conhecimento limitados em profissões de alta procura (Machado da Silva, 1971: 74). Destas condições decorre o alto grau de subordinação do biscateiro aos laços de clientela e a importância estratégica do estabelecimento de uma rede de contatos mais ampla. Uma vez que os biscateiros dependem fortemente da personificação das relações de trabalho, os mecanismos de que se utiliza o biscateiro para alcançar um mínimo de segurança e variação de renda, vão desde a utilização de suas qualidades de natureza psico-social (simpatia, extroversão, bom-humor), até às mais sofisticadas "técnicas do ponto", passando pelo pequeno trabalho gratuito, acúmulo de pequenos serviços, etc. (Machado da Silva, 1971: 77-83).

Outra problemática ligada às ocupações do MNF e extensamente tratada nos estudos de natureza antropológica é a concomitância no exercício de duas modalidades de trabalho – trabalho assalariado regular e trabalho não-assalaria-

<sup>10</sup> Tendo Souto de Oliveira & Prado se utilizado do modelo de análise desenvolvido por Machado da Silva, as autoras utilizaram os termos "biscateiro profissional" e "biscateiro não-profissional" para referir-se ao "trabalhador por conta própria" e "biscateiro", respectivamente. Segundo estas autoras a preferência por aqueles termos se deve às dificuldades apontadas pelo próprio Machado da Silva em precisar os limites entre ambas categorias – conta própria e biscate (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 367).

do. As situações verificadas nas investigações empíricas são aquelas em que o indivíduo, por não ter chance de emprego assalariado<sup>11</sup> assume o biscate como única saída de engajamento na divisão social do trabalho; por outro lado, por ter alto nível de qualificação, o indivíduo pode procurar beneficiar-se da clientela já estabelecida no seu período de assalariamento, para assumir o seu ofício por conta própria; uma terceira situação é a de que a incursão no MNF se faz sem o abandono do emprego assalariado (Souto de Oliveira & Prado, 1975; Machado da Silva, 1971, 1979; Vianna, 1980). Observa-se, contudo, que em qualquer destas situações o nível de qualificação e o volume de demanda da profissão exercida no mercado são as variáveis básicas que explicam as chances de opção de que dispõe o trabalhador para se integrar num ou noutro mercado, ou articular ambos a um só tempo ou alternadamente. Outra variável que compõe a explicação da decisão de integração no MNF de trabalho é o "desejo de independência" que só pode ser concretizado se, na avaliação do mercado, o trabalhador considerar-se capaz de manter tanto um controle mínimo sobre a sua segurança como de um nível adequado de remuneração (Machado da Silva, 1971: 56).

Esta problemática do "desejo de independência" é teórica e empiricamente retomada na investigação realizada no Nordeste, no período de 1975-1977, por um grupo de antropólogos do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional (UFRJ). A questão teórica levantada é a de que é em torno do salário que se estruturam

as atividades dos trabalhadores, qualquer que seja o modo de inserção no processo de produção. Concluiu-se, por outro lado, que é a "insuficiência salarial" para reproduzir a família operária que conduz o trabalhador a associar o trabalho assalariado às formas não-capitalistas de produzir e/ou os membros do grupo familiar a incorporarem-se à atividades econômicas que geram remuneração (Machado da Silva, 1979: 9, 10). Nesta linha de argumentação, trabalho autônomo e trabalho assalariado são vistos como complementares; observou-se que a tendência do trabalhador é no sentido de conciliar a condição de autonomia com a do trabalho assalariado. O que se apresenta como relevante nesta constatação é o fato de que esta conciliação, muitas vezes, só é possível através da participação do grupo familiar. Mais do que o "desejo de independência" as garantias legais e previdenciárias do trabalho no setor capitalista de produção, são valorizadas pelos grupos de trabalhadores urbanos investigados. Estes procuram cobrir a insuficiência do salário do emprego regular ou através do trabalho de membros do grupo de família ou através da combinação, na esfera individual, de formas capitalistas e não-capitalistas de produzir (Lopes & Machado-da Silva, 1979).

#### IV - Quadro Conclusivo

O quadro a seguir representa uma tentativa de resumo das diversas abordagens aqui apresentadas.

<sup>11</sup> Segundo Souto de Oliveira (1980) os fatores limitadores da utilização pelo capital da força de trabalho disponível no mercado de trabalho urbano são: a ausência de requisitos que envolvem força, resistência ou habilidades físicas, saúde e mais genericamente os fatores idade e sexo (pp. 41-49).

Quadro 2

Abordagens: Tópicos Gerais:	Abordagem Econômica			Abordagem Sociológica	Abordagem Antropológica
	Dualismo	Pobreza Urbana	Geográfico-Espacial		
1. <i>Problemática Central</i>	Subemprego	renda	interrelacionamento entre os circuitos superior e inferior	interrelacionamento entre diferentes formas de produção	modos de manipulação do mercado de trabalho urbano
2. Objetivo de Análise	Setores formal e informal	pobreza urbana	circuitos inferior e superior	formas de organização da produção	mercado não-formal (MNF)
3. Unidade de Análise	indivíduo	indivíduo	—	família	família
4. Categoria Ocupacional Analisada	a) ocupações produtivas b) ocupações improdutivas	—	—	a) produtores simples de mercadoria b) trabalhador por conta própria	a) biscateiro b) trabalhador por conta própria
5. <i>Funcionalidade do Trabalho</i>	atividades improdutivas	—	atividades do circuito inferior servem ao circuito superior	atividades socialmente necessárias	atividades necessárias à sobrevivência do indivíduo e sua família
6. Processo de incorporação no mercado de trabalho “não-formal”	involuntário	—	—	por opção e/ou expulsão do setor assalariado	“desejo de independência” ou “estratégia individual”

## Bibliografia

- Abreu, Alice Paiva; Ribeiro da Silva, M.G. e Cappelin, Paola  
1978. *A Força de Trabalho Feminina em Areas Urbanas na América Latina: uma revisão da literatura*. Comunicação apresentada no Seminário "A Mulher na Força de Trabalho na América Latina", Rio de Janeiro, novembro.
- Almeida, Anna Luiza Ozório de  
1976. *Distribuição de Renda e Emprego em Serviços*. Coleção Relatórios de Pesquisas n.º 34, IPEA/INPES.
- Almeida, José  
1974. *Industrialização e Emprego no Brasil*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 24, IPEA/INPES.
- Almeida, Wanderly J. Manso  
1975. "Employment Variations in the Service Sector". *Brazilian Economic Studies* n.º 1, IPEA/INPES, pp. 179-200.
- Almeida, Wanderly J. Manso e Silva, Maria da Conceição  
1974. *Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil: emprego e produto*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 18, IPEA/INPES.
- Bacha, Edmar Lisboa  
1972. "O Subemprego, o Custo Social da Mão-de-obra e a Estratégia Brasileira de Crescimento". *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n.º 1, pp. 105-116.
- Berlink, Manoel Tosta et alii.  
1977. *Desenvolvimento da Economia de Campinas: o setor informal*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (OIT/Unicamp).
- Brasil-Minter  
1976. *Mudança na Composição do Emprego e na Distribuição da Renda: efeitos sobre as migrações internas*. (Trabalho coordenado por Mary Garcia Castro).
- Brasil-Sudene  
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*, v. 1. Trabalho coordenado por Helena Pessoa, Recife, Sudene.
- Brasil-Sudene  
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*, v. 2. Trabalho coordenado por Luiz Antonio Machado da Silva, Recife, Sudene.
- Cardoso, Fernando Henrique e Reina, José Luiz  
1960. "Industrialização, Estrutura Ocupacional e Estratificação Social na América Latina". In Fernando H. Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difel, pp. 104-139.
- Carvalho, Inaiá  
1976. *Problemas do Emprego em Áreas Urbanas da Bahia. Relatório Preliminar*. Salvador, Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.
- Carvalho, Inaiá e Souza, Guaraci A.A.  
1980. "A Produção Não-Capitalista no Desenvolvimento de Salvador". In Guaraci A.A. Souza e V.E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.

- Cavalcanti, Clóvis  
1978. *Viabilidade do Setor Informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. Recife, Minter/Sudene, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- Cavalcanti, Clóvis e Duarte, Renato  
1980. *À Procura de Espaço na Economia Urbana: o setor informal de Fortaleza*. Recife, Sudene/Fundaj, Brasília, Ministério do Trabalho.
- Cavalcanti, Clóvis e Duarte, Renato  
1980. *O Setor Informal de Salvador: dimensão, natureza e significado*. Recife, Sudene/Fundaj, Brasília, Ministério do Trabalho.
- Cunha, Paulo Vieira da  
1977. "Dualismo no Mercado de Trabalho: uma verificação empírica em uma amostra de trabalhadores de baixa renda". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 1, pp. 101-144.
- Faria, Vilmar E.  
1980. "Divisão Inter-regional do Trabalho e Pobreza Urbana: o caso de Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Félix, Cleber et alii  
1981. *Emprego, Subemprego e Desemprego*. FIBGE/SEGE/DEISO, mimeo.
- Fraenkel, Lêda Maria  
1976. "Questionamentos sobre o Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Relações com as Migrações Internas". In *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Divulgação, pp. 319-330.
- Goodman, David  
1975. "O Modelo Econômico Brasileiro e os Mercados de Trabalho: uma perspectiva regional". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, n.º 1, pp. 89-116.
- Goodman, David e Oliveira, Daniel R.  
1977. "Desemprego Urbano no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 3, pp. 551-580.
- Hoffman, Helga  
1977. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo, Ática (Ensaio, 24).
- Jelin, Elizabeth  
1974. "Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o caso de Salvador". *Estudos Cebrap*, n.º 9, pp. 51-79.
- Jelin, Elizabeth  
1980. "A Baiana na Força de Trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap, n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Kowarick, Lúcio  
1975. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Kritz, Ernesto e Ramos, Joseph  
1975. "La Subutilización de la Mano de Obra Urbana en Países Subdesarrollados". In *Sistemas de Informação para Políticas de Empleo*, IPEA/IPLAN, pp. 10-114.

- Lewin, H.; Pitangy, J. e Romani, C.M.  
1977. *Mão-de-Obra no Brasil: um inventário crítico*. Petrópolis Vozes.
- Lodder, Celsius A.  
1976. *Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 31, IPEA/INPES.
- Lopes, José Sérgio Leite  
1978. "Notas Críticas ao *Desemprego e Subemprego no Brasil*". *Dados*, n.º 18, pp. 135-151.
- Lopes, José Sérgio L. e Machado da Silva, Luiz A.  
1979. "Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos". In José Sérgio L. Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Machado da Silva, Luiz A.  
1971. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, mimeo.
- Machado da Silva, Luiz A.  
1979. "Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais". In José Sérgio Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Madeira, Felícia e Singer, Paul  
1973. "Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970". *Cadernos Cebrap*, n.º 13.
- Martine, George e Peliano, José Carlos  
1975. "Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas". In Manoel A. Costa (ed.), *Estudos de Demografia Urbana*, IPEA/INPES (Monografia, 18).
- Martine, George e Peliano, José Carlos  
1978. *Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano*. IPEA, Estudos para o Planejamento, 19.
- Manso de Almeida. Ver Almeida, Wanderly J. Manso.
- Mata, Milton da  
1979. *Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 41, IPEA/INPES.
- McGee, T.G.  
1971. *The Urbanization Process in the Third World: Explorations in search of a theory*. London, G. Bell and Sons.
- McGee, T.G.  
1976. "La Persistencia del Proto-Proletariado: Estructuras Ocupacionales y Planificación del futuro de las Ciudades del Tercer Mundo". *Cuadernos*, Sociedad Venezolana de Planificación, 141-143, pp. 95-145.
- Merrick, Thomas  
1976. "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: the case of Belo Horizonte". *Journal of Developing Areas*, n.º 10.

- O'Brien, F.S. e Salm, C.L.  
1970. "Desemprego e Subemprego no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n.º 4, pp. 93-137.
- Oficina Internacional do Trabalho  
1977. *El Sector Informal Urbano: interrogantes y controversias*, por Dagmar Raczynski (Investigaciones sobre Empleo, 18). Chile, OIT/PREALC.
- Oficina Internacional do Trabalho  
1980. *Asalariados de Bajos Ingresos y Salarios Minimos en América Latina*. (Investigaciones sobre Empleo, 18), Chile, OIT/PREALC.
- Oliveira, Francisco  
1975. *Questionando a Economia Brasileira*. Seleções Cebrap n.º 1, São Paulo, Cebrap/Brasiliense.
- Peliano, José Carlos  
1977. "Setor Informal ou Pobreza Urbana?". In George Martine (ed.), *Migrações Internas*, Rio de Janeiro, Altiva (Anais do Simpósio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica do Brasil).
- Pena, Maria Valéria Junho  
1980. "A Mulher na Força de Trabalho". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, n.º 9.
- Prandi, José Reginaldo  
1978. *O Trabalho por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo, Símbolo.
- Prandi, José Reginaldo  
1980. "Trabalhadores por Conta Própria em Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*, Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis Vozes.
- Raczynski. Ver Oficina Internacional do Trabalho, 1977.
- Ribeiro, Ana Clara Torres  
1977. *Trabalho Urbano: biscate e biscateiros*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, mimeo.
- Salm, Cláudio L.  
1975. "Informação e Política de Emprego: considerações gerais". In *Sistemas de Informação para Políticas de Emprego*, IPEA/IPLAN, Brasília, pp. 301-313.
- Santos, Milton  
1978. *Pobreza Urbana* (com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala). São Paulo, Hucitec.
- Santos, Milton  
1979. "Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana e suas implicações espaciais". *Espaço e Sociedade*, pp. 128-149.

- Santos, Milton  
1979. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- Singer, Paul  
1970. "Elementos para uma Teoria do Emprego Aplicável a Países Não Desenvolvidos". *Cadernos Cebrap*, n.º 18.
- Singer, Paul  
1971. "Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969". *Cadernos Cebrap*, n.º 3.
- Singer, Paul  
1980. "A Economia Urbana de um Ponto de Vista Estrutural: o caso de Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Souto de Oliveira, Jane  
1980. *A Reposição do Suor*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.
- Souto de Oliveira, Jane e Prado, Regina de Paula S.  
1975. "O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: uma análise antropológica". In *Sistemas de Informação para Políticas de Emprego*, Brasília, IPEA/IPLAN, pp. 329-368.
- Souza, Alberto de Melo E.  
1976. "Escolha de Emprego e Dualismo no Mercado de Trabalho". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 6, n.º 1, pp. 107-130.
- Souza, Guaraci A.A. de  
1980. "Urbanização e Fluxos Migratórios para Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Souza, Guaraci A.A. de e Faria, Vilmar E. (orgs.)  
1980. *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Souza, Paulo R.  
1980. *Emprego, Salários e Pobreza*. São Paulo, Hucitec.
- Souza, Paulo R. e Tokman, Victor E.  
1976. "El Sector Informal Urbano". In Victor Tokman e Paulo R. Souza, *El Empleo en America Latina: Problemas económicos, sociales y políticos*. Mexico, Siglo Veintiuno, pp. 61-83.
- Tavares, Maria da Conceição  
1966. "Substituição de Importações e Desenvolvimento Econômico na América Latina". *Dados*, n.º 1, pp. 115-140.
- Tolosa, Hamilton C.  
1975. "Dualismo no Mercado de Trabalho Urbano". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, n.º 1, pp. 1-35.
- Tolosa, Hamilton C.  
1976. "Subutilização e Mobilidade da Mão-de-Obra Urbana". In Joseph Barat (ed.), *Política de Desenvolvimento Urbano: aspectos metropolitanos e locais*. IPEA/INPES (Monografia, 22).

Tolosa, Hamilton C.

1977. "Política Urbana e Redistribuição de Renda". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 1, pp. 69-99.

Vianna, Angela Ramalho

1980. "Estratégias de Sobrevivência num Bairro Pobre de Salvador". In Guaraci A. A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.

Werneck, Dorothea F.F.

1978. *Empregos e Salários na Indústria de Construção*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

**A Abertura Política de 1973 a 1981:  
Quem Disse o Quê, Quando – inventário de um debate (\*)**

*Marcus Faria Figueiredo  
José Antônio Borges Cheibub*

*Introdução*

Tornar este país uma democracia, segura e duradoura, tem sido a intenção declarada de quase todos que apareceram publicamente falando sobre o assunto, inclusive todos os Presidentes do regime pós-64. Sabemos, contudo, que entre a intenção e a ação existe uma distância política a ser percorrida, que se caracteriza, hoje, pela permanente tensão entre o tempo físico e o tempo político que o processo de democratização vem absorvendo. Trata-se da questão sobre a velocidade desse processo.

Esta tensão teve sua origem (como veremos com mais detalhes adiante) no confronto de duas estratégias globais: de um lado a proposta de descompressão lenta e gradual; de outro a proposta de convocação imediata de uma As-

sembléia Constituinte. Quer pela inércia, quer pela impotência política da Oposição, quer ainda por questões de ordem tática, o fato é que a cronologia dos discursos e dos fatos mostra-nos que a estratégia lenta e gradual de descompressão acabou por prevalecer, embora, algumas vezes, mais lenta do que gradual.

O sucesso dessa estratégia, acreditamos, não está nas virtudes comumente apontadas, mas fundamentalmente no seu corolário, como formulado pelo professor Samuel Huntington: "a possibilidade de recompressão depende da velocidade da descompressão" (*Jornal do Brasil*, 10/02/74). Este é o fantasma que tem permeado todos os debates e, de certa forma, servido de parâmetro para as estratégias de ação dos diversos atores políticos que participam do jogo da abertura.

---

(\*) O inventário comentado sobre a Abertura Política aqui apresentado originou-se do trabalho de seleção e organização das fontes para o projeto Representação e Transição Política no Brasil, sob a direção de Marcus Faria Figueiredo, tendo como assistente José Antônio Borges Cheibub. Apóiam este projeto: Fundação Ford, Dotação n.º 739-0817-DS31; CNPq, proc. n.º 300.376/80CS07; CNPq, proc. n.º 105.320/80; Convênio IUPERJ/FINEP (1980). O levantamento do material que se segue foi feito no Arquivo de Jornais Contemporâneos do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC); completado com coleções de Alexandre Barros, Wanderley Guilherme dos Santos, Paulo Sérgio Moraes e Sá e as nossas próprias; e consultas aos jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Movimento*, *Opinião* e *Em Tempo*.

Para melhor compreendermos o debate sobre a abertura política temos que estabelecer os momentos-chave desse processo. Cinco acontecimentos políticos, ocorridos entre setembro de 1973 e março de 1974, são importantes para a definição de seu início: em 15/09/73 o General Geisel é escolhido candidato da Arena à Presidência da República e, como de praxe, faz declaração de intenção pela democracia; em 20/09/73 o Professor Wanderley Guilherme dos Santos faz palestra no Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), seguida de debate com parlamentares, onde expõe e defende a tese da descompressão política gradual; em 15/01/74 o General Geisel é eleito indiretamente Presidente da República, reiterando sua intenção pela democracia; em 10/2/74 o Professor Samuel Huntington, em visita ao Brasil, faz declarações aos jornais defendendo sua forma lenta e gradual de descompressão, na forma de aconselhamento ao governo Geisel; finalmente, em 19/03/74 o Presidente Geisel, indo além da simples declaração de intenção pela democracia, parte para uma ofensiva: em sua primeira reunião ministerial, afirma desejar ver os instrumentos excepcionais com os quais o governo achava-se armado, superados, apelando, para tanto, à "imaginação criadora" dos políticos e da sociedade.

A partir desse momento inicial os principais líderes políticos, articulistas e intelectuais do país lançam-se decididamente neste debate, ocupando, até 1977, um grande espaço na imprensa.<sup>1</sup>

O segundo momento do processo de abertura política — a cronologia dos discursos e dos fatos nos mostra — é marcado por uma queda na intensidade do debate devido à perda de credibilidade nas intenções do Governo após o retrocesso político causado pelo "Pacote de Abril".

Em agosto de 1977 inicia-se a reação aos efeitos do "Pacote", notadamente com a leitura da Carta aos Brasileiros pelo jurista Goffredo da Silva Telles, dando conta da indignação nacional em relação aos acontecimentos recentes.

Este terceiro momento do processo, a nosso ver o mais importante, vai de setembro de 1977, com o início da 1.<sup>a</sup> Missão Portella, até fins de 1980, quando é derrotado no Congresso

Nacional o projeto de restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo, dos deputados Djalma Marinho e Célio Borja, ambos dissidentes do já constituído PDS. É neste instante (*Jornal do Brasil*, 12/10/80) que o Senador Tancredo Neves (PP-MG) adverte que "a abertura enalhou" e que o "o espírito do AI-5 ainda sobrevive no Governo".

A inegável importância desse período está na ocorrência de quatro fatos políticos que alteraram substancialmente a configuração do jogo da abertura.

Inicialmente, temos a Missão Portella, através da qual o Governo negociou com todos os setores da sociedade a superação dos instrumentos excepcionais, e cujos resultados (sem entrar em seu mérito) estão nas reformas políticas que antecederam a posse do General Figueiredo na Presidência da República, em 15 de março de 1979.

Temos, em seguida, o surgimento de dois novos atores políticos coletivos, constituindo cada qual um fato político importante: de um lado, os "Novos Empresários", liderados pelo chamado Grupo dos Oito que, em 27/06/78 (*Jornal do Brasil*), lança documento comprometendo-se com o processo de democratização do país e rompendo com a acomodação política do empresariado à sombra do poder central. Este grupo, já então liderado pelo sr. Luís Eulálio Bueno Vidigal, ganha as eleições na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 04/09/80.

De outro lado, surge também neste período um movimento operário novo, distinto do que o país já conhecia. Liderado pelos metalúrgicos do ABC paulista, tendo à frente o líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula, conquista um espaço político próprio, independentemente do desejo dos demais atores existentes, ao romper o cerco da repressão e conseguir trazer para o cenário nacional novas formas de atuação política.

Finalmente, é neste período, também, que ocorre a reformulação partidária, cujo resultado é o estabelecimento de um novo espectro político com conformações político-ideológicas relativamente claras e com estratégias políticas bem definidas, a despeito da incorporação do PP ao PMDB recentemente ocorrida.

<sup>1</sup> Entre 1974 e 1977 ocorreram vários fatos políticos que influíram no debate, se tivéssemos as eleições de 1974, de 1976 além de outros como a morte de Wladimir Herzog em 1975. A periodização do debate que estamos fazendo nem sempre coincide com fatos dessa magnitude, mas com aqueles que diretamente alteraram o sentido e o conteúdo do debate sobre a abertura.

O momento atual do processo de abertura é marcadamente voltado para o estabelecimento de regras para o exercício da luta política: uma vez "definidos" os limites de abertura e os novos atores coletivos a serem incorporados no espaço político nacional, passou-se à organização da luta política substantiva. A fase atual é crucial para o tipo de democracia que teremos, pois o momento resume-se *na luta política para organizar a luta política futura que será, então, sobre a substância da democracia.*

Esquemáticamente podemos dizer que as três primeiras etapas do processo tiveram a sua importância no estabelecimento dos limites e estratégias para a ação política dos diversos atores. Agora, a questão está centrada nas regras do exercício da política, e dessas regras muito dependerá o escopo e a substância que o termo democracia terá no futuro próximo.

O trabalho que aqui apresentamos tem por objetivo recuperar o debate no sentido de explicitar as diversas propostas e estratégias formuladas pelos diferentes atores que tomaram e estão tomando parte neste processo de transição política.

Durante o período de coleta, organização e seleção desse material observamos que três questões estavam sempre juntas: o porquê da abertura na opinião dos atores, a estratégia sugerida para chegar à democracia e o tipo de democracia que, explícita ou implicitamente, os atores formulavam. Nesse sentido, resolvemos organizar a apresentação deste inventário de opiniões comentadas a partir do seguinte esquema:

1. O Porquê da Abertura
2. Estratégias
  - 2.1. Descompressão e Caminhos para a Democracia
  - 2.2. Reforma Partidária e Participação Política
  - 2.3. Reforma Constitucional
3. Modelos Terminais: as Democracias Propostas

Cada seção tem uma breve introdução onde são destacados os temas recorrentes, seguida da relação de entrevistas e artigos em ordem cronológica.

A ordem cronológica é importante pois os temas recorrentes e as propostas políticas apresentadas ganham muito em relevância tendo em vista o desenrolar dos fatos ao longo do período pesquisado.

Entretanto, independente do momento em que aparecem, há um pequeno conjunto de depoimentos e artigos que merecem ser destacados pela importância como peças fundamentais para a análise da experiência de transição pacífica do autoritarismo para a democracia que vem vivendo o país.

Observamos que estes destaques constituem, na maior parte dos casos, material de natureza diferente do que se encontra arrolado no inventário. Cremos, contudo, que sua importância permanece, e deve ser ressaltada, na medida em que oferecem parâmetros para a leitura não só do material disperso dos autores das peças que destacamos, mas também para a leitura de todos os artigos e entrevistas que encontram-se arrolados neste trabalho.

Neste sentido, destacam-se a palestra do General Golbery realizada na Escola Superior de Guerra em 01/07/80, publicada posteriormente sob o título *Conjuntura Nacional: o Poder Executivo* (Rio, José Olympio, 1981); o artigo de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, "O Governo e os Sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80" (*Dados*, vol. 24, n.º 2, 1981); os artigos de José Álvaro Moisés reunidos no livro *Lições de Liberdade e Opressão* (Rio, Paz e Terra, 1982); e o debate sobre os condicionantes econômicos e políticos da abertura promovido pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) e *Jornal da Tarde*, em julho de 1981, posteriormente publicado sob o título *O Futuro da Abertura: um debate* (Bolívar Lamounier e José Eduardo Faria (orgs.), São Paulo, Cortez Editora, 1981).

Sobre as grandes estratégias, são peças fundamentais a palestra do General Golbery, já mencionada, o artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, "Para uma Estratégia de Descompressão Política" de setembro de 1973 (*Jornal do Brasil*), posteriormente publicado, juntamente com o debate realizado no IPEAC, em seu livro *Poder e Política: Crônicas do Autoritarismo Brasileiro* (Rio, Forense Universitária, 1978).

Na linha da reforma partidária e participação política, o debate mais rico é sobre a participação dos empresários e a criação do Partido dos Trabalhadores - PT, pelo fato de constituírem, como já apontamos, atores coletivos novos e independentes dos antigos participantes do jogo da abertura.

Temos aí, fundamentalmente, a série de seis entrevistas publicadas, entre 12 e 20 de dezembro de 1978, pela *Folha de São Paulo*, sob o título geral "A Democracia dos Empresários" e a enquete realizada pela revista *Senhor*, de

19/11/81, com 40 empresários, sob o título "O Empresário deve participar da política?". Do lado dos trabalhadores, Francisco Weffort e Luis Inácio da Silva, o Lula, oferecem-nos as peças mais importantes para esse debate.

Sobre a estratégia da reforma constitucional não há o que destacar, pois na verdade este debate, embora importante, foi residual: o debate real sempre foi o da posição gradualista *versus* a posição que defendia a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte. No ano de 1981 e mais recentemente o tom do debate sobre a reforma constitucional tem sido dado pelos juristas Afonso Arinos, Miguel Reale e Raymundo Faoro e o Senador Jarbas Passarinho. O tema da Constituinte está, sem dúvida, tornando-se hoje uma peça estratégica importantíssima na transição que vivemos.

Se alguém quiser aprofundar esta questão terá como fontes principais os depoimentos de Arinos e Passarinho, o livro de Raymundo Faoro, *Assembléia Constituinte e a Legitimidade Recuperada* (São Paulo, Brasiliense, 1981) e a série de artigos de Miguel Reale publicados no *Jornal do Brasil*.

Para o último tema do inventário que fizemos — Modelos Terminais: as Democracias Propostas —, destacam-se o artigo de José Álvaro Moisés "Democracia — da que temos para a que queremos", de 25/03/75 (*Opinião*); as entrevistas do Senador Petrônio Portella; a série de entrevistas "Democracia dos Empresários", da *Folha de São Paulo*; a longa entrevista de Fernando Henrique Cardoso, publicada na forma de livro sob o título *Democracia para Mudar* (Rio, Paz e Terra, 1978); e a resposta-debate de Carlos Nelson Coutinho a F. H. Cardoso, em seu artigo "A Democracia como Valor Universal" (*Revista Civilização Brasileira*, n.º 9, 3/1979).

Para encerrar esta introdução devemos ressaltar um ponto que nos parece crucial, até mesmo angustiante.

No decorrer da leitura para a organização e seleção do material que veio compor este inventário, percebemos um debate intenso sobre as estratégias para se chegar à democracia. Foi-nos, contudo, extremamente difícil extrair dos depoimentos dos atores políticos *que tipo* de democracia pretendem atingir.

A exceção está com intelectuais como B. Lammounier, F. H. Cardoso, F. Weffort, J. A. Moisés, C. N. Coutinho e outros. Estes, no entanto, por dever de ofício, têm de ser claros e articulados em suas propostas.

O que nos angustia, neste particular, é o fato dos atores políticos (não-intelectuais), colocados em posições estratégicas de decisões po-

líticas importantes, não serem claros e articulados o suficiente para oferecer sequer um esboço do que pretendem. A sensação desconfortável surge com a impressão de que os "negociadores" da transição brasileira, tanto da situação quanto das oposições, tanto do lado dos empresários quanto do lado dos trabalhadores, tacitamente acordaram caminhar, cada um por si, para um vácuo institucional, ao qual estão dando o nome de democracia, com ou sem adjetivos, deixando então a sua forma, o seu escopo e a sua substância, por conta da dinâmica do jogo político.

Não reclamamos aqui a necessidade de algo como o "Pacto de Moncloa" mesmo porque este tipo de acordo em geral exclui *a priori* atores que poderiam ganhar legitimidade pela conquista de novos espaços políticos.

O que nos falta é ainda algo anterior a esse tipo de acordo. Falta-nos uma definição clara, por parte de *todos os atores*, sobre quais princípios políticos democráticos *todos* respeitarão. Falta-nos um acordo sobre o único princípio que é simultaneamente fundamental para todos: *o direito de existência e de sobrevivência política de cada ator político, a despeito da vontade dos demais*.

### 1. O Porquê da Abertura

A partir de um certo momento houve uma concordância geral sobre o fato de que o país começava a entrar num período de transição política. Por motivos diversos, atores e analistas começaram a produzir explicações sobre as razões dessa transição. Como veremos a seguir, as razões apontadas são diferentes, e contraditórias em alguns casos.

Excluindo-se explicações vazias de conteúdo, de puro efeito retórico, como por exemplo a de que a abertura deve-se a um "cansaço das massas" em relação a uma ditadura que já caminha para o fim da sua 2.<sup>a</sup> década, ou a de que houve uma exaustão do ideário da Revolução de 1964, foram produzidas pelo menos cinco linhas de interpretação do processo de abertura desencadeado durante o Governo Geisel. Esquemáticamente estas interpretações são as seguintes:

1. *A Abertura Política como Fruto da Crise Econômica*: dada a crise econômica que o país passa a viver a partir de meados da década de 70, houve a necessidade de se estabelecer um novo pacto político no sentido de garantir o funcionamento do

modelo econômico vigente (por exemplo: Roberto Saturnino Braga, 30/6/76, e 25/5/77, Luís Antônio Marrey, 17/8/77; Raymundo Pereira, 14/12/77; Luiz Carlos Bresser Pereira, 24/12/77).

2. *A Abertura como Fruto da Complexidade Econômica*: a diversificação do país exigindo que o complexo de interesses sociais surgidos a partir de então fosse gerenciado pela via do desenvolvimento político (por exemplo: Roberto Campos, 11 e 18/9/74; Severo Gomes, 28/7/76; Fernando Henrique Cardoso, 11/3/77, Teotônio Vilela, 30/11/77; José Mindlin, 13/12/78).
3. *A Abertura como Busca de Legitimidade para o Sistema*: a necessidade de se institucionalizar uma forma política que aumentasse o grau de participação na medida em que as formas de legitimação utilizadas até então, o êxito econômico e a coerção, tornaram-se excessivamente custosos (por exemplo: Mangabeira Unger, 6/4/77; Afonso Arinos, 21/2/79).
4. *A Abertura como um Ato de Vontade do Governo Geisel*: para os que defendem esta idéia, a abertura é um projeto do "grupo castelista", que, ao reassumir o poder, pretende "corrigir os rumos" da Revolução de 1964 (por exemplo: Gláucio Ary Dillon Soares, 05/1/77, Mino Carta, 21/2/79).
5. *A Abertura como Fruto de uma Crise de Autoridade*: a abertura como resposta à excessiva centralização de poder que provocava um colapso dos mecanismos de mando e obediência e uma inoperância na execução das decisões tomadas a nível central (por exemplo: José Alvaro Moisés, 5/7/78; Bolivar Lamounier, 16/3/80, Golbery do Couto e Silva, 10/10/80).

Cabe ressaltar, finalmente, que como resposta ao Porquê da Abertura encontramos formulações de dois tipos: aquelas que respondem ao fato passado, ou seja, porquê abriu, e aquelas que possuem uma intenção de convencimento, ou seja, porquê deve abrir. A razão do aparecimento de pessoas de diferentes posições políticas dando uma "mesma" interpretação para a abertura deve-se ao fato de que a distinção acima não foi levada em consideração para efeito de inclusão na relação que se segue.

## 2. Estratégias para a Abertura

### 2.1. Descompressão e Caminhos para a Democracia

A unidade do material reunido nesta seção encontra-se no fato de que contém formulações explícitas sobre como o processo de abertura deve ser conduzido e qual deve ser o comportamento dos atores políticos durante este processo.

Nos seus primeiros anos o debate gira em torno de estratégias globais para a descompressão política. Debate restrito, foi inicialmente suscitado pelo artigo "Uma Estratégia para a Descompressão", de Wanderley Guilherme dos Santos (*Jornal do Brasil*, 30/9/73). Três meses depois, em janeiro de 1974, Samuel Huntington acrescenta a esse debate a sua concepção de descompressão política e para ela oferece uma estratégia. No entanto, somente em agosto de 1974 é que este debate se expande, envolvendo-se nele W. G. dos Santos, F. H. Cardoso, Francisco Weffort e os jornalistas Carlos Castello Branco e Oliveira Bastos. Discute-se, nesse primeiro momento, até fins de 1976, a velocidade de implementação de um projeto de descompressão, tendo-se em vista os riscos de um retrocesso e o significado e conseqüências dessa estratégia. Embora não possamos afirmar que se tenha chegado a um consenso sobre esta questão, observamos que pouco a pouco o eixo do debate, já generalizado, desloca-se para questões mais específicas suscitadas pelo desdobramento dos acontecimentos políticos, cuja velocidade percebida é por todos, senão aceita, pelo menos admitida como inevitável.

Esse deslocamento do debate ocorre na medida em que os diferentes atores vêm-se na contingência de se posicionar diante de acontecimentos cuja importância para o processo de abertura é crucial. É assim que, ao examinarmos o discurso dos atores relacionando-os com os principais acontecimentos políticos do período, como por exemplo as eleições municipais de 1976, a crise de abril de 1977, a reforma constitucional de 1978 ou a iminente, e não realizada, reforma eleitoral de 1980, podemos observar que gradativamente as posições vão se delineando como num jogo, em que a preservação dos pontos obtidos entra nos cálculos dos lances seguintes.

Observe-se que não foi nossa intenção na listagem que se segue fornecer o material sobre as discussões dos temas específicos do processo de abertura. O material aqui reunido mostra, em seu conjunto, justamente a passagem de um de-

bate bastante restrito sobre as estratégias globais de descompressão para um debate sobre as etapas de processo em pleno desenvolvimento. A questão-chave desse debate é a tensão entre a estratégia gradualista e a estratégia da "Constituinte, já".

## 2.2. Reforma Partidária e Participação Política

Os dois itens que se seguem contêm, estes sim, o debate sobre as formas de atuação cotidiana dos atores em relação a temas específicos do processo de abertura.

Do ponto de vista do Governo, a reformulação partidária colocava-se como questão desde as eleições de 1974, quando a vitória do MDB demonstrou que o esquema bipartidário era falível na garantia do controle sobre o Congresso, e, conseqüentemente, sobre o Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República.

A estratégia adotada pelo Governo foi revelada pelo General Golbery do Couto e Silva em sua palestra na Escola Superior de Guerra (*Veja*, 19/10/80), tendo consistido na desarticulação do bloco oposicionista para garantir ao governo uma ampla liberdade de ação através de manobras com as várias frentes de oposição que surgissem.

Do ponto de vista da Oposição, podemos identificar três grandes estratégias para a reformulação partidária:

- 1) *A manutenção da unidade do MDB*, recusando qualquer discussão em torno da criação de novos partidos na medida em que só trariam benefícios para o Governo (Franco Montoro, 11/6/78; Thales Ramalho, 29/11/78; Modesto da Silveira e outros, 21/3/79).
- 2) *A manutenção da unidade do MDB, ressaltando, porém, o papel transitório desta unidade* (principalmente em face das próximas eleições). Dado este papel transitório do MDB, considera-se legítima, e mesmo proveitosa, a disseminação da discussão no sentido da criação de novos partidos políticos num futuro próximo (Almino Afonso, 14/3/79; Miguel Arraes, 22/8/79).
- 3) *Criação imediata de novos partidos*, acentuando que ao adquirir identidade própria, antes de beneficiar o governo, tais partidos estariam consolidando e impulsionando o processo de abertura política (os principais defensores desta posi-

ção são Luís Inácio da Silva e Leonel Brizola).

No que se refere à participação política os diversos setores sociais assumiram estratégias múltiplas.

1) *Empresários* – Os empresários rejeitaram a idéia de criação de um partido político próprio. Para este grupo a discussão central passou a ser: a) se o empresário deve ou não participar da vida partidária, e b) se os empresários deveriam ou não "eleger" um dos partidos existentes como seu fiel representante. A segunda questão tornou-se logo inviável devido às clivagens existentes dentro do grupo. Quanto à primeira, o debate persiste. No entanto, na prática observamos que aqueles que defendem a necessidade de participação político-partidária ingressaram nos partidos. Os opositores dessa posição não ingressaram e argumentam que assim podem melhor exercer suas funções de liderança classista e mais livremente representar os interesses da classe onde quer que seja necessário.

2) *Trabalhadores* – Para os trabalhadores a clivagem foi a criação ou não de um partido próprio.

O resultado desse debate, como sabemos, foi a divisão. Um grupo, liderado por Lula, criou o Partido dos Trabalhadores, PT. O outro grupo subdividiu-se entre o ingresso ou não nos demais partidos. Alguns entraram em diferentes partidos e outros não.

O argumento básico para a criação do Partido dos Trabalhadores é o de que os demais partidos, dada a sua composição, não são capazes de representar o interesse dos trabalhadores. Ademais, e este é o argumento mais forte, argumentam que historicamente os partidos nunca puderam defender os interesses dos trabalhadores.

3) *Para os demais setores sociais* a questão da participação é uma questão de preferência pessoal, ao contrário dos empresários e trabalhadores que discutiram em termos de uma estratégia para o setor como um todo.

## 2.3. Reforma Constitucional

No debate sobre a reforma constitucional confrontam-se, basicamente, os que defendem o gradualismo como a melhor forma de realizá-la e os que defendem a elaboração de uma nova Constituição através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O debate, contudo, evoluiu para um impasse na medida em que os que se colocam contrários à Constituinte, argumentando que não houve uma ruptura que justificasse a elaboração de uma nova Carta, são os que possuem o poder de convocá-la (o Governo), ao passo que os que se colocam a favor da Constituinte não possuem tal poder. Neste sentido, dado novo foi introduzido no debate por Afonso Arinos quando, em 1980, sugeriu que o Congresso concedesse poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 1982. Argumentou-se, em contraposição a Afonso Arinos, que o Congresso já possuía poderes constituintes, não sendo necessário que se lhe concedesse poderes especiais para reformar a Constituição.

O debate sobre a reforma constitucional prossegue, com novos elementos. A proposta do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), foi a da convocação extraordinária, pelo Governo, do Congresso, durante o recesso parlamentar de fim de ano, ou seja, convocar para dezembro de 1982, poderes constituintes; Congresso então em atividade. Prever alguma saída para esse impasse é quase impossível. O fato é que o sentimento da necessidade de uma constituinte atingiu até mesmo o lado conservador do PDS.

### 3. Modelos Terminais: As Democracias Propostas

Esta seção fornece o material que contém algum tipo de formulação, por parte dos atores envolvidos no processo de abertura, sobre o tipo de democracia que desejam alcançar.

Os dados aqui reunidos não incluem artigos de intelectuais e jornalistas políticos. Estes só aparecem quando participantes de entrevistas ou debates. A razão para esta decisão é simples. A nossa intenção é a de recuperar o debate sobre a democracia desejada através das opiniões e demandas dos atores políticos propriamente ditos. Intelectuais e jornalistas são naturalmente mais claros e articulados em suas análises e propostas, mas não constituem o alvo principal. Procuramos também restringir este material aos atores mais representativos das diversas correntes de opinião que formaram ao longo do processo da abertura. Neste sentido, a seleção realizada nesta seção baseou-se mais na importância da opinião individual de quem produziu o dis-

curso. Esta importância foi inferida através da possibilidade de as formulações individuais em questão serem adotadas ou entendidas como sendo a de um determinado grupo. Tal possibilidade coloca-se na medida em que estes atores possuem algum poder de decisão ou de alta influência nos *loci* públicos em que atuam.

Para recuperar este debate elaboramos um quadro-síntese onde estão articulados instituições políticas e objetivos a serem atingidos. Assim, o Quadro I, a seguir, tem apenas valor heurístico. Como tal não tem história, é estático. O seu objetivo é, então, o de simplesmente "enquadrar" os diversos atores nos termos da equação para a qual o debate em questão se propõe a apresentar soluções: que instituições devem ser construídas para se atingir determinados objetivos.

Este quadro foi elaborado a partir de uma bibliografia teórica básica (clássica e contemporânea) sobre a demanda por democracia e os requisitos institucionais para a sua existência e funcionamento.

As premissas teóricas então definidas podem assim ser resumidas.

O requisito fundamental para a existência da democracia é a igualdade política. Este requisito torna-se operativo através dos princípios de liberdade de associação, de expressão e do princípio de eleições livres, cujas práticas e graus de eficiência produzem o instituto básico da organização democrática, ou seja, o governo com responsabilidade pública.

A partir deste ponto começam as divergências, que aparecem quando das articulações entre objetivos a serem alcançados e as instituições requeridas para tais objetivos, ou seja, quanto ao conteúdo da democracia. Assim, observamos que para cada objetivo existe um conjunto de instituições através das quais tal objetivo poderá ser realizado. Observamos, ainda, que demandas por mais de um objetivo podem tornar-se demandas incompatíveis se a elas não estiverem acopladas demandas por instituições compatíveis entre si.

A este respeito Alan Wolfe<sup>2</sup> demonstra a contradição inerente entre a articulação de princípios liberais e objetivos democráticos. Por exemplo, como articular a agressão de interesses formada através de maiorias eventuais (quer via grupos voluntários ou partidos pragmáticos) com os objetivos Desenvolvimento do Homem e

<sup>2</sup> *The Limits of Legitimacy: Political Contradictions of Contemporary Capitalism* (New York: The Free Press, 1977).

Quadro I

Instituições	Objetivos				
	Interesse Geral	Governo Mínimo Máxima Liberdade	Bem Comum	Controle do Governo	Desenvolvimento do Homem
Governo Representativo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupos Voluntários	Sim			Sim*	Sim*
Partidos Pragmáticos	Sim				
Partidos Ideológicos		Sim	Sim	Sim	Sim
Princípio da Maioria	Sim	Sim	Sim*	Sim	Sim*
Extensão da Cidadania		Sim	Sim	Sim	Sim
Descentralização	Sim	Sim			Sim
Governo como Árbitro	Sim	Sim			
Império da Lei	Sim	Sim			

Observações: (Sim) Instituição necessária para a obtenção do objetivo desejado; entenda-se necessidade, aqui, como *maior ênfase*.

(\*) Significa que as razões para a necessidade são distintas. As células vazias representam *menor ênfase* ou instituição incompatível com tal objetivo.

Fonte básica: Jack Lively, *Democracy*, Capricorn Books: New York, 1977.

Controle das Políticas Substantivas dos Governos que são derivados do reconhecimento da existência de certos direitos humanos (econômicos e sociais) que antecedem e transcendem eventuais momentos históricos? Nesta linha de argumentação, Wolfe conclui que "o liberalismo nega a lógica da democracia e a democracia ne-

ga a lógica do liberalismo", na medida em que o liberalismo sustenta-se no direito do indivíduo em defender seus interesses particulares e a democracia consubstancia-se na garantia de realização de direitos coletivos, sociais e econômicos.<sup>3</sup>

O Quadro I é um sumário das articulações entre demandas por instituições e demandas por

<sup>3</sup> Ainda sobre este tema é importante acompanhar o debate de Norberto Bobbio com os socialistas e marxistas ortodoxos, in "Why Democracy", Telos n.º 36, summer 1978, onde a tensão entre princípios liberais e objetivos democráticos é tratada no conceito da atual crise do pensamento socialista.

objetivos. Procuramos, com base nessa literatura, relacionar ambos os tipos de demandas com flexibilidade suficiente para articularmos as instituições necessárias (ou tidas como tais) para determinados objetivos. Acreditamos que a natureza dessas articulações definem o conteúdo da democracia.

### 3.1. *Os Atores e as Democracias Propostas: seu Escopo*

Acima apontamos os requisitos básicos para a democracia política – a igualdade política – definida pela igualdade de oportunidades no exercício da política. Este princípio é realizável, em maior ou menor grau através dos princípios de livre associação, de liberdade de expressão e do exercício do voto unitário, livre, secreto e universal. A articulação e funcionamento desses princípios dá a medida do grau de responsabilidade pública dos governos e o escopo da democracia em operação.

Essas demandas, que podemos chamar de “prefácio à democracia”, padecem do pecado da unanimidade. Explicamos. Na medida em que todos os atores políticos demandam uma mesma instituição ela perde o seu potencial de diferenciação, dificultando a distribuição dos atores no espectro das democracias. No entanto, nós sabemos que *nem todos* os atores aceitam que *todas* as associações políticas possam se organizar livremente, apesar de aceitar o princípio em questão. Da mesma forma há restrições ao exercício do direito de votar. Portanto, a concordância, ainda que unânime, ao nível dos princípios democráticos, nada revelam sobre o escopo da democracia que esses atores desejam atingir. Para obtermos este quadro é necessário buscar as propostas que operacionalizariam tais demandas. Não se trata, aqui, da comparação simplista entre a retórica e a prática política, mas de determinarmos os limites de tolerância política que cada ator tem quanto à extensão do exercício de cada um desses princípios demandados.

No que se refere, então, ao “prefácio à democracia” há, por parte dos atores, unanimidade.

As restrições que aparecem ao exercício desses princípios são restrições clássicas na história política brasileira: não legalidade para os partidos comunistas, não extensão de voto para os analfabetos, não existência de partidos regionais, etc. De uma maneira geral, as restrições que aparecem fazem parte da cultura política

brasileira e na maioria das vezes não se tem uma explicação razoável para a sua defesa. Neste particular duas observações são importantes.

Peter McDonough, em seu livro, *Power and Ideology in Brazil*,<sup>4</sup> demonstra-nos que as elites brasileiras tendem a ser coesas contra a arbitrariedade dos governos militares, sem que isso as torne defensoras da democracia de massa. Isto porque o que elas têm em comum é o interesse de protegerem suas áreas de influência e atuação da interferência dos governos militares, e controlar a entrada de novos grupos na arena política. As elites brasileiras, diz McDonough, “estão preocupadas com as ameaças *from below* da mesma forma que estão preocupadas com a tirania *from above*”, e conclui “é esta tensão que faz suas preferências e percepções sobre a distribuição do poder [leia-se democratização] ambíguas e complexas”.

O surgimento do Partido dos Trabalhadores, defendendo a organização *from below* dos trabalhadores urbanos e rurais, de forma independente e autônoma, tornou-se uma peça incômoda a todos exatamente porque significa a entrada de novos grupos na arena política. O que se observou, nos primeiros momentos deste debate, foi do lado da situação, o desejo contido de não permitir que o PT sobreviva e, do lado das oposições, a declaração de respeito ao direito de existência do PT, mas com o desejo de que seus quadros se incorporassem aos demais partidos, sob o comando de líderes e dirigentes partidários mais tradicionais. Ou seja, os atores políticos tradicionais na situação ou na oposição, aprenderam a lidar e conviver com o brizolismo, janismo, chaguismo, getulismo e outros ismos. Não sendo porém o PT apenas um lulismo, isto fez dele, pelo menos no início, uma ameaça política para todos.

Mantidas as coisas neste diapásão, o escopo da democracia política que teremos vai depender muito mais da tolerância e flexibilidade das lideranças políticas tradicionais do que, como seria desejável, de uma concordância clara entre princípios democráticos entre os atores, quer entre situação e oposição, quer dentro de ambos os grupos.

### 3.2. *Os Atores e os Tipos de Democracias Propostas*

No que se refere aos tipos de democracias propostas o que observamos é o seguinte.

<sup>4</sup> Peter MacDonogh, *Power and Ideology in Brazil*, Princeton, Princeton University Press, 1981.

Para chegarmos aos desenhos das democracias propostas aplicamos o esquema definido no Quadro I e procuramos de maneira flexível "enquadrar" os diversos atores. A seguir apresentamos o Quadro II, onde estão relacionados as instituições demandadas e os objetivos pretendidos, e nas células estão os atores políticos listados.

A leitura desse quadro é simples. Nas células estão os atores que com relativa clareza articularam instituições básicas com objetivos desejados, ou seja, as articulações encontradas respondem simultaneamente às perguntas "o que se quer com a democracia e qual instituição propiciaria tal objetivo".

Atores importantes como Tancredo Neves, Thales Ramalho, Mario Covas, Jacob Bittar e outros não aparecem no quadro, ou porque ficaram no "prefácio à democracia", ou porque não articularam de forma clara os dois termos da questão, embora tenham demandado instituições e definido certos objetivos a serem atingidos. Da mesma forma, as células vazias significam que as articulações entre instituições e objetivos não foram feitas, embora os atores aí listados tivessem feito demandas isoladas por instituições e por objetivos.

Se formos mais flexíveis quanto ao conteúdo dos discursos dos atores poderemos chegar a dois desenhos de democracias, todas com seus contornos não muito nítidos e de coloração opaca, que são os seguintes:

- 1) Um desenho de democracia liberal clássica, "à la americana", explicitada basicamente pelos "novos" empresários, por políticos liberais tradicionais (como Célio Borja, Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e outros) e por Lula (abaixo um pequeno comentário sobre o discurso de Lula e o PT).
- 2) Um desenho de uma democracia "rousseauiana", com o Estado tendo o papel de defender e promover o bem comum, acima dos interesses particularistas, explicitado pelo Senador Petronio Portella. Com a morte prematura do Senador Petronio Portella este debate entre os ato-

res ficou ainda mais prejudicado, pois ninguém o substituiu.

O discurso de Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola e outros, de forte conteúdo social, não chega a ser uma proposta alternativa concreta: em seus discursos há no horizonte uma democracia social ou um socialismo democrático, ainda indefinidos. Este grupo de atores obviamente demanda o exercício pleno dos princípios democráticos e vão mais além, demandando certas instituições sem no entanto articulá-las com outros objetivos.

Em resumo, hoje existe apenas uma proposta relativamente completa e clara: a da democracia política liberal, onde é assumido, com maior ou menor tolerância, o pluralismo social e político.

Para a maioria dos atores este desenho institucional é o ponto de chegada ou o coroamento da trajetória da transição. Para os demais, aí notadamente Brizola, Lula, Almino Afonso, F. H. Cardoso e outros, este é o ponto de partida para o processo de democratização, ou seja, dada a existência e garantidas as regras mínimas de convivência civilizada – procedimentos democráticos de resolução dos conflitos sociais – novos pactos seriam formados e daí sairiam políticos e processos democratizantes.

Não é nosso objetivo ir além de uma avaliação preliminar dessas duas posições, mesmo porque isto não caberia nesta nota introdutória ao debate. Antes, porém, uma nota sobre o discurso de Lula e o PT.

### 3.3. Lula, PT e Democracia

Lula, como Presidente do PT, merece um destaque nesse debate por dois motivos. Primeiro, porque a criação do PT representa por si só uma novidade histórica importantíssima para o que acontecerá no futuro próximo. Segundo, porque o seu discurso, embora com raízes liberais, procura, sem muita clareza, desvencilhar-se dos comprometimentos históricos do liberalismo proposto pelos novos empresários e simultaneamente procura, também, repudiar a experiência autoritária do leste europeu. Isto está claro nas suas inúmeras entrevistas.<sup>5</sup> Recente-

<sup>5</sup> Além do material listado neste inventário, ver: Luís Inácio da Silva, *Lula: Entrevistas e Discursos, 1978-1980* (ABCD – Sociedade Cultural, São Bernardo do Campo, 1980); Mario Morel, *Lula, O Metalúrgico* (Rio, Nova Fronteira, 1981); Altino Dantas Junior (ed), *Lula Sem Censura* (Petrópolis, ed. Vozes, 1981).

Quadro II

Instituições	Objetivos				
	Interesse Geral	Bem Comum	Liberdade Governo Mínimo	Controle das Políticas do Governo	Desenvolvimento do Homem
Governo Representativo	Delfin Neto; Francelino Pereira; Lula; Luis Eulálio Vidigal; Ayrton Gyrão; Paulo Francini	Petronio Portela; João Batista Figueiredo	Erasmus Dias; Cláudio Bardella	Ulysses Guimarães	João Batista Figueiredo
Grupos Voluntários	Nascimento e Silva; Delfin Neto; Karlos Rischbieter; Francelino Pereira; J. Sarney; Célio Borja; Saturnino Braga; Ulysses Guimarães; Pedro Simon; Lula; Laerte Setúbal; Luis Eulálio Vidigal; Ayrton Gyrão; Paulo Francini		Cláudio Bardella	José Mindlin	Fernando Henrique Cardoso; Miguel Arraes; Leonel Brizola
Partidos Pragmáticos	Delfin Neto; José Sarney; Lula				Petronio Portela
Partidos Ideológicos		Petronio Portela; Divaldo Suruagy; Lomanto Junior			Divaldo Suruagy
Princípio da Maioria		Petronio Portela			
Extensão da Cidadania	Delfin Neto				Fernando Henrique Cardoso; Miguel Arraes; Leonel Brizola
Descentralização					Fernando Henrique Cardoso
Governo como Arbitro	Nascimento e Silva; Delfin Neto; Karlos Rischbieter; Célio Borja; Lula; Laerte Setúbal; Ayrton Gyrão; Paulo Francini				
Regra da Lei	Karlos Rischbieter; Laerte Setúbal		Erasmus Dias; Tarcísio Burity; Célio Borja; Paulo Brossard; Mário Lima		

mente, em um debate entre Lula, como candidato ao governo de São Paulo, e Mário Garnero, como representante dos empresários, Lula defrontou-se com este problema: ao tentar mostrar como seria o tipo de democracia que propõe, não foi além da recuperação dos princípios liberais clássicos e da declaração de usar estes princípios para alargar a participação política das massas trabalhadoras e orientar suas políticas para a prioridade social, sem no entanto conseguir dizer através de quais meios institucionais isto seria (ou poderia) ser feito. (Programa *Crítica & Autocrítica*, TV Bandeirantes, 04/5/82).

A existência do PT sem dúvida alarga consideravelmente o escopo de qualquer democracia política que saia dessa transição. No entanto, Lula define o PT como um partido pragmático: agregador de interesses diversos; sem uma proposta formal acabada para a sociedade; capaz de canalizar e representar os interesses dos diversos grupos sociais e servir de ligação entre os grupos voluntários autônomos (aí incluídos os sindicatos, associações de bairro, de base, profissionais, etc.). Portanto, hoje, a proposta do PT é, ainda, uma proposta institucionalmente liberal, embora com objetivos sociais claros.

#### 3.4. *O Debate pela Democracia e suas Consequências Imediatas*

Fernando H. Cardoso, Leonel Brizola e outros, da mesma forma que Lula, certamente têm algo a mais para dizer e propor. A dificuldade encontrada por essas linhas alternativas de pensamento em contrapor-se fortemente à proposta liberal é decorrente da atual crise do pensamento socialista mundial. Os paradigmas usados têm sido as tentativas de democratização na Tchecoslováquia, de 1968, na Polônia recentemente, a experiência pluralista da Jugoslávia de Tito, mais recentemente de transição na Nicarágua e, finalmente, a experiência da Suécia e da Alemanha com a democracia social. Estas experiências históricas geram nos atores cautela e prudência, por um lado, e pessimismo, por outro. A ausência de uma proposta convincente tem, portanto, razões objetivas: as incertezas são tantas e tão grandes que a cautela e a prudência se impõem. Por outro lado, cautela e prudência são também estratégias e, como tais, podem representar a vitória ou a derrota política desses atores. Vejamos este ponto.

Na prática, a estratégia dominante tem sido a de recuperar os princípios liberais, em oposição aos resquícios do autoritarismo recente.

Essa concordância tácita quanto à recuperação da democracia política liberal e à sua institucionalização é atraente porque apela para os sentimentos nobres de liberdade e respeito humano e ganha, por isso, o apoio da população. No entanto, a democracia política liberal é um arranjo institucional cujo mérito, quando satisfatoriamente realizada, está na possibilidade de que os conflitos sociais sejam gerenciados de forma inteligente e civilizada. Neste jogo a probabilidade de sucesso de cada grupo, no ganho de políticas substantivas fica, então, na dependência direta da distribuição do poder na sociedade.

Na medida em que as propostas alternativas à democracia política liberal não ganham corpo, os apelos liberais vão ganhando terreno e a estratégia de jogar este desenho institucional como coroamento do processo de abertura acaba como sendo a única viável. Ou seja, os liberais, e desses principalmente os empresários, podem estar sendo compelidos a se ajustarem com o grupo palaciano, pois as oposições não conseguem formular propostas alternativas capazes de oferecer bases para alianças mais sólidas e duradouras. Esta situação ficou clara, por exemplo, quando Rui de Mesquita Filho, dirigindo-se a Fernando Henrique Cardoso, disse “não confio na oposição de vocês, não sei quem vai assumir o poder e o que será feito” (Programa *Canal Livre*, TV Bandeirantes).

Paralelamente às demandas pela democracia política aparece uma demanda comum: a reforma econômica e tributária. A estratégia das oposições de 1982, especialmente com a expectativa de vitória nas eleições era articular-se para realizar a reforma econômica e fiscal. A este respeito o grupo palaciano tem sido reticente. Isto pode ser um sinal para a aceitação de uma reforma parcial, cuja extensão deverá depender de barganhas políticas. Se assim for, o melhor cenário que se apresenta é o da democracia liberal como coroamento do processo, após as eleições de 1982, e uma acanhada descentralização da área econômica e fiscal. Ou seja, a permanecerem as estratégias que hoje preponderam, a trajetória atual do processo de abertura caminha para 1967. Para evitar-se, então, um novo 1968, ou seja, para superar-se os impasses e as confrontações antevistas (embora não desejados) por Olavo Setúbal Filho (Programa *Sem Censura*, TV Globo), novas alianças serão necessárias. Aí as oposições poderão ganhar ou perder em definitivo, dependendo do que tiverem para oferecer na mesa de negociações.

## 1. Porquê da Abertura

- 12/08/74. Entrevista com Roberto Campos: "Campos diz que limitações do arbítrio dão estabilidade" (*Jornal do Brasil*).
- 11/09/74. Artigo de Roberto Campos: "O Poder Legislativo e o desenvolvimento, I" (*O Globo*).
- 18/09/74. Artigo de Roberto Campos: "O Legislativo e o desenvolvimento, II" (*O Globo*).
- 24/03/75. Debate com José Sarney, Roberto Saturnino Braga, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Castello Branco: "O incerto caminho até a democracia" (*Visão*).
- 30/06/76. Entrevista com Roberto Saturnino Braga: "Uma saída para a crise: para que não venha a recessão, o senador-economista sugere outro modelo econômico" (*Veja*).
- 28/07/76. Entrevista com Severo Gomes: "A sociedade deve estar unida: sem institucionalizar a política, o Estado se arrisca ao 'choque com as aspirações nacionais'" (*Veja*).
- 05/01/77. Entrevista com Glaucio Ary Dillon Soares: "O poder de um modelo: as opções econômicas governariam o sistema político?" (*Veja*).
- 06/04/77. Entrevista com Roberto Mangabeira Unger: "Tentando imaginar o futuro: um professor brasileiro de Harvard sugere possíveis alternativas para os impasses políticos do país" (*Veja*).
- 25/05/77. Entrevista com Roberto Saturnino Braga: "Falta credibilidade: Roberto pede mais cabeças ministeriais" (*Isto É*).
- 15/06/77. Entrevista com Thales Ramalho: "Ou nos entendemos, ou . . . Thales Ramalho fala de um impasse antigo" (*Isto É*).
- 29/06/77. Entrevista com Francisco Weffort: "Por um novo pacto social: a constituinte não seria apenas uma reivindicação do MDB, mas de toda a sociedade" (*Veja*).
- 10/08/77. Entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira e Carlos Estevam Martins: "A tecnocracia e a crise: uma nova classe a meio passo entre a democracia e o totalitarismo" (*Veja*).
- 17/08/77. Entrevista com Luís Antonio Marrey: "Fala um estudante: a redemocratização e o movimento nas Universidades" (*Isto É*).
- 24/08/77. Entrevista com Tancredo Neves: "É tempo de conciliação: o experiente deputado mineiro prega a convocação de uma Assembléia Constituinte" (*Veja*).
- 11/09/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "Cardoso não crê que democracia traga o caos" (*Jornal do Brasil*).
- 12/10/77. Entrevista com Luiz Werneck Vianna: "Uma luta de interesses: a dissidência política nas elites tornou crucial a questão operária" (*Veja*).
- 02/11/77. Entrevista com Dom Avelar Brandão Vilela: "A Igreja e a reabertura: nem radical nem moderado, o cardeal-primaz confia na redemocratização" (*Veja*).
- 23/11/77. Entrevista com Pedro Simon: "Esperanças e certezas de Pedro Simon, emedebista sereno. A democracia um destino" (*Isto É*).
- 30/11/77. Entrevista com Teotônio Vilela: "Ou muda tudo ou vai explodir: o irresistível anseio da nação, segundo Teotônio Vilela" (*Isto É*).

- 14/12/77. Entrevista com Raymundo Pereira: “Ela não vem fácil: Raymundo Pereira, do Movimento, fala da democracia” (*Isto É*).
- 24/12/77. Artigo de Luiz Carlos Bresser Pereira: “O Dom, a conquista e a legitimidade” (*Folha de São Paulo*).
- 15/01/78. Artigo de Oswaldo Morgado: “A redemocratização nasce nos quartéis” (*Jornal de Brasília*).
- 00/02/78. Entrevista com Edmundo Moniz: “PS – Um Partido não nasce dos gabinetes” (*Versus*).
- 00/02/78. Entrevista com Almino Afonso: “PS – Plataforma Socialista para o Brasil” (*Versus*).
- 01/03/78. Entrevista com Karlos Rischbieter: “O direito de dar opinião: o presidente do Banco do Brasil fala em ‘repensar e reavaliar’ o modelo brasileiro ” (*Veja*).
- 08/03/78. Entrevista com Delfim Netto: “Inconveniente? Eu não . . . : Restrições a Delfim Netto? O candidato ao governo paulista não acredita nisso” (*Isto É*).
- 22/03/78. Debate com Eimar Kok, Laerte Setúbal, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Ayrton Girão, Paulo Francini e Cláudio Bardella: “Democracia, mas como? O que pensam hoje alguns dos empresários que há um ano já pediam abertura” (*Isto É*).
- 29/03/78. Entrevista com Almino Afonso: “O diálogo merece respeito: um político cassado fala sobre novos partidos e suas opções no Brasil de hoje” (*Veja*).
- 19/04/78. Entrevista com Rafael de Almeida Magalhães: “Há um impasse evidente: o que pensa um dos autores do Projeto Brasil” (*Veja*).
- 17/05/78. Entrevista com André Villalobos: “O estudo das contradições: o que se esconde por detrás da abertura lenta, segura e gradual? ” (*Veja*).
- 00/05/78. Entrevista com Moniz Bandeira: “Um novo PTB? ” (*Versus*).
- 05/07/78. Artigo de José Álvaro Moisés: “Corremos o risco de cair numa democracia? , ou por que a crise de hoje é mais séria que a de 1945” (*Isto É*).
- 05/07/78. Entrevista com Michel Debrun: “Terrível conciliação: as elites brasileiras, lembra Michel Debrun, cuidaram de evitar a democracia” (*Isto É*).
- 05/07/78. Entrevista com Leonel Brizola: “Esperando o regresso: o ex-governador gaúcho quer voltar ao país desde que isso não prejudique o processo de redemocratização. E pensa no velho PTB” (*Veja*).
- 06/09/78. Entrevista com Luis Carlos Prestes: “Prestes hoje: ele fala do Brasil, faz uma autocrítica, explica o PC e se diz otimista” (*Isto É*).
- 11/10/78. Entrevista com Francisco Julião: “Nem PTB nem PS: o ex-líder das ligas camponesas pensa em um novo partido dos trabalhadores. Sem os equívocos do antigo PTB mas ainda com Brizola” (*Veja*).
- 29/11/78. Artigo de Mino Carta: “A Revolução feneceu: o ‘não’ do Brasil contemporâneo apressa o fim de uma época. Mas o Planalto . . . ” (*Isto É*).
- 13/12/78. Entrevista com José Mindlin: “A democracia dos empresários: estamos prontos para os riscos” (*Folha de São Paulo*).

- 14/12/78. Entrevista com Dilson Funaro: "A democracia dos empresários: devemos evoluir sem criar impasses" (*Folha de São Paulo*).
- 15/12/78. Entrevista com Laerte Setúbal Filho: "A democracia dos empresários: criar válvulas para aliviar tensões" (*Folha de São Paulo*).
- 16/12/78. Entrevista com Renato Ticoullat Filho: "A democracia dos empresários: é preciso reconciliar Estado e Nação" (*Folha de São Paulo*).
- 17/12/78. Entrevista com Cláudio Bardella: "A democracia dos empresários: devemos exercitar a democracia" (*Folha de São Paulo*).
- 03/01/79. Entrevista com Edmar Bacha: "O modelo golberiano: uma pitada de abertura e de distribuição de renda e o controle das estatais" (*Isto É*).
- 21/02/79. Artigo de Mino Carta: "A idéia de abrir: de Geisel a Figueiredo, uma decisão que permanece com General Golbery" (*Isto É*).
- 21/02/79. Entrevista com Eimar Kok: "O medo da liberdade: eles começaram a pedir democracia, mas a maioria dos empresários ainda é contra" (*Isto É*).
- 21/02/79. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "O avanço sindical: os trabalhadores voltaram a confiar nos sindicatos. E fizeram greves pelos seus direitos" (*Isto É*).
- 21/02/79. Entrevista com Afonso Arinos: "Não é possível evitar a abertura: a repressão estava ficando cara demais. Afonso Arinos conta como Geisel reagiu" (*Isto É*).
- 24/06/79. Enquete com empresários: "Figueiredo ganha confiança nos 100 primeiros dias" (*Jornal do Brasil*).
- 22/08/79. Artigo de Miguel Arraes: "As minhas posições: na sua carta de Argel, ele fala sobre o novo MDB, Anistia, Brizola e Lula, empresários, etc" (*Isto É*).
- 16/03/80. Artigo de Bolivar Lamounier: "Figueiredo e a redemocratização" (*Jornal do Brasil*).
- 25/05/80. Depoimentos de Tancredo Neves, Francisco de Oliveira, Hércules Correa, Luiz Eduardo Greenhalgh, Aurélio Peres e outros: "A abertura acabou? Como responder ao impasse do regime?" (*Movimento*).
- 10/09/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "O sistema não resistia ao confronto" (*Jornal do Brasil*).
- 24/09/80. Entrevista com Maria da Conceição Tavares: "O importante é o debate" (*Veja*).
- 10/10/80. Palestra de Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra: "A abertura, por Golbery" (*Veja*).
- 15/10/80. Entrevista com Guillermo O'Donnell: "Um pacto pela abertura: o cientista político argentino acha viável um acordo entre a oposição e o governo brasileiro, mas pergunta se o regime aceita perder eleições" (*Veja*).

## 2. Estratégias

### 2.1. Descompressão e Caminhos para a Democracia

- 30/09/73. Artigo de Wanderley Guilherme dos Santos: "Para uma estratégia de descompressão política" (*Jornal do Brasil*).
- 12/02/74. Artigo de Carlos Castello Branco: "Questões para Huntington" (*Jornal do Brasil*).

- 30/03/74. Artigo de Carlos Castello Branco: "O professor Huntington, esse subversivo" (*Jornal do Brasil*).
- 12/08/74. Entrevista com Roberto Campos: "Campos diz que limitações do arbítrio dão estabilidade" (*Jornal do Brasil*).
- 12/08/74. Artigo: "O problema institucional brasileiro-1: Fórmulas e teóricos da descompressão: melhorar o regime para defender o sistema" (*Opinião*).
- 26/08/74. Artigo de Fernando Henrique Cardoso: "O problema institucional brasileiro-2: a democracia do professor Huntington" (*Opinião*).
- 26/08/74. Artigo de Francisco Weffort: "O problema institucional brasileiro-3: a democracia e a 'questão social'" (*Opinião*).
- 28/08/74. Artigo de Oliveira Bastos: "Equívocos em torno da 'descompressão'" (*Última Hora*).
- 29/08/74. Artigo de Oliveira Bastos: "Bases da evolução interna do regime" (*Última Hora*).
- 04/09/74. Artigo de Carlos Castello Branco: "Uma página da História" (*Jornal do Brasil*).
- 24/03/75. Debate com José Sarney, Saturnino Braga, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Castello Branco: "O incerto caminho até a democracia" (*Visão*).
- 07/04/75. Artigo de Oliveira Bastos: "Até que enfim o MDB dá crédito de confiança" (*Última Hora*).
- 25/04/75. Artigo de José Álvaro Moisés: "Democracia – da que temos para a que queremos" (*Opinião*).
- 04/08/75. Entrevista com Paulo Brossard: "Palavras de um branco liberal" (*Movimento*).
- 10/08/75. Artigo de Carlos Castello Branco: "Da teoria da descompressão" (*Jornal do Brasil*).
- 11/08/75. Artigo de Carlos Castello Branco: "A volta das tensões" (*Jornal do Brasil*).
- 18/08/75. Entrevista com Célio Borja: "Recado de um liberal aos empresários: na opinião do presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja, os empresários devem engajar-se na luta pela distensão política, na defesa de seus interesses" (*Visão*).
- 27/10/75. Debate com Thales Ramalho e Nelson Marchezan: "Agora o MDB tem interesse na vitória eleitoral da Arena: Thales Ramalho, do MDB, afirma que seu partido 'tem interesse na vitória da Arena', em 1976. Nelson Marchezan, da Arena, explica" (*Visão*).
- 24/01/76. Artigo de Carlos Castello Branco: "Prossigue a Revolução" (*Jornal do Brasil*).
- 09/02/76. Enquete: Os imponderáveis rumos da distensão política. Articulistas políticos dos mais importantes diários do país respondem a uma questão que agita a consciência nacional neste atribulado início de ano: quais as perspectivas políticas para 1976?" (*Visão*).
- 18/03/76. Artigo de Carlos Castello Branco: "Distensão é eleição" (*Jornal do Brasil*).
- 30/06/76. Entrevista com Saturnino Braga: "Uma saída para a crise: para que não venha a recessão, o senador-economista sugere outro modelo econômico" (*Veja*).
- 14/11/76. Artigo de Walder de Góes: "Agenda para o futuro próximo" (*Jornal do Brasil*).

- 06/04/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "O engasgo da distensão" (*Isto É*).
- 06/04/77. Entrevista com Roberto Mangabeira Unger: "Tentando imaginar o futuro: um professor brasileiro de Harvard sugere possíveis alternativas para os impasses políticos do País" (*Veja*).
- 13/04/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Distensão entre amigos" (*Isto É*).
- 18/04/77. Artigo de Carlos Castello Branco: "A ineficácia da descompressão" (*Jornal do Brasil*).
- 11/05/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "O futuro já tem nome" (*Isto É*).
- 18/05/77. Entrevista com Amaral Peixoto: "A inevitável Constituinte: Amaral Peixoto fala das incertezas do momento" (*Isto É*).
- 29/06/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "A tabela do retorno da institucionalização" (*Isto É*).
- 03/08/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. "Chega de retórica: utopias e planos salvadores não nos faltam. O que falta é começar a fazer a democracia" (*Veja*).
- 03/08/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "Democracia, simplesmente: Fernando Henrique Cardoso e o papel do intelectual e do político no Brasil, hoje" (*Isto É*).
- 17/08/77. Entrevista com Luís Antonio Marrey: "Fala um estudante: a redemocratização e o movimento nas universidades" (*Isto É*).
- 04/09/77. Entrevista com Bolívar Lamounier: "Professor vê novas divisões entre a esquerda e a direita no Brasil" (*Jornal do Brasil*).
- 11/09/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "Cardoso não crê que democracia traga o caos" (*Jornal do Brasil*).
- 05/10/77. Entrevista com Manoel Gonçalves Ferreira Filho: "Não se faz tudo de uma só vez: o vice-governador de São Paulo continua a imaginar fórmulas para tornar possível a democracia no Brasil" (*Veja*).
- 26/10/77. Entrevista com Celso Lafer: "A prepotência do Estado, nosso mal crônico, no diagnóstico de Celso Lafer, liberal do século XX" (*Isto É*).
- 30/11/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Um único candidato e uma só reforma" (*Isto É*).
- 15/01/78. Artigo de Oswaldo Morgado: "A redemocratização nasce nos quartéis" (*Jornal de Brasília*).
- 22/03/78. Debate com Eimar Kok, Laerte Setúbal, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Ayrton Girão, Paulo Francini e Cláudio Bardella: "Democracia, mas como? O que pensam hoje alguns dos empresários que há um ano já pediam abertura" (*Isto É*).
- 05/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "A Revolução não vai acabar: abertura dependerá da vitória da Arena nas eleições de novembro" (*Folha de São Paulo*).
- 06/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "Figueiredo quer dissolver a Arena e o MDB: revolução não pode sofrer oposição nem contestação" (*O Estado de São Paulo*).
- 12/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "O que sou e o que penso" (*Veja*).

- 26/04/78. Entrevista com Paulo Brossard: "A Abertura é já ou nunca: o líder do MDB não crê na democratização 'lenta, gradual e segura' " (*Veja*).
- 17/05/78. Entrevista com André Villalobos: "O estudo das contradições: o que se esconde por detrás da abertura lenta, segura e gradual? " (*Veja*).
- 24/05/78. Debate com Tancredo Neves, Paulo Brossard e Saturnino Braga: "Desconfiado o MDB só pode esperar: Tancredo, Brossard e Saturnino discutem o futuro" (*Isto É*).
- 04/06/78. Artigo de Walder de Góes: "O regime sob pressão" (*Jornal do Brasil*).
- 05/07/78. Entrevista com Michel Debrun: "Terrível conciliação: as elites brasileiras, lembra Michel Debrun, sempre cuidaram de evitar a democracia" (*Isto É*).
- 06/08/78. Debate com Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Cláudio Lembo: "No debate, a proposta: fim da lei Falcão" (*O Estado de São Paulo*).
- 08/10/78. Entrevista com João Paulo dos Reis Velloso: "Velloso: esperamos que não haja radicalização. O Brasil sempre teve uma certa sabedoria política" (*Jornal do Brasil*).
- 10/12/78. Artigo: "Terminou o quinto ato" (*Jornal do Brasil*).
- 20/12/78. Entrevista com Afonso Arinos: "A hora do entendimento: reflexões e idéias de um velho udenista que volta à cena após suas contribuições ao projeto de reformas políticas do governo Geisel" (*Veja*).
- 27/12/78. Entrevista com Aureliano Chaves: "O dever da conciliação: o futuro vice-presidente da República antecipa suas tarefas e prega um entendimento profundo entre o governo e a oposição" (*Veja*).
- 17/01/79. Artigo de Dirceu Brizola: "Chega de fantasmas" (*Veja*).
- 28/03/79. Entrevista com Antonio Carlos Magalhães: "Os civis terão vez: o governador da Bahia fala do processo de abertura, aponta as dificuldades que esperam Figueiredo e prega o entendimento entre Arena e MDB" (*Veja*).
- 24/05/79. Artigo de Fernando Henrique Cardoso: "Os rumos da oposição" (*Folha de São Paulo*).
- 23/12/79. Entrevista com Tancredo Neves: "Tancredo acusa os que desejam uma República Popular: o que pensa o líder do PP" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Freitas Nobre: "As deformações persistem, o quadro permanece" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Luís Inácio da Silva: "Aos políticos, tudo, ao trabalhador, nada" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Miro Teixeira: "Esperávamos muito mais. Ainda podemos confiar? " (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Leonel Brizola: "Há uma relativa liberdade, mas a economia vai mal" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Tarcísio Holanda: "Figueiredo está cumprindo o que prometeu" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Bolivar Lamounier: "Figueiredo e a redemocratização" (*Jornal do Brasil*).

- 30/04/80. Entrevista com Leonel Brizola: "Faltou mediação no ABC: o líder do PTB acha que o governo foi ineficiente e que seu Ministro do Trabalho deveria ter ido ao sindicato dos Metalúrgicos" (*Veja*).
- 04/05/80. Entrevista com Erasmo Dias: "O importante é não perder o poder" (*Jornal do Brasil*).
- 25/05/80. Depoimento de Tancredo Neves, Francisco de Oliveira, Hércules Correia, Luiz Eduardo Greenhalgh, Aurélio Peres e outros: "A abertura acabou? Como responder ao impasse do regime" (*Movimento*).
- 22/06/80. Entrevista com Tancredo Neves: "Tancredo condena instabilidade da abertura" (*Jornal do Brasil*).
- 25/06/80. Artigo de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti: "Muita *cracia* e pouco *demo*: responsabilidade democrática exige combate ao continuísmo sem ceder aos radicalismos" (*Veja*).
- 12/07/80. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Não há acordo possível entre governo e oposição" (*Jornal do Brasil*).
- 27/08/80. Artigo de Fernando Henrique Cardoso: "A coragem de um gesto: é preciso romper o imobilismo do governo e da oposição para garantir a democracia" (*Veja*).
- 08/10/80. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "No tudo ou nada, dá nada: as eleições de 1982 serão diretas, a não ser que a oposição queira tudo ao mesmo tempo" (*Veja*).
- 10/10/80. Palestra de Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra: "A abertura, por Golbery" (*Veja*).
- 15/10/80. Entrevista com Guillermo O'Donnell: "Um pacto pela abertura: o cientista político argentino acha viável um acordo entre a oposição e o governo brasileiro, mas pergunta se o regime aceita perder eleições" (*Veja*).
- 17/10/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Democracia e poder civil" (*Jornal do Brasil*).
- 19/10/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Abrir mas não tanto" (*Jornal do Brasil*).
- 24/10/80. Artigo de Almyr Gajardoni: "O otimismo está no meio" (*Jornal do Brasil*).
- 25/10/80. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Como quem não quer nada, oposição e governo já estão se entendendo" (*Jornal do Brasil*).
- 26/10/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Entre civis e militares" (*Jornal do Brasil*).
- 27/10/80. Artigo de Tarcísio Holanda: "Entendimento vence resistência no PMDB" (*Jornal do Brasil*).
- 08/11/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Regras do jogo só em 1982" (*Jornal do Brasil*).
- 12/11/80. Entrevista com Mário Covas: "A oposição deve negociar: presidente do PMDB de São Paulo não teme o perigo de um retrocesso político e acha irrelevante se a Constituinte é com João ou sem ele" (*Veja*).
- 14/11/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Instabilidade e a 'plena e estável'" (*Jornal do Brasil*).
- 27/11/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "A abertura numa concepção civil" (*Jornal do Brasil*).

## 2.2. Reforma Partidária e Participação Política

- 08/01/73. Entrevista com Pedro Aleixo: “Este ano o 3.º partido? ” (*Opinião*).
- 06/12/74. Artigo de Fernando Henrique Cardoso: “Eleições. Um ponto sem retorno ou como enfrentar as tentações da uva verde” (*Opinião*).
- 25/04/75. Artigo de José Álvaro Moisés: “Democracia – da que temos para a que queremos” (*Opinião*).
- 18/08/75. Entrevista com Célio Borja: “Recado de um liberal aos empresários: na opinião do presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja, os empresários devem engajar-se na luta pela distensão política, na defesa de seus interesses” (*Visão*).
- 29/09/75. Entrevista com Francelino Pereira: “A Arena nas mãos de um homem de muita fé: com muita fé, Francelino Pereira exorciza os maus espíritos da desconfiança e se prepara para vencer eleições” (*Visão*).
- 19/05/76. Entrevista com Petrônio Portella: “Vivemos uma etapa decisiva: para o líder da Arena, boas instituições políticas dependem de um país ‘mais igual’ ” (*Veja*).
- 05/02/77. Entrevista com Fernando Gasparian: “O empresário nacional conta zero na vida política do país” (*Movimento*).
- 02/02/77. Entrevista com Divaldo Suruagy: “Um modelo definitivo: o governador de Alagoas defende o abandono de soluções políticas casuísticas” (*Veja*).
- 01/06/77. Entrevista com Herbert Levy: “Salva-vidas político? Levy diz que a classe política não pode mais conformar-se” (*Isto É*).
- 13/07/77. Entrevista com Paulo Diederichsen Villares: “Problemas de comunicação: o que pensa um líder empresarial do diálogo com o governo sobre as dificuldades econômicas” (*Veja*).
- 03/08/77. Artigo de Bolívar Lamounier: “Nosso frágil Congresso: acabou o recesso. Mas isso muda alguma coisa? ” (*Isto É*).
- 24.08.77. Artigo de Bolívar Lamounier: “Quando Arena e MDB morrerão” (*Isto É*).
- 04/09/77. Entrevista com Bolívar Lamounier: “Professor vê novas divisões entre a esquerda e a direita no Brasil” (*Jornal do Brasil*).
- 11/09/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: “Cardoso não crê que democracia traga o caos” (*Jornal do Brasil*).
- 21/09/77. Entrevista com Luís Inácio da Silva: “Abertura? Para quem? O líder dos metalúrgicos fala de suas lutas e de outras: de ontem e de hoje” (*Isto É*).
- 10/10/77. Artigo de Teodomiro Braga: “Vêm aí novos partidos? Só no MDB estão sendo articulados dois ‘partidos socialistas’ ” (*Movimento*).
- 00/10/77. Entrevista com Maria do Carmo Campello de Souza: “E se os Partidos fossem livres? ” (*Versus*).
- 02/11/77. Entrevista com D. Avclar Brandão Vilela: “A Igreja e a reabertura: nem radical nem moderado, o Cardeal-primaz confia na redemocratização” (*Veja*).

- 07/11/77. Entrevista com Luís Inácio da Silva: "Os frutos do diálogo" (*Movimento*).
- 09/11/77. Entrevista com Rafael Baldacci: "Projeto para Golbery: as propostas que Baldacci guarda no bolso do colete" (*Isto É*).
- 23/11/77. Entrevista com Pedro Simon: "Esperanças e certezas de Pedro Simon, emedebista sereno. A democracia, um destino" (*Isto É*).
- 05/12/77. Debate com Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Euzébio Rocha, José Gomes Talarico, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Airton Soares, Jarbas Vasconcelos, Emanuel Waismann, Gamaliel Galvão e Gilvan Rocha: "Quem quer novos partidos? Vale a pena dividir o MDB? Por que existe o bipartidarismo? Que partidos políticos é viável criar no Brasil? As respostas estão neste debate sobre a possibilidade de criação de novos partidos para substituir MDB e Arena" (*Movimento*).
- 25/01/78. Artigo de Jorge Cunha Lima: "Os novos partidos: O neotrabalhismo, os socialistas e o 'partidão' que vem aí" (*Isto É*).
- 01/02/78. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "A liberdade deve ser conquistada: Lula fala do MDB, da Igreja, dos estudantes, do PTB, dos pelegos e das suas esperanças" (*Isto É*).
- 20/02/78. Artigo: "Que partido socialista será possível?" (*Movimento*).
- 00/02/78. Entrevista com Almino Afonso: "PS – Plataforma socialista para o Brasil" (*Versus*).
- 00/02/78. Entrevista com Edmundo Moniz: "PS – Um partido não nasce nos gabinetes" (*Versus*).
- 08/03/78. Entrevista com Delfim Netto: Inconveniente? Eu não . . . : restrições a Delfim Netto? O candidato ao governo paulista não acredita nisso" (*Isto É*).
- 13/03/78. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "A tarefa da oposição é unir o povo" (*Movimento*).
- 22/03/78. Debate com Einar Kok, Laerte Setúbal, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Ayrton Gyrão, Paulo Francini e Cláudio Bardella: "Democracia, mas como? o que pensam hoje alguns dos empresários que há um ano já pediam abertura" (*Isto É*).
- 29/03/78. Entrevista com Almino Afonso: "O diálogo merece respeito: um político cassado fala sobre novos partidos e suas opções no Brasil de hoje" (*Veja*).
- 00/03/78. Entrevista com Leonel Brizola: "Estou onde sempre estive" (*Flagrante*).
- 05/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "A Revolução não vai acabar: a abertura dependerá da vitória da Arena nas eleições de novembro" (*Folha de São Paulo*).
- 06/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "Figueiredo quer dissolver a Arena e o MDB: a revolução não pode sofrer oposição nem contestação" (*O Estado de São Paulo*).
- 12/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "O que sou e o que penso" (*Veja*).
- 12/04/78. Entrevista com José Ibrahim: "Não queríamos o poder: o líder da greve de Osasco fala de 1968 e analisa a questão sindical" (*Veja*).
- 26/04/78. Entrevista com Paulo Brossard: "A abertura é já ou nunca: o líder do MDB não crê na democratização 'lenta, gradual e segura'" (*Veja*).
- 26/04/78. Entrevista com Henrique Córdova: "Como mudar os partidos?" (*Isto É*).

- 03/05/78. Debate com Arnaldo Gonçalves, Everaldo de Freitas, Luís Inácio da Silva, Mário Carvalho de Jesus, Cláudio Bardella e Paulo Francini: "Patrão x operário: empresários e trabalhadores debatem os seus problemas. E há queixas comuns" (*Isto É*).
- 03/05/78. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "A Arena e o MDB vão morrer: chorem por eles. Falharam os truques de abril. O jeito é extinguir os partidos" (*Isto É*).
- 10/05/78. Entrevista com Benedito Marcílio: "Sindicato e política hoje: todos reclamam, é sinal de que as coisas não estão certas" (*Folha de São Paulo*).
- 17/05/78. Entrevista com André Villalobos. "O estudo das contradições: o que se esconde por detrás da abertura lenta, segura e gradual?" (*Veja*).
- 24/05/78. Debate com Tancredo Neves, Paulo Brossard e Roberto Saturnino Braga: "Desconfiado, o MDB só pode esperar: Tancredo, Brossard e Saturnino discutem o futuro" (*Isto É*).
- 00/05/78. Entrevista com Edson Khair, Alves de Brito e Francisco Amaral: "O socialismo na tribuna" (*Versus*).
- 00/05/78. Entrevista com Moniz Bandeira: "Um novo PTB?" (*Versus*).
- 04/06/78. Artigo: "O futuro dos Partidos, os Partidos do futuro" (*Jornal do Brasil*).
- 16/06/78. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e João Paulo Arruda: "Redemocratização, o objetivo comum" (*Folha de São Paulo*).
- 14/06/78. Entrevista com Herbert Levy: "São Paulo precisa votar: o ex-presidente da UDN analisa os resultados da convenção da Arena e defende a volta das eleições diretas para os governos estaduais" (*Veja*).
- 05/07/78. Entrevista com Leonel Brizola: "Esperando o regresso: o ex-governador gaúcho quer voltar ao país desde que isso não prejudique o processo de redemocratização. E pensa no velho PTB" (*Veja*).
- 09/07/78. Debate com Arnaldo Gonçalves, Benedito Marcílio e Antonio Barbosa: "A política da classe trabalhadora: líderes operários debatem a central sindical, o peleguismo e a situação política do Brasil" (*Folha de São Paulo*).
- 02/08/78. Entrevista com Leonel Brizola: "Todo mundo cabe no PTB: Brizola imagina um partido do povão e da classe média" (*Isto É*).
- 27/08/78. Entrevista com Célio Borja: "Célio Borja sugere modelo espanhol para anistia" (*O Globo*).
- 06/09/78. Entrevista com Luis Carlos Prestes: "Prestes hoje: ele fala do Brasil, faz uma autocrítica, explica o PC e se diz otimista" (*Isto É*).
- 13/09/78. Artigo de Almino Afonso: "Uma democracia direta" (*Veja*).
- 13/09/78. Artigo de Jarbas Passarinho: "O espaço entre os extremos" (*Veja*).
- 20/09/78. Entrevista com Miguel Arraes: "O regime morreu: Miguel Arraes diz o que pensa dos militares, da abertura política, dos sindicatos..." (*Isto É*).
- 22/09/78. Entrevista com Salvador Pires: "As idéias dos novos líderes sindicais: 'sozinhos, os militares não vão resolver nada'" (*Folha de São Paulo*).

- 27/09/78. Entrevista com Douzel de Andrade: "Remontando o trabalhismo: o último líder do PTB e as tentativas de reorganizá-lo face às emergentes lideranças sindicais que não aceitam seu velho estilo" (*Veja*).
- 01/10/78. Entrevista com Almino Afonso: "Povo, o pesadelo de Geisel" (*Em Tempo*).
- 08/10/78. Entrevista com João Paulo dos Reis Velloso: "Velloso: esperamos que não haja radicalização. O Brasil sempre teve uma certa sabedoria política". (*Jornal do Brasil*).
- 11/10/78. Entrevista com Francisco Julião: "Nem PTB nem PS: o ex-líder das ligas camponesas pensa em um novo partido dos trabalhadores. Sem os equívocos do antigo PTB mas ainda com Brizola" (*Veja*).
- 15/11/78. Entrevista com Joaquim dos Santos Andrade: "Sou de meia-esquerda: um partido social democrata, do tipo alemão, nos planos do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo" (*Veja*).
- 15/11/78. Entrevista com Ivete Vargas: "Ivete, com o partido na cabeça: quem entra, quem fica de fora, qual o programa . . ." (*Isto É*).
- 22/11/78. Entrevista com Pedro Simon e Lomanto Jr.: "Como se entender: dois novos senadores, o baiano Lomanto Jr., da Arena, e o gaúcho Pedro Simon, do MDB, discutem o futuro partidário depois das eleições" (*Veja*).
- 29/11/78. Entrevista com Thales Ramalho: "O que é bom para o MDB: o secretário-geral do MDB não distingue alas no partido. Após as eleições, para ele, o fundamental é manter unida a grande frente oposicionista" (*Veja*).
- 11/12/78. Artigo de Getúlio Bittencourt: "Arena: um partido sem futuro" (*Em Tempo*).
- 11/12/78. Entrevista com Bolivar Lamounier: "Qual o recado das massas" (*Em Tempo*).
- 12/12/78. Entrevista com Severo Gomes: "A democracia dos empresários-1: Ideologia com muita cautela" (*Folha de São Paulo*).
- 13/12/78. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "MDB está sendo dinamitado para implodir em 1979" (*Isto É*).
- 13/12/78. Entrevista com José Mindlin: "A democracia dos empresários-2: estamos prontos para os riscos" (*Folha de São Paulo*).
- 14/12/78. Entrevista com Dilson Funaro: "A democracia dos empresários-3: devemos evoluir sem criar impasses" (*Folha de São Paulo*).
- 15/12/78. Entrevista com Laerte Setúbal Filho: "A democracia dos empresários-4: criar válvulas para aliviar tensões" (*Folha de São Paulo*).
- 16/12/78. Entrevista com Renato Ticoullat Filho: "A democracia dos empresários-5: é preciso reconciliar Estado e Nação" (*Folha de São Paulo*).
- 17/12/78. Entrevista com Cláudio Bardella: "A democracia dos empresários-6: devemos exercitar a democracia" (*Folha de São Paulo*).
- 20/12/78. Entrevista com Henry Maksoud: "A democracia dos empresários-Final: 'Demarquia' no lugar do autoritarismo" (*Folha de São Paulo*).

- 20/12/78. Entrevista com Afonso Arinos: “A hora do entendimento: reflexões e idéias de um velho udenista que volta à cena após suas contribuições ao projeto de reformas políticas do governo Geisel” (*Veja*).
- 20/12/78. Artigo de Francisco Weffort: “Que democratas são esses? Pois é, eles se irritam com as legítimas aspirações do Lula” (*Isto É*).
- 27/12/78. Artigo de Luiz Roberto Serrano: “Empresários e a abertura: cuidado, muito cuidado – no fundo a maioria quer apenas uma democracia empresarial” (*Isto É*).
- 24/01/79. Debate com Dante Pelacani, Raphael Martinelli, Mário Lima, Fortunato Martinelli, Francisco Molina Dias, Jacó Bittar, Luis Inácio da Silva, Armando Gonçalves e Olívio Dutra: “Operários, ontem e hoje: os líderes de 64 e os atuais discutem como seria um partido dos trabalhadores” (*Isto É*).
- 24/01/79. Artigo de Villas-Boas Corrêa: “Uma estratégia para quando o país rachar: Portella, o MDB e o projeto político do governo Figueiredo” (*Isto É*).
- 21/02/79. Entrevista com Afonso Arinos: “Não é possível evitar a abertura: a repressão estava ficando cara demais. Afonso Arinos conta como Geisel reagiu” (*Isto É*).
- 28/02/79. Entrevista com Freitas Nobre: “O MDB não é radical: o líder da bancada federal da oposição prega a unidade do partido e antecipa seu apoio às medidas do governo que favorecerem a redemocratização” (*Veja*).
- 12/03/79. Entrevista com José Sarney: “Sarney: Arena será governo na sucessão de Figueiredo; o que liquidou com o pensamento político foi o sectarismo” (*O Globo*).
- 14/03/79. Entrevista com Almino Afonso: “Estamos identificados: para Almino, PTB, frente, MDB, tudo pode dar na mesma. É uma questão de linguagem” (*Isto É*).
- 21/03/79. Debate com Heitor Alencar Furtado, Modesto da Silveira, Marcelo Cerqueira, Cristina Tavares e Adáulio Dantas: “Novos querem MDB unido” (*Isto É*).
- 28/03/79. Entrevista com Antonio Carlos Magalhães: “Os civis terão vez: o governador da Bahia fala do processo de abertura, aponta as dificuldades que esperam Figueiredo e prega o entendimento entre Arena e MDB” (*Veja*).
- 24/04/79. Entrevista com Jarbas Passarinho: “Passarinho diz que governo não abrirá mão do projeto de anistia; As dissidências do MDB são irreconciliáveis porque ideológicas” (*O Globo*).
- 06/05/79. Entrevista com Petrônio Portella: “Petrônio: eleição direta para governador é decisão presidencial; a maioria dos políticos se inclina pelo voto distrital misto” (*O Globo*).
- 07/05/79. Entrevista com Antonio Carlos Magalhães: “Antonio Carlos considera o MDB incapaz para disputar o poder: ‘a formação de verdadeiros líderes se faz na Universidade’” (*O Globo*).
- 15/05/79. Debate com David Fleischer, Prisco Viana e Humberto Lucena: “Debate conclui que partidos recuperam a importância” (*O Globo*).
- 20/05/79. Entrevista com José Sarney: “Reformulação partidária só após a anistia: presidente nacional da Arena justifica a prorrogação das eleições como forma de absorver os novos partidos a serem criados” (*Folha de São Paulo*).
- 24/05/79. Artigo de Fernando Henrique Cardoso: “Os rumos da oposição” (*Folha de São Paulo*).

- 06/06/79. Entrevista com Djalma Marinho: "Em defesa da conciliação: o homem acusado de articular o fim dos partidos defende-se; quer ser a ponte entre a força do Executivo e a representatividade do Parlamento" (*Veja*).
- 11/07/79. Artigo de Raymundo Faoro: "Um museu pré-montado" (*Isto É*).
- 01/08/79. Artigo de Francisco Weffort: "Autonomia sim, isolamento não" (*Isto É*).
- 22/08/79. Artigo de Miguel Arraes: "As minhas posições: na sua carta de Argel, ele fala sobre o novo MDB, anistia, Brizola e Lula, empresários, etc." (*Isto É*).
- 19/09/79. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "Pelo jogo da verdade: Lula diz que brigar por comida não é subversão. E não abre mão de discutir o PT" (*Isto É*).
- 17/10/79. Artigo de Almino Afonso: "Um partido popular: uma análise da reforma partidária e uma proposta para as esquerdas e os liberais" (*Isto É*).
- 17/10/79. Artigo de Raymundo Faoro: "Morte e vida dos partidos" (*Isto É*).
- 11/11/79. Entrevista com Jarbas Passarinho: "A pior coisa que pode acontecer é a formação de apenas três partidos" (*O Globo*).
- 27/11/79. Artigo de Carlos Castello Branco: "As vertentes da oposição" (*Jornal do Brasil*).
- 27/01/80. Artigo de José Sarney: "Por que PDS?" (*O Estado de São Paulo*).
- 01/03/80. Artigo de Antonio Celso de Souza e Silva: "O pluripartidarismo, 14 anos depois" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Bolivar Lamounier: "Figueiredo e a redemocratização" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Artigo de Tarcísio Holanda: "Figueiredo está cumprindo o que prometeu" (*Jornal do Brasil*).
- 24/03/80. Entrevista com Tancredo Neves: "PDS é direita: Tancredo define PP-oposição" (*Visão*).
- 21/05/80. Artigo de Marcos Sá Corrêa: "Só falta um general: não foi para valer a reforma partidária. A decisão do TSE sobre o PTB gastou a abertura" (*Veja*).
- 26/05/80. Artigo de Flamarion Mossri: "A união das oposições" (*Jornal do Brasil*).
- 27/05/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Só o governo pode unir a oposição" (*Jornal do Brasil*).
- 03/06/80. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "É agora que minha carreira sindical está começando" (*Em Tempo*).
- 03/06/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "Falta de nitidez nas posições" (*Jornal do Brasil*).
- 11/06/80. Artigo de Eymar Mascaro: "Lula vai fazer política até aprender" (*Jornal do Brasil*).
- 22/06/80. Entrevista com Tancredo Neves: "Tancredo condena instabilidade da abertura" (*Jornal do Brasil*).
- 28/09/80. Artigo de Rogério Coelho Neto: "PT não precipita guerra das estrelas" (*Jornal do Brasil*).

- 10/10/80. Palestra de Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra. "A abertura, por Golbery" (*Veja*).
- 30/11/80. Entrevista com José Sarney: "Sarney adverte que país sofrerá caso PDS perca a maioria" (*Jornal do Brasil*).
- 19/11/81. Enquete com 40 empresários: "O Empresário deve participar da Política?" (*Revista Senhor*).

### 2.3 Reforma Constitucional

- 19/05/76. Entrevista com Petrônio Portella: "Vivemos uma etapa decisiva: para o líder da Arena, boas instituições políticas dependem de um país 'mais igual'" (*Veja*).
- 05/02/77. Entrevista com Raymundo Faoro: "A revisão das punições não é uma solução" (*Movimento*).
- 05/02/77. Entrevista com Fernando Gasparian: "O empresário nacional conta zero na vida política do país" (*Movimento*).
- 13/04/77. Artigo de Bolívar Lamounier: "Do impasse eleitoral às artes de Penélope" (*Isto É*).
- 27/04/77. Artigo de Bolívar Lamounier e Paulo Sérgio Pinheiro: "Decifra-me, ou te devoro: até onde vai o caso das reformas políticas" (*Isto É*).
- 18/05/77. Entrevista com Emani do Amaral Peixoto: "A inevitável Constituinte: Amaral Peixoto fala das incertezas do momento" (*Isto É*).
- 08/06/77. Entrevista com Emani do Amaral Peixoto: "É hora do entendimento: às vésperas de deixar a política, o velho chefe pessedista aconselha e manifesta esperanças" (*Veja*).
- 15/06/77. Entrevista com Thales Ramalho: "Ou nos entendemos, ou... Thales Ramalho fala de um impasse antigo" (*Isto É*).
- 29/06/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "A tabela do retorno da institucionalização" (*Isto É*).
- 17/08/77. Entrevista com Luis Antônio Marrey: "Fala um estudante: a redemocratização e o movimento nas Universidades" (*Isto É*).
- 24/08/77. Entrevista com Sobral Pinto: "O espadachim Sobral: um incansável liberal fala das suas esperanças" (*Isto É*).
- 24/08/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "O penoso renovar da confiança" (*Isto É*).
- 24/08/77. Entrevista com Tancredo Neves: "É tempo de conciliação: o experiente deputado mineiro prega a convocação de uma Assembléia Constituinte" (*Veja*).
- 31/08/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Por que a farinha do MDB é indispensável" (*Isto É*).
- 11/09/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "Cardoso não crê que democracia traga o caos" (*Jornal do Brasil*).
- 14/09/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Melhor ter projeto de menos do que de mais" (*Isto É*).
- 14/09/77. Entrevista com Pedro Simon: "Esquecer é preciso: o líder do MDB gaúcho e seu plano de paz; o que passou, passou" (*Isto É*).

- 03/10/77. Entrevista com Petrônio Portella: "Dialogar é preciso: Petrônio Portella, o homem do diálogo, fala dos objetivos de sua difícil missão e faz uma eloquente profissão de fé democrática: a estatização leva ao totalitarismo" (*Visão*).
- 05/10/77. Entrevista com Manoel Gonçalves Ferreira Filho: "Não se faz tudo de uma só vez: o vice-governador de São Paulo continua a imaginar fórmulas para tornar possível a democracia no Brasil" (*Veja*).
- 12/10/77. Entrevista com Raymundo Faoro: "Faoro: um modelo? Pois bem, a pacificação" (*Isto É*).
- 12/10/77. Entrevista com Carlos Medeiros Silva: "Uma base para reformas" (*Veja*).
- 17/10/77. Entrevista com Ulysses Guimarães: "Ulysses Guimarães sabe exatamente por onde começar o diálogo com o governo: pela Constituinte e pelo programa do MDB" (*Visão*).
- 02/11/77. Entrevista com Dom Avelar Brandão Vilela: "A Igreja e a reabertura: nem radical nem moderado, o cardeal-primaz confia na redemocratização" (*Veja*).
- 07/11/77. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "Os frutos do diálogo" (*Movimento*).
- 09/11/77. Entrevista com Rafael Baldacci: "Projeto para Golbery: as propostas que Baldacci guarda no bolso do colete" (*Isto É*).
- 23/11/77. Entrevista com Pedro Simon: "Esperanças e certezas de Pedro Simon, emedebista sereno. A democracia, um destino" (*Isto É*).
- 30/11/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Um único candidato e uma só reforma" (*Isto É*).
- 01/12/77. Artigo de Fernando Henrique Cardoso: "O diálogo e a Constituinte" (*Folha de São Paulo*).
- 05/12/77. Artigo de Sérgio Buarque: "Portella vence a Constituinte? O saldo da missão Portella, agora oficializada" (*Movimento*).
- 07/12/77. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "O antes e o depois do discurso de 1.º de dezembro" (*Isto É*).
- 15/01/78. Artigo de Cláudio Pacheco: "O problema Constitucional" (*Correio Braziliense*).
- 00/02/78. Entrevista com Edmundo Moniz: "PS – um Partido não nasce dos gabinetes" (*Versus*).
- 05/03/78. Entrevista com Tancredo Neves: "Tancredo acha que reformas políticas são inevitáveis" (*Jornal do Brasil*).
- 05/03/78. Entrevista com Tancredo Neves: "MDB dialoga para ampliar abertura, diz Tancredo" (*O Globo*).
- 12/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "O que sou e o que penso" (*Veja*).
- 19/04/78. Entrevista com Afonso Arinos: "Não se precisa discutir mais nada: agora, só falta fazer as reformas" (*Isto É*).
- 30/04/78. Artigo: "Arinos acha reformas legítimas mesmo sem Constituinte" (*Jornal do Brasil*).
- 03/05/78. Artigo: "Exclusivo: o recado de Arinos a Geisel: o roteiro democrático de um grande liberal, entregue a Portella" (*Isto É*).

- 24/05/78. Debate com Tancredo Neves, Paulo Brossard e Saturnino Braga: "Desconfiado, o MDB só pode esperar: Tancredo, Brossard e Saturnino discutem o futuro" (*Isto É*).
- 23/06/78. Entrevista com Petrônio Portella: "O Senador e o relato do diálogo" (*O Globo*).
- 25/06/78. Artigo de Carlos Chagas: "Portella prevê a consolidação da democracia" (*O Estado de São Paulo*).
- 30/06/78. Artigo de Carlos Castello Branco. "A dimensão da liberdade" (*Jornal do Brasil*).
- 02/07/78. Artigo de Tarcísio Holanda: "Reformas: um novo pacto do poder montado em 64" (*Cinco de Março*).
- 05/07/78. Entrevista com Leonel Brizola: "Esperando o regresso: o ex-governador gaúcho quer voltar ao país desde que isso não prejudique o processo de redemocratização. E pensa no velho PTB" (*Veja*).
- 05/07/78. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "Democracia na marra ou no entendimento: reformas, o fim da linha para o galope a todo risco" (*Isto É*).
- 09/08/78. Artigo de Fernando Pedreira: "Linhas certas e tortas" (*Veja*).
- 27/08/78. Entrevista com Célio Borja: "Célio Borja sugere modelo espanhol para anistia" (*O Globo*).
- 20/09/78. Entrevista com João Batista Figueiredo e Euler Bentes Monteiro: "A verdade de cada um" (*Veja*).
- 20/09/78. Entrevista com Miguel Arraes: "O regime morreu: Miguel Arraes diz o que pensa dos militares, da abertura política, dos sindicatos . . ." (*Isto É*).
- 11/10/78. Entrevista com Francisco Julião: "Nem PTB nem PS: o ex-líder das ligas camponesas pensa em um novo partido dos trabalhadores. Sem os equívocos do antigo PTB mas ainda com Brizola" (*Veja*).
- 22/11/78. Entrevista com Pedro Simon e Lomanto Jr.: "Como se entender: dois novos senadores, o baiano Lomanto Jr., da Arena, e o gaúcho Pedro Simon, do MDB, discutem o futuro partidário depois das eleições" (*Veja*).
- 15/12/78. Entrevista com Laerte Setúbal Filho: "A democracia dos empresários: criar válvulas para aliviar tensões" (*Folha de São Paulo*).
- 20/12/78. Entrevista com Afonso Arinos: "A hora do entendimento: Reflexões e idéias de um velho udenista que volta à cena após suas contribuições ao projeto de reformas políticas do governo Geisel" (*Veja*).
- 08/03/79. Debate com Jarbas Passarinho, Paulo Brossard, Nelson Marchezan e Freitas Nobre: "Constituinte dará ao povo o direito de escolher regime. Partidos confiam na volta da democracia" (*O Estado de São Paulo*).
- 06/06/79. Entrevista com Djalma Marinho: "Em defesa da conciliação: o homem acusado de articular o fim dos partidos defende-se; quer ser a ponte entre a força do Executivo e a representatividade do Parlamento" (*Veja*).
- 22/08/79. Artigo de Miguel Arraes: "As minhas posições: na sua carta de Argel, ele fala sobre o novo MDB, anistia, Brizola e Lula, empresários, etc" (*Isto É*).

- 23/12/79. Entrevista com Tancredo Neves: "Tancredo acusa os que desejam uma república popular" (*Jornal do Brasil*).
- 12/03/80. Artigo de Villas-Boas Corrêa: "A UDN virou a Geni do Governo: para não perder a iniciativa, o governo começa a pensar na reforma da Lei Falcão" (*Veja*).
- 16/03/80. Entrevista com Afonso Arinos: "Arinos: nova carta coroará o processo" (*O Globo*).
- 16/03/80. Artigo de Tarcísio Holanda: "Figueiredo está cumprindo o que prometeu" (*Jornal do Brasil*).
- 16/03/80. Entrevista com Ibrahim Abi-Ackel: "Abi-Ackel vê perigo para abertura na fraqueza do PTB e PP" (*Jornal do Brasil*).
- 24/03/80. Entrevista com Tancredo Neves: "PDS é direita: Tancredo define PP – oposição" (*Visão*).
- 02/04/80. Artigo de Raymundo Faoro: "O debate do nó cego: pediu-se ao senador Portella o direito mais elementar de todos os direitos, o habeas-corpus" (*Isto É*).
- 04/05/80. Entrevista com Erasmo Dias: "O importante é não perder o poder" (*Jornal do Brasil*).
- 09/06/80. Entrevista com Teotônio Vilela: "Constituinte, a única saída viável" (*Movimento*).
- 15/06/80. Enquete realizada entre parlamentares e líderes políticos em geral, com base nas seguintes perguntas:
- Em que a convocação de uma Assembléia Constituinte ou a transformação do atual Congresso para esse fim ajudaria no processo de abertura política do País?
  - Modificações no sistema eleitor – como a implantação do voto distrital – seriam de fundamental importância para a institucionalização?
  - Quais os pontos de sentido prático que acha fundamentais para a ocorrência de um bom relacionamento entre as instituições? (*O Globo*).
- 12/10/80. Artigo de Carlos Castello Branco: "A reforma é para 1983" (*Jornal do Brasil*).
- 26/10/80. Artigo de Carlos Castello Branco. "Entre civis e militares" (*Jornal do Brasil*).
- 12/11/80. Entrevista com Mário Covas: "A oposição deve negociar: o presidente do PMDB de São Paulo não teme o perigo de um retrocesso político e acha irrelevante se a Constituinte será com João ou sem ele" (*Veja*).
- 27/11/80. Artigo de Luiz Orlando Carneiro: "Constituinte, colisão e crise" (*Jornal do Brasil*).
- 30/11/80. Entrevista com José Sarney: "Sarney adverte que país sofrerá caso PDS perca a maioria" (*Jornal do Brasil*).
- 03/12/80. Entrevista com Tarcísio Burity: "A Constituinte resolve: embora seja do PDS, o governador da Paraíba defende eleições diretas para presidente da República e o voto do analfabeto" (*Veja*).

### 3. Modelos Terminais: As Democracias Propostas

- 11/09/74. Entrevista com Paulo Brossard e Nestor Jost: "Arena e MDB na TV: Jost e Brossard numa discussão antecipada sobre temas do debate" (*Veja*).

- 19/03/75. Entrevista com Delfim Netto: "Performance do Brasil na crise, vista por Delfim Netto" (*Última Hora*).
- 24/03/75. Debate com Magalhães Pinto e Ulysses Guimarães: "O Congresso cautelosamente corajoso" (*Visão*).
- 24/03/75. Debate com José Sarney, Saturnino Braga, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Castello Branco: "O incerto caminho até a democracia" (*Visão*).
- 04/08/75. Entrevista com Paulo Brossard: "Palavras de um bravo liberal" (*Movimento*).
- 18/08/75. Entrevista com Célio Borja: "Recado de um liberal aos empresários: na opinião do presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja, os empresários devem engajar-se na luta pela distensão política na defesa de seus interesses" (*Visão*).
- 29/09/75. Entrevista com Francelino Pereira. "A Arena nas mãos de um homem de muita fé: com muita fé, Francelino Pereira exorciza os maus espíritos da desconfiança e se prepara para vencer eleições" (*Visão*).
- 19/05/76. Entrevista com Petrônio Portella: "Vivemos uma etapa decisiva: para o líder da Arena, boas instituições políticas dependem de um país 'mais igual'" (*Veja*).
- 28/07/76. Entrevista com Severo Gomes: "A sociedade deve estar unida: sem institucionalizar a política, o Estado se arrisca ao 'choque com as aspirações nacionais'" (*Veja*).
- 05/02/77. Entrevista com Raymundo Faoro: "A revisão das punições não é uma solução" (*Movimento*).
- 05/02/77. Entrevista com Fernando Gasparian: "O Empresário Nacional conta zero na vida política do país" (*Movimento*).
- 23/03/77. Entrevista com Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva: "Não basta aumentar o PNB: reflexões do Ministro da Previdência sobre os rumos da política e da economia no Brasil" (*Veja*).
- 20/04/77. Entrevista com Petrônio Portella: "Portella explica os últimos dias" (*Isto É*).
- 18/05/77. Entrevista com Amaral Peixoto: "A inevitável constituinte: Amaral Peixoto fala das incertezas do momento" (*Isto É*).
- 25/05/77. Entrevista com Saturnino Braga: "Falta credibilidade: Roberto pede mais cabeças ministeriais" (*Isto É*).
- 01/06/77. Entrevista com Herbert Levy: "Salva-vidas político? Levy diz que a classe política não pode mais conformar-se" (*Isto É*).
- 15/06/77. Entrevista com Thales Ramalho: "Ou nos entendemos, ou... Thales Ramalho fala de um impasse antigo" (*Isto É*).
- 13/07/77. Entrevista com Paulo Diederichsen Villares: "Problemas de Comunicação: o que pensa um líder empresarial do diálogo com o governo sobre as dificuldades econômicas" (*Veja*).
- 00/07/77. Enquete com líderes sindicais: "O que pensam os sindicatos" (*CooJornal*).
- 03/08/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "Chega de retórica: utopias e planos salvadores não nos faltam. O que falta é começar a fazer a democracia" (*Veja*).

- 03/08/77. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso: "Democracia, simplesmente: Fernando Henrique Cardoso e o papel do intelectual e do político no Brasil, hoje" (*Isto É*).
- 24/08/77. Entrevista com Tancredo Neves: "É tempo de conciliação: o experiente deputado mineiro prega a convocação de uma Assembléia Constituinte" (*Veja*).
- 31/08/77. Entrevista com Sinval Boaventura e Eduardo Galil: "Um debate com Galil e Boaventura: acham que há comunismo? Achamos não. Temos certeza" (*Isto É*).
- 14/09/77. Entrevista com Pedro Simon: "Esquecer é preciso: o líder do MDB gaúcho e seu plano de paz. O que passou, passou" (*Veja*).
- 21/09/77. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "Abertura? Para quem? O líder dos metalúrgicos fala de suas lutas e de outras, de ontem e de hoje" (*Isto É*).
- 03/10/77. Entrevista com Petrônio Portella: "Dialogar é preciso: Petrônio Portella, o homem do diálogo, fala dos objetivos de sua difícil missão e faz uma eloquente profissão de fé democrática: a estatização leva ao totalitarismo" (*Visão*).
- 05/10/77. Entrevista com Manoel Gonçalves Ferreira Filho: "Não se faz tudo de uma só vez: o vice-governador de São Paulo continua a imaginar fórmulas para tornar possível a democracia no Brasil" (*Veja*).
- 19/10/77. Entrevista com D. Ivo Lorscheiter: "A unidade quase perfeita" (*Veja*).
- 02/11/77. Entrevista com D. Avelar Brandão Vilela: "A Igreja e a reabertura: nem radical nem moderado, o cardeal-primaz confia na redemocratização" (*Veja*).
- 07/11/77. Entrevista com Luis Inácio da Silva: "Os frutos do diálogo" (*Movimento*).
- 23/11/77. Entrevista com Pedro Simon: "Esperanças e certezas de Pedro Simon, emedebista sereno. A democracia, um destino" (*Isto É*).
- 18/01/78. Entrevista com Delfim Netto: "Delfim diz que está na política pela democracia" (*Jornal do Brasil*).
- 01/02/78. Entrevista com Luiz Inácio da Silva: "A liberdade deve ser conquistada: Lula fala do MDB, da Igreja, dos estudantes, do PTB, dos pelegos e das suas esperanças" (*Isto É*).
- 01/03/78. Entrevista com Karlos Rischbieter: "O direito de dar opinião: o presidente do Banco do Brasil fala em 'repensar e reavaliar' o modelo brasileiro" (*Veja*).
- 08/03/78. Entrevista com Delfim Netto: "Inconveniente? Eu não . . . Restrições a Delfim Netto? O candidato ao governo paulista não acredita nisso" (*Isto É*).
- 22/03/78. Debate com Einar Kok, Laerte Setúbal, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Ayrton Girão, Paulo Francini e Cláudio Bardella: "Democracia mas como? O que pensam hoje alguns dos empresários que há um ano já pediam abertura?" (*Isto É*).
- 05/04/78. Entrevista com João Batista Figueiredo: "A eleição de novembro vai abrir o horizonte" (*Isto É*).
- 12/04/78. Entrevista com José Ibrahim: "Não queremos o poder: o líder da greve de Osasco fala de 1968 e analisa a questão sindical" (*Veja*).
- 10/05/78. Entrevista com Benedito Marcílio: "Sindicato e política hoje: 'Todos reclamam, é sinal de que as coisas não estão certas'" (*Folha de São Paulo*).

- 05/07/78. Entrevista com Leonel Brizola: “Esperando o regresso: o ex-governador gaúcho quer voltar ao país desde que isso não prejudique o processo de redemocratização. E pensa no velho PTB” (*Veja*).
- 06/08/78. Debate com Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Cláudio Lembo: “No debate a proposta: fim da lei Falcão” (*O Estado de São Paulo*).
- 27/08/78. Entrevista com Miguel Arraes: “Democracia é o único caminho, diz Arraes” (*O Estado de São Paulo*).
- 12/09/78. Entrevista com Jarbas Passarinho: “Passarinho diz que a vitória do MDB não trará prejuízos” (*Jornal do Brasil*).
- 20/09/78. Entrevista com João Batista Figueiredo e Euler Bentes Monteiro: “A verdade de cada um” (*Veja*).
- 20/09/78. Entrevista com Miguel Arraes: “O Regime morreu: Miguel Arraes diz o que pensa dos militares, da abertura política, dos sindicatos . . .” (*Isto é*).
- 27/09/78. Entrevista com Doulet de Andrade: “Remontando o trabalhismo: o último líder do PTB e as tentativas de reorganizá-lo face às emergentes lideranças sindicais que não aceitam seu velho estilo” (*Veja*).
- 11/10/78. Entrevista com Francisco Julião: “Nem PTB nem PS: o ex-líder das ligas camponesas pensa em um novo partido dos trabalhadores: sem os equívocos do antigo PTB, mas ainda com Brizola” (*Veja*).
- 12/11/78. Entrevista com Célio Borja: “O primeiro dever do Congresso é modificar a Constituição” (*Jornal do Brasil*).
- 15/11/78. Entrevista com Joaquim dos Santos Andrade: “Sou de meia-esquerda: um partido social-democrata, do tipo alemão, nos planos do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo” (*Veja*).
- 22/11/78. Entrevista com Pedro Simon e Lomanto Júnior: “Como se entender: dois novos senadores, o baiano Lomanto Júnior, da Arena, e o gaúcho Pedro Simon, do MDB, discutem o futuro partidário depois das eleições” (*Veja*).
- 29/11/78. Entrevista com Thales Ramalho: “O que é bom para o MDB” (*Veja*).
- 12/12/78. Entrevista com Severo Gomes: “A democracia dos Empresários – 1: Ideologia com muita cautela” (*Folha de São Paulo*).
- 13/12/78. Entrevista com José Mindlin: “A democracia dos Empresários – 2: Estamos prontos para os riscos” (*Folha de São Paulo*).
- 14/12/78. Entrevista com Dilson Funaro: “A democracia dos empresários – 3: Devemos evoluir sem criar impasses” (*Folha de São Paulo*).
- 15/12/78. Entrevista com Laerte Setúbal Filho: “A democracia dos empresários – 4: Criar válvulas para aliviar as tensões” (*Folha de São Paulo*).
- 16/12/78. Entrevista com Renato Ticoullat Filho: “A democracia dos empresários – 5: É preciso reconciliar Estado e Nação” (*Folha de São Paulo*).
- 17/12/78. Entrevista com Cláudio Bardella: “A democracia dos empresários – 6: Devemos exercitar a democracia” (*Folha de São Paulo*).

- 20/12/78. Entrevista com Henry Maksoud – final: “A democracia dos empresários: ‘Demarquia’ no lugar de Autoritarismo” (*Folha de São Paulo*).
- 27/12/78. Entrevista com Aureliano Chaves: “O dever da conciliação: o futuro vice-presidente da República antecipa suas tarefas e prega um entendimento profundo entre o governo e a oposição” (*Veja*).
- 00/12/78. Entrevista com Miguel Arraes: “*Pasquim* entrevista um exilado sem mágoa e sem rancor” (*Pasquim*).
- 24/01/79. Debate com Dante Pelacani, Raphael Martinelli, Mário Lima, Fortunato Martinelli, Francisco Malina Dias, Jacó Bittar, Luís Inácio da Silva, Armando Gonçalves e Olívio Dutra: “Operários, ontem e hoje: os líderes de 64 e os atuais discutem como seria um partido dos trabalhadores” (*Isto É*).
- 04/02/79. Entrevista com Ulysses Guimarães: “Ulysses insiste na volta à plenitude democrática” (*Folha de São Paulo*).
- 04/02/79. Entrevista com José Sarney: “Sarney recorda que o país apenas começou a transição” (*Folha de São Paulo*).
- 28/03/79. Entrevista com Antonio Carlos Magalhães: “Os civis terão vez: o governador da Bahia fala do processo de abertura, aponta as dificuldades que esperam Figueiredo e prega o entendimento entre Arena e MDB” (*Veja*).
- 13/05/79. Entrevista com José Sarney: “Para Sarney é hora da divisão do bolo; alternância no poder, um objetivo” (*O Estado de São Paulo*).
- 21/05/79. Entrevista com Célio Borja: “Governo e oposição necessitam do diálogo: Figueiredo foi claro sobre suas intenções” (*O Globo*).
- 24/06/79. Enquete com empresários: “Figueiredo ganha confiança nos 100 primeiros dias” (*Jornal do Brasil*).
- 12/09/79. Entrevista com Miguel Arraes.
- 23/12/79. Entrevista com Tancredo Neves: “Tancredo acusa os que desejam uma República Popular: o que pensa o líder do PP” (*Jornal do Brasil*).
- 22/06/80. Entrevista com Tancredo Neves: “Tancredo condena instabilidade da abertura” (*Jornal do Brasil*).
- 12/11/80. Entrevista com Mário Covas: “A oposição deve negociar: o presidente do PMDB de São Paulo não teme o perigo de um retrocesso político e acha irrelevante se a Constituinte será com João ou sem ele” (*Veja*).
- 30/11/80. Entrevista com José Sarney: “Sarney adverte que país sofrerá caso PDS perca a maioria” (*Jornal do Brasil*).
- 03/12/80. Entrevista com Tarcísio Burty: “A Constituinte resolve: embora seja do PDS, o governador da Paraíba defende eleições diretas para presidente da República e o voto do analfabeto” (*Veja*).



### Instituto Superior de Estudos de Religião – ISER

#### *Dados e Objetivos Gerais*

O Instituto Superior de Estudos de Religião – ISER, é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao estudo e à produção de materiais sobre fenômenos religiosos. Foi criado em 1969, em São Paulo, e transferido para o Rio de Janeiro em 1979. Embora a sede e o *staff* do ISER estejam no Rio de Janeiro, seus membros distribuem-se por vários estados da Federação. Entre membros efetivos e colaboradores, o ISER arrola 80 pessoas com uma formação variada. Há entre eles cientistas sociais, intelectuais da Igreja, especialistas do catolicismo, do protestantismo e das religiões afro-brasileiras. Esta composição heterogênea é uma característica marcante do ISER, pois que o Instituto procura ter acesso e participar das trocas que se fazem tanto no plano da academia, quanto no interior das organizações religiosas. O ISER é, portanto, um espaço de cruzamento entre diferentes contextos institucionais; o ISER valoriza e procura incentivar esta heterogeneidade interna. Seus programas contêm um conjunto de perspectivas diferenciadas e sua política cultural tem por objetivo constituir um lugar de trocas, ainda que tenso, entre setores intelectuais que fora do ISER raramente se encontram. Neste sentido, os programas do ISER têm ainda caráter de uma *extensão universitária* que promove

a comunicação entre o meio acadêmico e a comunidade abrangente.

#### *Programação*

As atividades do ISER são compostas de:

- *Seminários, Encontros e Assembléias*, que reúnem os membros periodicamente para estudo e debate de algum tema específico. De modo geral, estes encontros estão distribuídos entre três grupos de trabalho, respectivamente sobre catolicismo, protestantismo e religiões afro-brasileiras.

- *Cursos*, que são organizados de forma intensiva e oferecidos a professores universitários e/ou agentes pastorais. No período 1981-82, foram oferecidos cursos sobre: A Sociologia do Protestantismo no Brasil; Uma Introdução ao Estudo das Religiões no Brasil e Ministério Popular em Meios Evangélicos (em colaboração com outras instituições).

- *Pesquisas*, que são coletivas e individuais. No período de 1981-82, concluiu-se um projeto sobre “Religião e Mudança Social”, que incluía um conjunto de pequenas pesquisas com os seguintes títulos: *Memória do Sagrado*, Carlos Rodrigues Brandão; *As Missões Protestantes em*

*Números*, Rubem Cesar Fernandes; *O Conselho Indigenista Missionário: 1965-1979*, Feny Ricardo; *História da Igreja Católica no Brasil*, Pe. José Oscar Beozzo; *História do Protestantismo no Brasil*, Zwinglio Mota Dias; *Igreja e Mudanças Sociais no Brasil*, Rioldando Azzi; *Religião e Classe Operária: Estudo de Caso*, Álvaro Dias Telhado; *Religião e Desenvolvimento Social na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*, Gerd Uwe Kliewer; *O Pensamento Católico Conservador no Brasil*, Francisco B. de Souza Netto; *Tendências Atuais do Catolicismo no Brasil*, Francisco B. de Souza Netto; *A CNBB: Evolução Política e Ideológica*, Adriano Nogueira; *A Cura por Correspondência*, Carlos Rodrigues Brandão; *A Igreja Católica e o Problema da Terra no Brasil*, José Ricardo Ramalho e Neide Esterci; *Engajamento Cristão no Brasil: 1963-64*, Paulo Cesar Botas; *A Ideologia do Protestantismo*, Rubem A. Alves; *A Ficção Batista*, Elter Dias Maciel.

Outras pesquisas iniciadas ou programadas neste período incluem: *Crime e Umbanda*, Márcia Contins e Márcio Goldman; *Umbanda e Movimentos Negros*, Maria Amália Barreto; *Federação de Umbanda e Eleições*, Zélia Milanez, Leni Silverstein e Patrícia Birman; *Relações Raciais no Protestantismo Brasileiro*, Joaquim Beato, Antonio Santana e Maria da Graça Floriano; *A Memória Portestante*, João Pedro de Aguiar; *Grupos Religiosos e Partidos Políticos*, Patrícia Monte-Mór e Rubem Cesar Fernandes; *Marxismo e Cristianismo*, Pierre Sanchis e Pedro Uchoa Cavalcante.

#### Publicações

O ISER ocupa-se de três linhas de publicações:

1) *Cadernos do ISER*, que publica monografias ou conjuntos de artigos sobre um tema determinado. Já publicados: 1. *Conversão*, Otto Dana; Elter D. Maciel e Peter Fry; 2. *Religião e Arte*, Olga de Sá, Tarcisio Moura, J.F. Regis Moraes e Isolde H.B. Venturelli; 3. *Psicologia e Religião*, Otaviano Correa V. Lima, Pierre Weil, José Fragoso e Walber de Alvarenga; 4. *Instituição e Comunidade*, Rubem A. Alves, Keith S. Brown, Jr., Tomiko Born e Antonio A. Carneiro; 5. *Religiosidade Popular*, Beatriz M. Kerti e Maria Cláudia C. Mello, José J. de Oliveira, Douglas T. Monteiro, Maria C. França e Pedro A. Ribeiro de Oliveira; 6. *O Pentecostalismo*, Christian L. D'Epinay, Francisco Rolim, Aureo Bispo dos Santos, Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Jether Pereira Ramalho, Gary Nigel

Howe e Rubem Cesar Fernandes; 7. *Protestantismo e Política no Brasil*, Gerd Uwe Kliewer, João Dias de Araújo; 8. *Igreja e Sociedade no Brasil - Pesquisa*, Pe. José O. Beozzo, Zwinglio M. Dias, Rioldando Azzi, Carlos R. Brandão, Álvaro D. Telhado, Gerd Uwe Kliewer, Adriano Nogueira, Francisco Benjamin de Souza Netto, José R. Ramalho, Neide Esterci, Paulo C. Botas, Rubem Alves, Elter Dias Maciel, Francisco Rolim 9. *Memória do Sagrado*, Carlos Brandão; 10. *Missões*, Feny Ricardo e Rubem Cesar Fernandes; 11. *O Papa no Brasil: Aspectos Sociológicos*, Rubem Cesar Fernandes; 12. *Tendências Atuais do Catolicismo no Brasil*, Francisco B. de Souza Netto; 13. *Presença da Igreja Católica na Sociedade Brasileira*, Rioldando Azzi.

Encontram-se no prelo os seguintes cadernos: *A Ficção Batista*, Elter Dias Maciel; *Igreja e Estado de 1964 a 1980: O Noticiário dos Jornais* (com base nos arquivos de Charles Antoine); *Polônia, O Partido, O Solidariedade e a Igreja*.

Os *Cadernos* de 1 a 13 encontram-se à venda na sede do ISER; os seguintes são editados por Achiamé Editora.

2) *Religião e Sociedade*: revista especializada, feita em colaboração com o Centro de Estudos de Religião (CER), de São Paulo, cujo Conselho Editorial, autônomo em suas decisões, é formado por Alba Zaluar, Carlos Brandão, Douglas Teixeira Monteiro (in memoriam), Edênio Valle, Eduardo Viveiros de Castro, José Jeremias de Oliveira Filho, Rubem Alves e Rubem Cesar Fernandes (coordenador).

A distribuição de *Religião e Sociedade* é feita pela Cortez Editora e as assinaturas devem ser solicitadas ao ISER.

3) *Comunicações do ISER*. Publicação interna, veicula pequenos artigos e noticiários redigidos pelos membros ainda em estágio tentativo ou de "rascunho", agrupados sobre determinado tema. Em 1982, as *Comunicações do ISER* reuniram artigos sobre "Religião e Eleições" e sobre as relações que existem entre "Os Pentecostais e as Comunidades Eclesiais de Base".

#### Projetos Especiais

Em 1982 o ISER organizou os seguintes projetos especiais:

- a) Uma série de atividades comparativas da atuação da Igreja Católica frente ao Estado e aos movimentos sociais no Brasil e na Polônia;
- b) Um seminário sobre as Igrejas cristãs nos conflitos políticos da América Central, cujos re-

sultados serão publicados nos *Cadernos do ISER*;

c) Uma seleção de filmes sobre as religiões populares no Brasil, em colaboração com a cinemateca do Museu de Arte Moderna.

#### *Assessoria*

A partir de 1982 o ISER passa a oferecer os seus serviços como órgão de assessoria especializada em assuntos do relacionamento entre "religião e sociedade".

#### *Pessoal*

Uma Comissão Executiva, composta de três membros, dirige o ISER e responde por ele perante a Assembléia Geral de membros que se reúne anualmente. A Comissão Executiva eleita para o período 1982-84 tem a seguinte composição:

Presidente: Pierre Sanchis (antropólogo), UFMG; Secretária: Regina Novais (antropóloga), UFPB; Tesoureiro: Zwinglio Mota Dias (teólogo), UFJF.

Uma equipe de Coordenadores de Atividades, eleita para 1982-83, é formada das seguintes pessoas:

Secretário-Executivo: Rubem Cesar Fernandes (antropólogo), Museu Nacional; Coordenadores: Arno Vogel (historiador), UFRJ; Leni Silverstein (antropóloga), New School for Social Research, USA; Patrícia Monte-Mór (antropóloga) Museu Nacional; Patrícia Birman (antropóloga), Museu Nacional e Pedro de Oliveira (sociólogo) PUC-RJ.

#### *Finanças*

O ISER depende de financiamentos de fundações de amparo à pesquisa e de subvenções de agências eclesásticas.

#### *Endereço:*

Av. Princesa Isabel, 323 – sala 1012  
Copacabana  
22011 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (021) 275-3296



## Teses e Dissertações\*

Aragão, Elizabeth Fiúza

*Relações de Trabalho na Indústria de Fortaleza.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1982, 236pp. Orientador: André Haguette.

O trabalho tem como escopo central o estudo das relações de trabalho na indústria de Fortaleza partindo do pressuposto teórico weberiano de que sejam relações do tipo patrimonialista, condizente com a divisão racional do trabalho que legaram ao Ceará um espaço marginal. Realizada junto a treze empresários, a pesquisa revelou não se poder claramente configurar o padrão patrimonial, mas a existência de práticas não burocratizadas, não vinculadas a documentos escritos e a ausência de um corpo de regras geral, explícito e definido aprioristicamente. Na tentativa de descrição e explicação das relações de trabalho reinantes, atenta-se para a questão da "racionalidade" que os mesmos exprimem, e

que refletem a questão das adaptações (moderno x arcaico) que a indústria local faz uso para sobreviver. E, finalmente, analisa-se como tais arranjos incidem sobre a classe operária que acaba mais desassistida e mais explorada.

Araújo, Maria Neyára de Oliveira

*A Medida do Ter nunca Enche – A Prática e a Compreensão do Crédiário pela População de Baixa Renda em Fortaleza: Um Estudo de Caso.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1982, 155pp. Orientador: Teresa M. Frota Haguette.

Apresenta as manifestações de consciência empírica da população de baixa renda diante da proposta de expansão do consumo preconizado como índice de integração social pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Como a população de baixa renda percebe e responde aos apelos de uma sociedade que se anuncia promisso-

(\*) Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor, título e subtítulo do trabalho, grau obtido, área de estudo, instituição, ano, número de páginas, nome do orientador e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.

ra? Ao nível da ação foi constatado que mais da metade da amostra deixou de comparecer ao mercado de bens de consumo nos últimos quatro anos, sob a alegação de que "o dinheiro não está dando". Constatou-se também que uma contabilidade doméstica é racionalmente desenvolvida no sentido de evitar despesas que comprometam além do possível o orçamento familiar necessário à mera sobrevivência. Por outro lado, apesar da impossibilidade objetiva de ultrapassar o estágio de consumo limite da sobrevivência, ao nível da percepção foi constatada uma aprovação quase unânime à proposta de sociedade afluyente, sendo o modelo urbano-industrial referendado como melhor com base nas ofertas que a cidade faz, independentemente da condição de classes; ou seja, sem que se manifeste no discurso exposto dos informantes a consciência de sua condição de classe.

**Azevêdo, Fernando Antônio**

*As Ligas Camponesas: Campesinato e Política – 1955-64.* Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1980, 186pp. Orientador: Heraldo P. Souto Maior.

A dissertação examina e discute a formação das Ligas Camponesas e a incorporação do campesinato e dos trabalhadores rurais no espaço político brasileiro no último decênio do regime populista. O trabalho tenta recuperar as diversas fases das ligas e a sua relação com o Estado, o governo popular de Arraes e o movimento de massa, enfatizando a análise das diversas tendências políticas e ideológicas que exerceram influência na condução do movimento camponês.

**Blay, Eva Alterman**

*Vilas Operárias.* Livre-Docência em Sociologia Urbana, Universidade de São Paulo, 1982, 440pp.

Define-se, neste trabalho, a vila operária como sendo um conjunto de habitações de propriedade das indústrias e destinadas ao uso da força de trabalho ligada às mesmas. A casa da vila foi e é utilizada, conforme se constatou, como elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. O problema foi abordado sob três óticas: a do industrial-proprietário, a do Estado (legislador do uso do solo urbano) e a do operário morador.

Usaram-se várias técnicas e métodos de investigação, como análise de manuscritos, atas da Câmara Municipal, jornais anarquistas, histórias de vida, biografias e fotografias, pois partindo-se de um reconstrução histórica chegou-se aos atuais moradores das vilas operárias. Concluiu-se que tais vilas foram e são um fator de intervenção no ajustamento das relações de produção. Reduzem o poder de reivindicação do operariado, satisfizeram e ainda satisfazem segmentos da burguesia voltados para a implantação do capitalismo concorrencial e monopolista e reestruturaram a própria organização interna da família operária. As vilas operárias foram retomadas pelo BNH através do projeto PROEMP.

**Calabria, Francisca Maria Camarço**

*Profissão e Vida Conjugal da Mulher.* Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1982, 218pp. Orientador: Heraldo P. Souto Maior.

Este trabalho analisou as relações entre o desempenho da atividade profissional extradomiciliar pela mulher casada, a divisão do poder e das tarefas domésticas entre os cônjuges, a satisfação da mulher no casamento e as suas concepções normativas sobre o "mandonismo" e o "machismo". Foram entrevistadas 200 mulheres casadas dos estratos sócio-econômicos médio e baixo, residentes em um bairro recifeense. Os resultados permitiram concluir que o desempenho da atividade profissional extradomiciliar pela mulher e os seus maiores recursos associaram-se apenas parcialmente a uma modernização do seu papel conjugal.

**Carvalho, Sonia Nahas de**

*Política Urbana no Brasil – A História de um Caso.* Mestrado em Ciência Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982, 144pp. Orientador: Bolivar Lamounier.

Esta dissertação insere-se no capítulo da Ciência Política referente a políticas públicas, focado na sua implementação: como os poderes públicos levam a cabo as grandes formulações. Nesta concepção, o tratamento dispensado ao conceito de implementação envolveu a) o próprio método de concepção da política e b) a identificação das agências governamentais mobilizadas. Para tanto, procedeu-se à realização de um estudo de caso sobre a experiência do Pro-

grama CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada/BNH no município de São, Paulo, no período 1973/79. As principais conclusões são: tendência ao “anti-federalismo” que resulta numa implementação caracterizada pela centralização de “onde” (grandes áreas) e “quanto” intervir (implementação de uma máquina e um método), facultando-se às agências locais o direito de disporem dos recursos segundo regras políticas locais.

**Ferrara, Miriam Nicolau**

*A Imprensa Negra Paulista (1915-1963): Estudo Monográfico.* Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981, Orientador: Fernando A.A. Mourão.

Jornais produzidos por negros e para negros em São Paulo e outros estados do Brasil (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul) articularam a imprensa negra de 1915 a 1963, com a finalidade de reivindicar direitos através do que seria atingida a integração e a participação do grupo na sociedade brasileira. Feitos por descendentes de escravos, oriundos do continente africano, esses jornais apresentam poucas referências de África. O universo da pesquisa constituiu-se de jornais da imprensa negra, considerados a partir de uma amostra. África compreende o universo total. Após o histórico, o material empírico é descrito em três períodos: no primeiro (1915-1923), há a tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência que mais tarde irá ganhar força. Com a fundação do jornal *O Clarim da Alvorada*, em 1924, o segundo período atinge seu ápice em 1931 com a organização da Frente Negra Brasileira e em 1933 com o jornal *A Voz da Raça*. Este período termina com o Estado Novo. O momento das grandes reivindicações políticas marca o terceiro período (1945-1963), com indivíduos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou se candidando a cargos eletivos.

**Lovisolo, Hugo Rodolfo**

*Terra, Trabalho e Capital: Produção Familiar e Acumulação.* Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982, 337pp. Orientador: Otávio Guilherme Velho.

O autor outorga importância ao processo que determina a coexistência de unidades capi-

talizadas e não capitalizadas, as quais apresentam como unidades mercantis simples, mas conserva a distinção como determinante de especificidade das unidades em função de característica base – unidades capitalizadas e não capitalizadas –, o autor discute suas funções em relação à acumulação capitalista no Brasil. Com base nessa discussão, questiona as interpretações que concebem a unidade familiar como constituindo entrave ou como sendo funcional para acumulação capitalista.

**Mariz, Cecília Loreto**

*Texto Didático e Criança Carente.* Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1982, 176pp. Orientador: Heraldo P. Souto Maior.

Pretendeu-se, neste trabalho, identificar e descrever elementos inadequados em relação à criança carente nos livros didáticos. Estas impropriedades foram entendidas como parte da ideologia dominante. Para a realização deste estudo foi feita uma comparação livro *versus* realidade, analisando-se, por um lado, os livros do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental Pernambuco (PLIDEF-PE) do ano de 1980 e, por outro, estudando-se as condições de vida das populações de baixa renda da Região Metropolitana do Recife, tanto através de dados secundários quanto de pesquisa de campo em uma comunidade específica. Concluiu-se que além de valores explícitos e implícitos que defendem o *status quo*, há nestes livros um desconhecimento e desprezo pela realidade vivida pela maior parte das crianças recifenses em seus diferentes aspectos – econômico, cultural, linguístico, geográfico – às expensas da valorização de modelos de vida de camadas de renda mais elevada e de outra região do país. Supõe-se que estas impropriedades contribuirão para o insucesso escolar, bem como para o reforço da ideologia dominante.

**Mourão, Fernando A. Albuquerque**

*A Sociedade Angolana através da Literatura: a Lunda na Obra de Castro Soromenho.* Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1969, 157pp. Orientador: Ruy Galvão de Andrada Coelho.

Estudo sociológico do contato entre os dois segmentos extremos, os colonizados e os coloni-

zadores, através da análise de dois espaços: Luanda e Lunda, do fim do século XIX até 1965, utilizando-se a literatura escrita desse período, fontes primárias e secundárias, além de entrevistas. A análise abrangeu o estudo dos mecanismos do processo colonial e seus efeitos em função da sociedade angolana e, especialmente, no comportamento dos colonizados e dos colonizadores. O trabalho é acompanhado de uma bibliografia exaustiva sobre a obra de Castro Soromenho e de trabalhos sobre a sua obra. Publicado em 1978 pela editora Ática, Coleção *Ensaio*, n.º 38, sob o título "A Sociedade Angolana através das Literaturas".

**Munanga, Kabengele**  
*Os Basanga de Shaba (Zaire). Aspectos Sócio-Econômicos e Político-Religiosos.* Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1977, 320pp. Orientador: João Batista Borges Pereira.

O trabalho apresenta-se como um estudo monográfico dividido em 4 capítulos. No primeiro, procura-se esboçar as condições geográficas, ecológicas e históricas nas quais se desenvolveu a cultura Sanga. No segundo, desenvolveu-se alguns aspectos da estrutura social e descreveu-se o ciclo vital dos indivíduos. No terceiro capítulo, relativo à vida econômica, procurou-se descrever as atividades econômicas dominantes; analisar fatores e modos de produção; analisar as estruturas sociais criadas pela sociedade em vista de cumprir a produção; descrever os mecanismos de redistribuição e de troca de produtos e, enfim, tratar das formas de investimento econômico. O último capítulo, articulado sobre dois aspectos muito ligados, a saber, a vida política e a vida religiosa, onde tentou-se abordar os problemas relativos ao fundamento do poder político; analisar as estruturas do poder político e suas funções; abordar a vida religiosa sob dois aspectos, seja como um sistema ideológico, seja como uma explicação do universo.

**Mukuna, Kazadi wa**  
*Contribuição Bantu na Música Popular Brasileira.* Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Durante os três primeiros séculos de atividade escravocrata, inúmeros membros de diferen-

tes tribos da África Ocidental foram introduzidos no Brasil para satisfazer a necessidade de mão-de-obra. Com cada grupo étnico foram transplantados para o Novo Mundo elementos da respectiva prática cultural. Alguns desses elementos inseridos no estilo de vida brasileiro variam desde os hábitos domésticos e sincretismo de culto, à literatura e manifestações artísticas, dentre as quais o patrimônio musical. Esta última, em forma de *mise au point* sobre a contribuição africana na música brasileira, trata dos elementos musicais bantus, oriundos da zona Zaire-Angola, aqui definida como zona de interação cultural, detectáveis na música brasileira. Esses elementos são analisados em termos de mutação e persistência, conseqüência das várias ações de fenômenos culturais, psicológicos e sociológicos sobre seus portadores, e em termos de sua continuidade no Novo Mundo.

**Oliveira, Henrique Altemani de**  
*O Papel do Gás Natural no Desenvolvimento Econômico e Social da Argélia.* Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979, 239pp. Orientador: Fernando A. Albuquerque Mourão.

O objetivo do trabalho é analisar o processo de desenvolvimento econômico da Argélia através da utilização racional do gás natural. Expõe-se, no 1.º capítulo, o confronto existente entre países exportadores e importadores de petróleo e companhias petrolíferas. No 2.º capítulo, analisa-se as atitudes inovadoras assumidas pela Argélia dentro do contexto energético mundial, de acordo com sua política pragmática de gerir o excedente petrolífero em benefício da população argelina. O 3.º capítulo define a estratégia do desenvolvimento econômico e social adotada pela Argélia. Devido ao caráter recente da experiência analisada, a estratégia de desenvolvimento é apresentada como programa, sem se chegar a uma análise crítica dos resultados obtidos.

**Rocha, Everardo Pereira Guimarães**  
*Magia e Capitalismo: Um Estudo Antropológico da Publicidade.* Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982, 233pp. Orientador: Roberto da Matta.

A tese investiga o fenômeno da publicidade segundo a ótica da Antropologia Social, especi-

ficamente das teorias desenvolvidas em torno das questões do mito, do ritual, do totemismo e das análises de sistemas simbólicos em geral. A partir do estudo do pensamento e da estruturação do grupo de publicitários e do espaço da publicidade como mediadora da oposição entre produção e consumo no sistema econômico, procura-se caracterizar a função das mensagens do sistema publicitário como de tipo mágico-totêmico. Procura-se, ainda, analisar as questões de ordenação da realidade, hierarquias e sistemas classificatórios relacionados à ideologia do consumo expressa nos anúncios publicitários. Finalmente, é proposto o entendimento da concretude, viabilidade e eficácia da publicidade e do consumo por sua proximidade com o mito e com o ritual tal como são hoje interpretados pela teoria antropológica.

**Soares, Walmer Jacintho**

*Pequenas e Médias Empresas no Brasil: Política Econômica e Participação Política.* Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1982, 231pp. Orientador: Eli Diniz.

Partindo de determinadas hipóteses sobre a inserção do pequeno e médio capital em economia fortemente concentrada, o estudo apresenta algumas características da pequena e média empresa nacional e examina as diferentes modalidades de apoio governamental dirigidas ao setor. Inicialmente o trabalho discute as teses de extinção, manutenção e subordinação das empresas independentes numa estrutura oligopólica, e as derivações daí decorrentes sobre o papel e comportamento político do pequeno empresário do capitalismo moderno. Analisa, também, a evolução das pequenas e médias indústrias em diferentes fases do processo de desenvolvimento industrial do país, destacando a sua participação recente em termos gerais, setoriais e regionais. Na parte subsequente o estudo foca o lado político e institucional da questão. Primeiramente remonta à trajetória das políticas públicas voltadas para esse segmento da economia, destacando o contexto de sua emergência, as motivações dos atores envolvidos com a sua formulação e implementação, bem como o impacto dos programas existentes junto à clientela. Face à criação recente de associações específicas de pequenas e médias empresas, na parte final, o trabalho analisa o formato organizacional, as atividades e as modalidades de participação política que estão sendo desenvolvidas por essas entidades.

**Trindade, Liana Maria Salvia**

*Exu: Símbolo e Função.* Doutorado em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980, 170pp. Orientador: Ruy Galvão de A. Coelho.

Neste trabalho, verifica-se as representações e funções simbólicas da divindade africana Exu, em diferentes situações históricas, e compara-se os dados obtidos nas entrevistas com 50 médiuns umbandistas com aqueles definidos pela doutrina instituída na Umbanda. Conclui-se que, se de um lado os "intelectuais" da Umbanda expressam em seus escritos a procura de codificações, racionalizações e conteúdos doutrinários, significativamente adequados à cultura urbano-industrial dominante, de outro lado os entrevistados expressam em seus discursos uma nova realidade. As aspirações e reflexões contidas nos conceitos dados pelos entrevistados assinalam as perspectivas de uma sociedade em mudança.

**Serrano, Carlos Moreira Henriques**

*O Poder Político no Reino Ngyo. Um Estudo Sociológico.* Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980, 135pp. Orientador: Fernando A.A. Mourão.

O principal objetivo deste trabalho é o de analisar como se produziram transformações no sistema político dos Bawoyo – sociedade bantu segmentada – com o início do tráfico de escravos para a América ou, em outras palavras, com a expansão mercantilista européia na América e na África. O poder político é apreendido através de diversas instâncias tais como a religiosa, a simbólica e a econômica, onde se evidenciam elementos geradores de desigualdade e de tensões inerentes ao processo histórico da sociedade Bawoyo.

**Viola, Eduardo José**

*Democracia e Autoritarismo na Argentina Contemporânea.* Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1982, 670pp. Orientador: Lucio F. Kowarick.

A temática mais geral desta tese diz respeito à questão do regime político na Argentina do século XX e sua questão principal é por que uma sociedade que teve cedo um significativo desenvolvimento capitalista – refletido numa

estrutura social bastante democratizada segundo os parâmetros latino-americanos – não conseguiu instaurar a democracia política de modo estável. Várias foram as tentativas democráticas frustradas até 1966 e é isso que é analisado na primeira parte da tese, que serve como parâmetro histórico da segunda. Nesta, principalmente, analisa-se a dinâmica política da Argentina no período 1966-1976, segundo quatro períodos básicos: o Regime Autoritário-militar-tecnocrático (1966-71), a Abertura Democrática (1971-73), Uma Nova Tentativa Democrática (1973-74) e o Esvaziamento da Tentativa Democrática e a Autoritarização Populista (1974-76).

**Vogel, Arno**

*O Papa é Cristo!* Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982, 340pp. Orientador: Roberto da Matta.

No caso dos ritos religiosos constatam-se processo de reforço, inversão e neutralização. O triângulo ritual de da Matta (1979) ilustra, portanto, uma dimensão universal dos processos rituais, o que decide o valor heurístico do esquema proposto. A visita do Papa dramatizou a matriz axiomática da nossa cultura através de um rito peregrinatório, que foi uma autêntica síntese da cosmologia cristã e católica. O efeito sociológico do mecanismo de neutralização foi a relativização das linhas de clivagem e das fronteiras conflitivas do cotidiano brasileiro. A qualidade distintiva do ritual consiste então na capacidade que tem de ser memória e imaginação social, construindo e legitimando versões e pro-

jetos da sociedade e levando esta a se identificar e reconhecer através da dramatização ritualística. A visita do Papa reificou, no ritual, o maior país católico do mundo. Daí seu poder de neutralização.

**Volpato, Terezinha Gascho**

*A Pírita Humana. Os Mineiros de Criciúma.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1982, 322pp. Orientador: Eduardo José Viola.

Trata-se de um estudo empírico sobre a classe trabalhadora mineira da indústria de extração do carvão de Criciúma. A região carbonífera sempre apareceu à opinião pública como uma área socialmente tensa e convulsionada. Na tentativa de apresentar razões explicativas sobre esta realidade considerou-se a região carbonífera de um lado e o processo de produção de outro. Tal estudo compreendeu: 1) Radiografia da região carbonífera; 2) Descrição do processo de trabalho; 3) Descrição das modalidades de reposição da força de trabalho; 4) Descrição da organização do trabalho. O estudo desses elementos possibilitou a análise da relação existente entre os vários componentes da realidade social mineira e evidenciou que a região carbonífera: a) apresenta um ambiente poluído pela indústria do carvão; b) comporta uma classe trabalhadora expoliada pelas condições de trabalho; c) abriga bairros em precárias condições de moradia e sobrevivência; e d) convive com uma categoria de trabalhadores organizados em sindicatos atuando dentro de uma política cuja tônica foi tanto sindicalista militante, ou assistencialista, como peleguista.

Barbosa, Francisco de Assis *et alli* (Fundação Casa de Rui Barbosa)  
*O Governo Presidencial do Brasil: Guia Administrativo do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário na República Velha*

A pesquisa, em sua primeira etapa, concentra-se na produção dos mecanismos administrativos do Poder Executivo, com o propósito de responder às seguintes questões: a) como se estruturou, do advento da República até a Revolução de 1930, o Poder Executivo, isto é, a Presidência da República, os Ministérios e Órgãos Subordinados; b) quais as transformações operadas nos ministérios, ao longo de quatro décadas, através das reformas administrativas; e c) qual o pessoal que compunha os quadros da administração pública à mesma época. Traçadas

suas linhas norteadoras, verifica-se que o projeto fornecerá uma versão linear da estrutura político-administrativa do período, com o elenco das leis que modificam a estrutura de ministérios e repartições, bem como a nominata dos personagens históricos. A idéia é que essa obra compreenda, na sua totalidade, os três poderes da República, muito embora a pesquisa se tenha iniciado com o Poder Executivo.

Dip: 1977/Dpc: 1981/Vd/Fin: MEC/Secretaria de Assuntos Culturais.

Beloch, Israel (Cpdoc)  
*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*

Levantamento biográfico dos personagens de maior relevo na história contemporânea bra-

---

(\*) Esta seção divulga pesquisas em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis na secretaria das unidades filiadas à Associação ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; Pesquisador(es) associado(s); Título do projeto; Breve descrição do projeto, em 10 linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações: Data do início da pesquisa (Dip); Data prevista da conclusão (Dpc); Estado atual da pesquisa; Estudos preliminares (Ep); Versão preliminar (Vp); Publicada (P); Pesquisa de campo (Pc); Versão definitiva (Vd) Instituição(ões) financiadora(s) (Fin); e publicações recentes relacionadas com a pesquisa (favor incluir referências completas (Pub)).

sileira nas áreas legislativa, executiva e judiciária. Levantamento da história das principais instituições políticas, econômicas, empresariais e militares do país. Descrição dos principais eventos de 1930 até hoje.

Dip: 1975/Dpc: 1983/Vd/Fin: Conselho Federal de Cultura, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Getúlio Vargas e Ministério da Agricultura.

**Bertero, Carlos Osmar (Idesp)**  
*Estudo Comparativo de Universidades*

A partir de uma tipologia de Universidades desenvolvida pelos pesquisadores são estudados casos de Universidades federais e uma estadual. O objetivo é além de verificar empiricamente a tipologia, comparar universidades administradas centralmente (autarquias) e descentralizadas (fundações).

Dip: 1982/Dpc: 1982/Fin: INEP/MEC

**Duque, Ghislaine et alii (UFPB)**  
*O Processo de Mudança Sócio-Econômica na Região Semi-Árida da Paraíba: Sistemas Agrícolas e Pequena Produção, Região de Patos*

Trata-se de uma tentativa de desenvolver, em equipe interdisciplinar, uma pesquisa cujo centro de interesse seja o pequeno produtor no processo de mudança, integrando esta pesquisa no ensino dos mestrados em Sociologia e Economia e oferecendo aos mestrados campo para exercício de pesquisa e, eventualmente, para tese. Nesta primeira etapa a pesquisa limita-se à região de Patos e visa identificar os sistemas agrícolas existentes e as diversas formas que assume a pequena produção na área, verificando os efeitos recentes das diversas intervenções "modernizantes" que atingem a região, sobre os mesmos.

Dip: 1982/Dpc: 1983/Pc/Fin: Conselho Nacional de Pesquisas (Trópico Semi-Árido).

**Hirst, Monica (Cpdoc)**  
*Linhas de Ação e Pensamento da Política Externa Brasileira: O Governo Vargas (1951-1954)*

O objetivo deste trabalho será desenvolver um estudo da política externa brasileira durante os primeiros anos da década de 50. Visando enfocar a especificidade desta política e as variáveis que determinaram sua forma e conteúdo, a pesquisa terá como preocupação central a caracte-

terização do discurso, do ideário e da prática do conjunto de atores, setores sociais e agências governamentais que estiveram presentes no debate e nas decisões da política externa brasileira durante o segundo governo Vargas.

Dip: 1982/Dpc: 1982/Vp/Fin: Ministério das Relações Exteriores.

**Leite, Fábio Rubens da Rocha (CEA/USP)**  
*Ancestrais e Instituições Ancestrais em Sociedades Africanas*

O trabalho tem por objetivo apresentar as principais relações e instituições ancestrais existentes nas organizações sociais de três sociedades africanas (Senufo, Agui e Iorubá). As pesquisas de campo, realizadas na África durante os 4 anos de permanência do autor naquele continente, levaram a evidenciar a concretude dessa tipologia organizatória. No trabalho, procura-se elucidar o que é o ancestral africano, a partir da explicação proposta pela sociedade, e se efetivamente os ancestrais configuram instância suficientemente material para inferir – e em que medida – na origem e legitimação das práticas históricas. O trabalho será apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com vistas à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Dip: 1978/Dpc: 1982/Vp/Fin: FAPESP.

**Liedke, Elida Rubini (UFRGS)**  
*Urbanização, Força de Trabalho e Condições de Vida da População Urbana no Rio Grande do Sul (1960/1980)*

Análise do processo de constituição e de expansão do proletariado urbano no Rio Grande do Sul durante as duas últimas décadas, bem como do processo de incorporação da força de trabalho no mercado de trabalho urbano e de suas condições materiais de existência. O levantamento de dados será feito através de fontes secundárias (censos, basicamente) a partir da seleção de cidades com mais de 50.000 habitantes na área urbana em 1980.

Dip: 1982/Dpc: 1983/Pc/Fin: Financiadora de Estudos e Projetos, 5.<sup>a</sup> Câmara do COCEP-Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Mourão, Fernando A. Albuquerque**  
*A Ruptura do Processo Colonial Português. Pro-*

**blemas de Mudança Social no Contexto Urbano da Sociedade Colonial: Luanda**

Trata-se de um estudo de natureza sociológica que visa a análise das principais correntes do processo colonial português: na cidade de Luanda, através de uma listagem de leituras da cidade, tendo em vista as variáveis: urbanismo, arquitetura, população, composição social e evolução cultural.

Dip: 1975/Dpc: 1983/Vp/Fin: FAPESP, CNPq.

**Moura, Gerson (Cpdoc)**

***Linhas de Ação e Pensamento da Política Externa Brasileira: O Governo Dutra (1946-1950)***

O governo Dutra procurou implementar a mesma política dos anos de guerra, a saber, cooperação íntima com os Estados Unidos a fim de criar um potencial econômico, político e militar que projetasse o Brasil no plano internacional. No entanto, a conjuntura internacional tinha mudado, assim como a correlação de forças no interior do Estado brasileiro: desse modo, os ganhos significativos que o governo Vargas tinha alcançado entre 1942-44 já não eram mais possíveis. Apesar disso o discurso da política externa brasileira insistirá até o final da década de 40 numa posição especial do Brasil no plano internacional. Uma visão compreensiva do período e a busca do(s) princípio(s) ordenador(es) da política externa brasileira deve levar em conta essa discrepância entre o "discurso oficial" e as "políticas efetivas" de governo.

Dip: 1982/Dpc: 1982/Vp/Fin: Fundação Alexandre de Gusmão (Ministério das Relações Exteriores).

**Oliveira, Henrique Altemani de (USP)**

***Relações Comerciais Brasil-África***

O objetivo é apreender quais foram as inter-relações da política externa brasileira com as realidades nacional e internacional que suscitaram a formulação e execução de relações comerciais num nível mais intenso, principalmente no domínio das intenções. A hipótese é que dentro do processo de reestruturação atual do comércio internacional, o estabelecimento de relações comerciais entre Brasil e África pode ser visualizado como um projeto de desenvolvimento econômico mútuo, favorecendo o parceiro africano no sentido de fortalecimento de sua unidade e independência econômica além da política, ao mesmo tempo em que reforça o

perfil externo do Brasil.

Dip: 1981/Dpc: 1983/Vp.

**Oliveira, Lucia M. Lippi (Cpdoc)**

***O Pensamento Nacionalista nos Anos 20***

Análise de diferentes propostas nacionalistas surgidas nos anos 20. A *Revista do Brasil* e a revista *A Ordem* serão analisadas enquanto portavozes de diferentes grupos intelectuais que propõem o renascimento do tema nacional como componente fundamental da ideologia salvadora do Brasil. O cosmopolitismo, o nacionalismo e o regionalismo aparecem como os eixos centrais do debate ideológico e marcam de forma distinta os diferentes grupos intelectuais.

Dip: 1982/Dpc: 1984/Ep/Fin: Fundação Getúlio Vargas e Financiadora de Estudos e Projetos/Pub: Lucia Lippi Oliveira, *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

**Oliven, Ruben George (UFRGS)**

***A Produção e o Consumo da Cultura no Brasil***

O objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica da produção e do consumo da cultura no Brasil, concedendo especial ênfase ao fenômeno de apropriação de manifestações culturais específicas a certos grupos sociais por parte do resto da sociedade e a recodificação e transformação destas manifestações em símbolos nacionais.

Dip: 1982/Dpc: 1983/Vp/Fin: Financiadora de Estudos e Projetos e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Pub: "A Cultura Brasileira e a Identidade Nacional na Década de 80", *Ciência e Cultura*, v. 34, n. 8, 1982; *Violência e Cultura no Brasil*, Petrópolis, Vozes (no prelo).

**Ribas, Rogério de Oliveira et alli (Fundação Casa de Rui Barbosa)**

***Convenções e Plataformas Presidenciais na Primeira República***

Trata-se de uma coletânea dos discursos políticos e documentação complementar sobre as campanhas de sucessão presidencial durante a Primeira República. A pesquisa abrange não só a documentação das candidaturas oficiais, mas também as de oposição. Foram incluídas atas de convenção, plataformas, discussões partidárias, cartas etc. Até o momento foi coligida a documentação relativa aos cinco primeiros quadriênios. Preliminarmente, a documentação tem sido selecionada e organizada por cada qua-

triênio, e precedida de uma breve apreciação histórica sobre a respectiva campanha sucessória.

Dip: 1982/Dpc: 1982/Vp/Fin: Fundação Casa de Rui Barbosa.

**Serrano, Carlos Moreira Henriques (CEA/USP)**  
*Etnicidade, Identidade e Descolonização em Angola*

O objetivo é, a partir de uma bibliografia significativa (Serrano, 1977), analisar, seja através da produção de sociólogos, historiadores, antropólogos e politistas, seja através do discurso do colonizador e do colonizado, como, num processo de descolonização – luta de libertação nacional em Angola, 1961-1981 – os atores em questão articulam os diversos conceitos (etnicidade e identidade) em diferentes momentos.

Dip: 1982/Dpc: 1984/Pc/Fin: Fundação Calouste Gulbenkian/Pub: “Angola (1961-1976) – Bibliografia” in *Journal of Southern African Affairs*, University of Maryland, vol. II, n.º 3, July 1977, pp. 295-321.

**Shirley, Robert W. (UFRGS)**  
*Estudo sobre a Cultura Gaúcha*

Pesquisa sobre a cultura gaúcha, suas origens, história e manifestações correntes incluindo estudos sobre a economia da pecuária no Rio Grande do Sul e dinâmica da sociedade gaúcha, como pesquisa etnográfica nas fazendas do Estado e o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Dip: 1981/Dpc: 1983/Pc/Fin: 5.<sup>a</sup> Câmara – UFRGS.

### Reformas Agrárias: Uma Solução para a Questão Agrária nos Anos 80

Sob os auspícios do Centre D'Etudes et de Recherches Internationales – CERI e a Association Française des Sciences Sociales sur L'Amérique Latine – AFSSAL, e organizados pelos professores Vilma Figueiredo e Pierre Gilhodes, realizou-se, nos dias 26 e 27 de abril de 1982, em Paris, O Colóquio “Réformes Agraires: une Solution pour la Question Agraire dans les Années 80”. Na primeira sessão, presidida por Guy Hermet, foram apresentados os seguintes trabalhos: J. Chonchol, “Les Réformes Agraires – Problème Crucial por L'Amérique Latine des Années 80”; M. Jollivet, “La Question Agraire en France. Histoire de la Formation d'une Paysannerie”; C. Szurek, “Quelle place pour Quelle Agriculture en Pologne Socialiste? ”. A segunda sessão, presidida por Henry Faure, contou com a apresentação dos seguintes trabalhos: P. Adair, “La Révolution Agraire Algérienne: Bilan d'une Décennie 1971-1981”; F. Baptista, “Les Impasses de la Réforme Agraire Portugaise”; J. Bourliand, e M. Eresue, “De la Réforme Agraire aux Politiques Néo-Libérales ao Pérou”. A terceira sessão foi presidida por François Chevallier. Nela foram discutidos os trabalhos de S. Barraclough, “L'Expérience de la Réforme Agraire au Nicaragua dans le con-

texte Latino-Américain”; P. Gilhodes, “Colombie, Venezuela, Panama: Les enseignements des non-réformes”; V. Figueiredo: “Modernisation sans réforme: une Solution Précaire pour la Question Agraire au Brésil”. Finalmente, na quarta sessão, presidida por Fernando Batista, foram apresentados os trabalhos de A. M. Galano, “Conceptions Populaires Contemporaines des Réformes Agraires au Brésil” e S. Cox, “De la Survie Organisationnelle aux Propositions Alternatives de Développement”.

### Mesa Redonda sobre Autoritarismo e Fascismo nos Países Latinos

Patrocinada pela Associazione Mediterranea Latinoamericana – AMELA, realizou-se em Florença, nos dias 25-27 de novembro de 1982 uma mesa redonda sobre “Autoritarisme et Fascisme dans les Pays Latins”. Na primeira sessão *Exposés Introductifs*, sob a presidência de Alberto Spreafico, foram discutidos os trabalhos: “La Question du Fascisme et de l'Authoritarisme en Europe et en Amérique Latine: cadre conceptuel et comparatif”, de Juan Linz e “La Question du Fascisme Latin: le modèle fasciste italien et sa reproduction politique”, de Renzo de Felice. Na segunda sessão *Idéologie*: “Orig-

nes Intellectuelles de l'Idéologie Fasciste en Italie", de Dino Confrancesco; "Les Origines Intellectuelles du Fascisme Français", de Diane Rubinstein; "La 'Fascistisation' de la Droite Espagnole", de José Montero; "Centrisme Catholique et Intégralisme Lusitanien: aux origines du salazarisme", de Manuel Braga da Cruz e "Le Composant Idéologique Fasciste au Franquisme de la Première Epoque", de Ricardo L. Chueca. Na terceira sessão *Mouvements Politiques I*, sob a presidência de José Luiz Reyna, foram apresentados os trabalhos "Le Parti Fasciste Italien et ses Courants Idéologiques", de Emilio Gentile; "Ligues et Fascisme en France entre les Deux Guerres", de Janine Bourdin; "Le Parti Populaire Français et le Fascisme Populaire", de Javier Jimenez Campo" e "Le Salazarisme dans une Perspective Comparative", de Manuel Villaverde Cabral. Na quarta sessão *Mouvements Politiques II*, que teve como presidente Jorge Graziarena, foram discutidos "La Question du Fascisme en Amérique Latine", de Helgio Trindade; "Nationalisme, Facisme et Peronisme", de Alain Rouquie; "Le Mouvement National Socialiste au Chili", de Mario Sznajder & Moshe Nessel; "Le Mouvement Fasciste à Cuba", de Antonio Annino e "Idéologie et Diplomatie: le fascisme italien et le Brésil (1930-1945)", de Ricardo Seitenfus. Finalmente, na quinta sessão *Régimes Politiques*, presidida por Guy Hermet, foram apresentados "Le Régime Fasciste en Italie", de Giovanni Sabatucci; "Le Régime Franquiste et le Fascisme", de Manuel Ramirez Jimenez; "Autoritarisme, Libéralisme et Fascisme au Portugal", de Manuel Lucena e "Le Régime de Vichy", de Alain Gérard Slama.

## GRUPOS DE TRABALHO DA ANPPOCS

### A Questão Regional no Brasil

Um grupo de trabalho sobre *A Questão Regional no Brasil* criado no 5.º Encontro Nacional da ANPPOCS reuniu-se pela primeira vez no 6.º Encontro Nacional. Doze trabalhos (onze escritos) foram apresentados por doze participantes de oito instituições e seis estados diferentes. O grupo desenvolveu intenso trabalho ocupando as cinco sessões disponíveis, totalizando doze horas de apresentação e debate. Cada expositor teve trinta minutos para apresentar seu *paper* recebendo, em seguida, durante meia hora, perguntas, críticas e sugestões dos colegas. Outros colegas assistiram aos debates.

Como o grupo se encontrava pela primeira vez, a reunião não se prendeu a um único tópico. Foram debatidos tanto questões genéricas como o regionalismo como ideologia, a formação do conceito de nordeste, a pobreza do nordeste e a questão regional bem como questões específicas tais como consciência de classe do trabalhador nordestino, industrialização, formas não capitalistas de produção e de ocupação da Terra, migrações interregionais e família, formas políticas e economia exportadora... etc. Houve, todavia, duas preocupações básicas em toda a discussão. A primeira foi um questionamento do próprio tema: A Questão Regional no Brasil. Em que medida pode-se falar em região no Brasil e em que medida existe uma questão regional no Brasil levando-se em consideração os vários contornos históricos assumidos pelas regiões no Brasil (e mesmo na Argentina) e o desenvolvimento das classes sociais a nível nacional? O uso do conceito de região no Brasil apresenta-se mais como linguagem ideológica (de classe) do que como instrumento neutro de análise de condições sociais objetivas e gerais. É uma ala da classe dominante. A segunda preocupação, vinculada à primeira, foi uma constante interrogação da existência de uma especificidade de relações sociais própria a cada região (sobretudo no nordeste) que justificasse, apesar de tudo, o uso do conceito, mas entendido desta vez como especificidade do jogo das classes sociais. Esta especificidade poderia encontrar manifestações tanto ao nível econômico como ao nível político cultural.

O andamento da discussão levou a planejar-se o encontro de 1983 em torno de três tópicos (cada um ocupando uma sessão). 1) o lugar e o significado do conceito da região na teoria sociológica (ou nas diversas teorias sociológicas). 2) As relações entre região, classe e estado. 3) Estudos de casos onde cada expositor poderá apresentar resultados de pesquisas específicas. Em cada sessão, três trabalhos serão debatidos havendo para cada sessão um sintetizador e um animador. O grupo pretende não somente aceitar como procurar a participação de outros cientistas sociais que tenham trabalhos sobre os assuntos escolhidos. Pareceu a todos importante manter e até aumentar a diversidade interdisciplinar e interregional da composição do grupo.

### Direito e Sociedade

A reunião do grupo – ao longo das quatro sessões em que esteve dividida – constou basi-

camente da apresentação de textos (papers), em número de 15, e sua discussão pelos presentes. Os textos, e os respectivos autores, foram os seguintes: 1. "A Ideologia na Ordem Econômica das Constituições Brasileiras", Washington Albino (UFMG); 2. "Uma Revisão Crítica do Direito Constitucional", José Ribas Vieira (UFRJ); 3. "Construção Teórica do Direito Econômico no Brasil", Francisco Gordillo (PUC-RJ); 4. "Direito, Ideologia e Construção da Hegemonia Burguesa no Brasil", Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder (PUC-RJ); 5. "Crítica do Direito e Práxis Social", Leonel Severo (UFSC); 6. "Uma Etnografia do Processo do Júri no Brasil", Roberto Kant de Lima (U.F. Fluminense); 7. "Direito Processual Policial e Direito Penal Oficial: Relações Insuspeitas", Luciano Oliveira (FUNDAJ); 8. "Derechos de Hombre, Política y Poder Social (A Propósito de los Regimenes Autoritários de America Latina)", José Maria Gomes (UFSC); 9. "Direito e (In) Segurança - As Ilusões do Homem Comum", José Eduardo Faria (USP); 10. "O Problema da Pessoa Jurídica e a Linguagem", Ari Solon, (USP); 11. "Direito de Cidadania e Inestabilidade Eleitoral", Aurélio Wander Bastos (Casa Rui Barbosa); 12. "Senso Comum Teórico dos Juristas e Teoria Prática do Direito", Luis Warat (UFSC); 13. "Considerações sobre a Situação Sócio-Jurídica do Egresso Penal", Edna Del Pomo (IUPERJ); 14. "Ordem Jurídica e Ordem Psiquiátrica", Gisele Cittadino (UFSC); e 15. "Revisão Epistemológica da Criminologia", Wanda Capeller (PUC-RJ).

Além desses trabalhos, a pesquisadora Elza Pereira Cunha, de Bauru (SP) apresentou uma comunicação de pesquisa que anda desenvolvendo sobre o Ensino Jurídico, e Rosa Cardoso, da recém-fundada Divisão de Pesquisa da OAB-RJ, apresentou, para divulgação entre os presentes, um documento sobre o que é e qual a finalidade desse novo órgão de pesquisa na área sócio-jurídica.

#### *Outras informações*

Foi escolhido para substituir O Prof. Joaquim Falcão, na Coordenação do Grupo, o pes-

quisador Luciano Oliveira, da FUNDAJ. Deliberou-se instituir a prática de se manter uma constante comunicação entre os membros do Grupo durante todo o ano (o que andam pesquisando, quais as novas linhas de seu interesse etc), visando com isso conferir ao Grupo uma certa continuidade para além das reuniões anuais. Deliberou-se, para o próximo ano, instituir um modelo de reunião diferente. Um dia será destinado à apresentação e discussão de trabalhos avulsos, como tem sido feito até agora, e no outro o Grupo se dedicará à discussão em profundidade de um ou dois temas que sejam relevantes e atuais. A escolha dos temas, bem assim dos relatores e comentaristas oficiais, será feita nos meses anteriores à reunião e será precedida de consultas a todos os integrantes do Grupo, de modo que a escolha seja a mais democrática possível.

#### **Estado e Agricultura**

O grupo reuniu-se pela segunda vez no âmbito do encontro anual. Foi possível, assim, avançar significativamente em termos de número de participantes (que chegou a 20, oriundos de 12 centros diferentes) e em estruturação. Os trabalhos foram discutidos dentro de três grandes tópicos: 1.º) questões conceituais; 2.º) questões de âmbito nacional e/ou regional; e 3.º) estudos de caso.

Optou-se pela apresentação de um número reduzido de trabalhos a fim de que se pudesse aprofundar a discussão, criando-se paralelamente uma sessão informal de *comunicações* que permitisse tomar-se conhecimento das atividades dos diversos participantes e centros.

Percebeu-se que o grupo demonstrou reais potencialidades, podendo crescer ainda na sua capacidade de polarização dos trabalhos produzidos na área de maneira a permitir em cada reunião massa crítica suficiente para a concentração em tópicos específicos.

**bib**

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

\_\_\_\_\_

nome

\_\_\_\_\_

instituição

\_\_\_\_\_

endereço

\_\_\_\_\_

cidade

estado

cep

\_\_\_\_\_

data

Este pedido deverá ser enviado à Editora do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

**bib**

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

\_\_\_\_\_

nome

\_\_\_\_\_

instituição

\_\_\_\_\_

endereço

\_\_\_\_\_

cidade

estado

cep

\_\_\_\_\_

data

Este pedido deverá ser enviado à Editora do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

### Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

- BIB 1** "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica"  
*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*
- BIB 2** "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico"  
*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*
- BIB 3** "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências"  
*Luiz Werneck Vianna*
- BIB 4** "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada"  
*Lucia Lippi Oliveira*
- BIB 5** "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978"  
*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*
- BIB 6** "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura"  
*Alba Zaluar Guimarães*
- BIB 7** "Relações entre Negros e Brancos no Brasil"  
*Roque de Barros Laraia*
- BIB 8** "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes"  
*Amaury de Souza*
- BIB 9** "A Mulher na Força de Trabalho"  
*Maria Valéria Junho Pena*  
"Movimentos Sociais Urbanos"  
*Pedro Jacobi*
- BIB 10** "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil"  
*Lia F. G. Fukui*
- BIB 11** "Educação e Sociedade no Brasil"  
*Luiz Antonio Cunha*  
"Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente"  
*Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*
- BIB 12** "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"  
*Maria Tereza Sadek R. de Souza*  
"Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas"  
*José Guilherme Cantor Magnani*
- BIB 13** "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica"  
*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*

ISSN 0100-199X

**bib**

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**14**

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais  
Editoria do BIB  
Rua da Matriz, 82 – Botafogo  
22.260 – Rio de Janeiro – RJ**